MDB • CNPJ DO CANDIDATO: 68.552.912/0001-00 • CNPJ FORNECEDOR: 26.017.129/0001-04 • TIRAGEM: 100

MDB

PLANO DE GOVERNO

MINAS GERAIS PENSANDO MINAS GERAIS

GABRIEL 15
GOVERNADOR
Vice Maria Helena

MDB

PLANO DE GOVERNO

MINAS GERAIS PENSANDO MINAS GERAIS

GABRIEL GOVERNADOR 15

Vice Maria Helena

COORDENAÇÃO:

Coordenador-Geral: Marcos Lisboa

Coordenador-Adjunto: Rafael Dayrell

Secretário-Geral: Lucas Leal

Minas Gerais são várias.

Minas Gerais são várias. Há diversidade de territórios, de histórias, de desafios, de potenciais econômicos e de necessidades sociais. O Estado com o maior número de municípios do país. Em sua diversidade, Minas Gerais reúne boa parte do que é o Brasil: os seus muitos campos e indústrias; o minério e o leite; as áreas mais secas que se confundem com o nordeste brasileiro; as áreas que se encontram com o cerrado e a produção do agronegócio; a universidade e a estrada de terra; as serras e as grandes áreas planas; a memória barroca e a explosão da arte do Jequitinhonha; a grande cidade e o distrito distante.

Este plano começa por uma decisão: compreender os problemas concretos das pessoas em cada região. Por isso, a regionalização será um instrumento de governo para levar a capacidade técnica aos territórios, com escuta ativa dos problemas locais, cooperação com municípios e construção de soluções adequadas a cada realidade.

Os Governos Regionais e os consórcios intermunicipais serão instrumentos de coordenação, e não novas camadas de burocracia: existem para aproximar o governo do Estado das regiões, fortalecer a capacidade dos municípios e integrar serviços públicos.

As prioridades sociais são saúde, educação, segurança pública e meio ambiente, e o plano mostra, em cada uma, como a vida das pessoas melhora de forma concreta: menos tempo na fila, mais crianças alfabetizadas na idade certa, menos homicídios, mais esgoto tratado.

A retomada da agenda ferroviária atravessa o plano como eixo transversal: Minas Gerais produz minério e paga o preço do desgaste das rodovias, e a ferrovia é o que conecta produção, cidades e portos, reduz custo logístico e protege a malha rodoviária.

O desenvolvimento das regiões terá como base a ciência aplicada, tecnologia e empreendedorismo. As regiões de Minas Gerais têm vocações distintas e a política pública deve identificar os seus desafios e desenvolver as suas oportunidades.

Minas Gerais não é uma só: há regiões com produção mineral, outras agroindustriais, outras turísticas, e há aquelas em que a cultura e a memória são parte essencial da economia. A ciência aplicada é o instrumento comum, o que permite desenvolver as vantagens de cada região e desenvolver os seus potenciais específicos.

O plano enfrenta o problema fiscal de Minas Gerais com transparência: contas públicas sustentáveis são necessárias para cuidar das pessoas, manter prioridades e recuperar a capacidade de investir. Haverá clareza sobre subsídios e benefícios, avaliação rigorosa das políticas e uma transição de médio prazo para uma situação fiscal sustentável.

Este não é um catálogo de promessas. É uma forma de governar: perto das pessoas, com prioridades claras e com contas que fecham.

O QUE VOCÊ VAI ENCONTRAR

10 frentes para Minas Gerais

01 Governos Regionais e Cooperação Municipal 8

02 Desenvolvimento e Fortalecimento Regional 10

03 Infraestrutura, Ferrovias e Mobilidade 16

04 Educação 19

05 Saúde 21

06 Segurança Pública 23

07 Meio Ambiente e Sustentabilidade 25

08 Proteção Social, Mulheres, Juventudes e Habitação 28

09 Diversidade, Direitos e Liberdade Religiosa 30

10 Integridade e Transparência 31

Governos Regionais e Cooperação Municipal

Minas Gerais é o estado com mais municípios do Brasil, com oportunidades e desafios específicos. Muitos municípios enfrentam restrição fiscal e não têm acesso a novas tecnologias e instrumentos de gestão. Concentrar a decisão em Belo Horizonte faz o serviço público chegar tarde, caro e desigual. A resposta é levar capacidade de execução e coordenação para o território, reorganizando estruturas que já existem, sem criar novas camadas de cargos nem instâncias políticas paralelas aos prefeitos eleitos.

Os quarenta servidores previstos para os governos regionais, remanejados sem criar um único cargo, vão aproximar as regiões e os seus desafios do governo de Minas Gerais. O resultado será menos burocracia.

PROBLEMA

Governo distante e centralizado, como se toda decisão precisasse passar por Belo Horizonte, com regiões metropolitanas ainda por institucionalizar.

DADO

853 municípios em Minas Gerais, a maior malha municipal do país.

SOLUÇÃO

Governos Regionais formados pela reorganização de estruturas já existentes, consórcios intermunicipais fortalecidos e arranjos regionais de desenvolvimento no Triângulo e na Zona da Mata.

AS PROPOSTAS

- **Governos Regionais com capacidade de execução e coordenação.**

  Estruturas regionais permanentes, com atribuições claras, equipe técnica e rotina de pactuação com municípios, formadas pela reorganização de estruturas, equipes e cargos já existentes no Estado, sem expansão de despesa com pessoal e sem criar instância política paralela aos prefeitos eleitos.

  Cada região contará com apenas quatro servidores, quarenta ao todo, o equivalente a 1,5% dos 2.598 cargos de Direção e Assessoramento sem cargo efetivo existentes atualmente na estrutura do Governo de Minas Gerais. São eles: um Coordenador Regional de Governo, responsável por articular as demandas da região; um Assessor de Relações Municipais, para dialogar com cidadãos, consórcios públicos, lideranças locais, prefeitos e vereadores; um Analista de Entregas e Dados, para acompanhar convênios, indicadores, obras, prazos e programas; e um Assistente de Agenda e Administração, para organizar atas, demandas, documentos, reuniões e respostas oficiais.

  Devem identificar problemas e oportunidades de cada território, apoiar municípios com menor capacidade técnica, articular consórcios, integrar políticas estaduais, aproximar universidades, pesquisa, empresas, produtores e comunidades, apoiar experiências locais e projetos-piloto e medir resultados regionais.

- **Unificação dos indicadores de planejamento do Estado.**

  Sistematizar os indicadores das diversas políticas públicas que afetam a população, como saúde, educação, segurança, infraestrutura e desenvolvimento econômico, criando uma base comum para orçamento, metas, presença administrativa e pactuação com municípios, sem eliminar as especificidades de cada política.

- **Reorganização de convênios, pessoal e estruturas estaduais a partir das regiões.**

  Alinhar unidades, equipes, convênios, meios e materiais às prioridades de cada região, corrigindo vazios de atendimento, duplicidades e estruturas que não conversam com a realidade local.

- **Ampliação e qualificação dos consórcios intermunicipais.**

  Fortalecer os consórcios de saúde, onde já há tradição e escala, e ampliar seu uso para resíduos sólidos, turismo, assistência técnica e outros serviços regionais quando houver competência adequada, com apoio técnico, financeiro e simplificação das regras de adesão e gestão. Municípios pequenos, sozinhos, não sustentam equipamentos, especialistas e leitos de média e alta complexidade; consorciados, ampliam o acesso sem depender de deslocamentos longos.

- **Institucionalização das regiões metropolitanas e dos arranjos regionais de Minas Gerais.**

  Além da RMBH e da Região Metropolitana do Vale do Aço, incorporar a proposta de criação de arranjos regionais de desenvolvimento no Triângulo Mineiro, com polos como Uberlândia, Uberaba e Araguari, e na Zona da Mata, com polos como Juiz de Fora e Ubá, em delimitação técnica que não trate essas cidades como lista fechada. A institucionalização metropolitana oferece instrumentos de governança, planejamento territorial e integração de serviços, inclusive física, operacional e tarifária, com governança compartilhada entre Estado e municípios em colegiado interfederativo, sem concentração decisória no Estado; ela cria condições, mas não resolve, sozinha, os problemas.

- **Carta Mineira de Serviços Públicos mais robusta e efetiva, com padrões públicos de desempenho.**

  A Carta de Serviços ao Usuário já é obrigatória por lei federal (Lei 13.460/2017, o Código de Defesa do Usuário de Serviços Públicos); a proposta é sair do cumprimento formal para a garantia efetiva de prazos, canais e devolutiva ao cidadão, com clara distribuição de responsabilidades entre os órgãos e acompanhamento público do cumprimento, para que a pessoa saiba o que esperar, quando esperar e a quem cobrar. A Carta deve fixar padrões de serviço e publicar indicadores regulares de desempenho por região nas áreas em que o Estado é decisivo no dia a dia, como tempo de espera na saúde, tempo de resposta em segurança, regularidade do transporte sob coordenação estadual e prazos administrativos críticos.

- **Estudos para a modernização da Lei Robin Hood diante da Reforma Tributária.**

  Promover estudos técnicos, jurídicos, fiscais e institucionais, em diálogo com os municípios, a Assembleia Legislativa, os órgãos de controle, as universidades, especialistas e representantes da sociedade civil, para avaliar os impactos da substituição gradual do ICMS pelo IBS sobre a Lei Robin Hood de Minas Gerais. A lei condiciona parte da cota-parte municipal a critérios como educação, saúde, meio ambiente e patrimônio cultural, e sua revisão precisa preservar tanto o incentivo a políticas públicas municipais quanto a previsibilidade da receita dos municípios ao longo da transição.

Desenvolvimento e Fortalecimento Regional

O Brasil enfrenta um desafio. Há décadas, o país cresce menos do que os demais emergentes. A economia de Minas Gerais cresceu pouco nesse período. A política pública não promoveu o empreendedorismo e cuidou pouco dos grupos vulneráveis.

Há muita evidência sobre como os países se desenvolveram. A política pública cuidou das pessoas e da estabilidade das regras para viabilizar a inovação e o desenvolvimento.[1]

PROBLEMA

Riqueza mineral, agrícola, científica e cultural que não se traduz em desenvolvimento regional equilibrado, e um problema fiscal enfrentado sem transparência nem prioridade declarada.

DADO

Minas Gerais concentra mais de 80% dos depósitos conhecidos de lítio do Brasil, e Araxá responde por cerca de 75% a 80% da oferta mundial de nióbio.

SOLUÇÃO

Política de Minerais Críticos, fortalecimento de Fapemig, UEMG, Unimontes, Epamig e Emater-MG, turismo, cultura e esporte como ativos regionais, trajetória fiscal sustentável e instituição independente de avaliação de políticas.

AS PROPOSTAS

Pesquisa aplicada e instituições estratégicas

Desenvolvimento econômico é o aumento persistente da produtividade: produzir mais, de forma recorrente, com as pessoas e os meios de produção disponíveis. A produtividade do agronegócio no Brasil cresceu, em média, 3% ao ano nas últimas cinco décadas.[2]

A pesquisa com base em dados dos diversos países sobre desenvolvimento econômico mostra que o aumento recorrente da produtividade é o principal fator para o desenvolvimento dos países.

Cuidar da formação das pessoas é cuidar do desenvolvimento. Esse é o resultado de quarenta anos de pesquisa sobre desenvolvimento econômico, um campo que rendeu vários prêmios Nobel nos últimos anos.

O desenvolvimento tecnológico combina política pública e empreendedorismo privado. Cabe à política pública desenvolver a ciência básica, formar pessoas, ampliar competências, melhorar o aprendizado das novas gerações e sustentar a pesquisa na fronteira do conhecimento. Cabe ao setor privado transformar esse conhecimento em tecnologia, aproveitando as vantagens e as peculiaridades de cada região.

Há histórias de sucesso no Brasil. As universidades mineiras ligadas à agricultura e a Embrapa contribuíram para o desenvolvimento tecnológico do agronegócio, ao lado de empreendedores que buscam ser os mais competitivos e produtivos do mundo, dentro e fora do país. O Porto Digital do Recife combinou uma escola excepcional de computação na Universidade Federal de Pernambuco, uma política pública de revitalização de área histórica e jovens empreendedores criando novas tecnologias e negócios.

1. Sobre ideias, pesquisa, produtividade e crescimento, ver Romer (1990), Jones (2005, 2016, 2022) e Aghion e Howitt (1992). Hall e Jones (1999) mostram que diferenças internacionais de produto por trabalhador estão ligadas a produtividade, capital humano e infraestrutura social, isto é, instituições e políticas que favorecem acumulação e produção. Para evidência aplicada ao Brasil, Akerman et al. (2026) estimam que a pesquisa pública da Embrapa elevou a produtividade agropecuária agregada em 110% e obteve razão benefício-custo de 17, sobretudo pela criação e difusão de tecnologias adequadas às condições ecológicas brasileiras.
2. Gasques, Souza e Bastos, reproduzido pelo Ministério da Agricultura: 3,37% ao ano entre 1975 e 2019; como conferência, o USDA/ERS aponta 2,41% no mesmo período. Ambas medem a produtividade total dos fatores da agropecuária primária, não de toda a cadeia.

Desenvolvimento econômico começa com gente e conhecimento, boa gestão e uma parceria construtiva entre o setor público e o setor privado.

- **Orientação da inovação para ganhos produtivos mensuráveis e redução de dependência externa.**

  Priorizar setores com déficit estrutural e alta dependência de importações, como insumos químicos, farmacêuticos e cadeias agroindustriais, com foco em produtividade, competitividade e emprego qualificado. Ambientes de inovação não podem ficar isolados do setor produtivo e das universidades.

- **Fapemig como instituição estratégica de inovação.**

  Financiar ciência, tecnologia e inovação e pesquisa aplicada, com programa dedicado a pequenas e médias empresas de base tecnológica, aproximando pesquisadores da administração pública, financiando pilotos e avaliações e transformando conhecimento produzido com recurso público em melhores políticas e serviços, com contrapartida privada e sem criar nova burocracia.

- **Integração da UEMG e da Unimontes à estratégia regional, com autonomia preservada.**

  Respeitar a autonomia universitária, valorizar professores, pesquisadores, servidores e estudantes e aproximar pesquisa e extensão dos desafios regionais, em cooperação com empresas e governos sem subordinação acadêmica. A UEMG é peça da estratégia de desenvolvimento econômico de Minas Gerais: formação de pessoas e pesquisa aplicada conectadas às vocações regionais, com autonomia universitária preservada.

- **Valorização da Epamig, da Emater-MG e da Fundação João Pinheiro como capacidade técnica do Estado.**

  Epamig em pesquisa agropecuária aplicada, adaptação climática, produtividade e agregação de valor; Emater-MG em assistência técnica, agricultura familiar, cooperativismo, adoção de tecnologia e acesso a mercados; Fundação João Pinheiro na formação de quadros técnicos estaduais e municipais e no apoio à gestão e avaliação de políticas, ampliando parcerias com municípios. Incluir também a cooperação com universidades e institutos federais.

- **Consolidação dos distritos de inovação e da residência tecnológica como política de Estado.**

  Governança compartilhada entre universidades, setor produtivo, municípios e Estado, com continuidade de longo prazo, e trilhas práticas que aproximem formação avançada de mercado, propriedade intelectual e desenvolvimento de negócios.

- **Territorialização da agenda de inovação por vocações produtivas.**

  Direcionar instrumentos para vocações locais com potencial de escala, como tecnologia do leite, certificação de produtos regionais, aproveitamento de resíduos minerais e produção de insumos, conectando pesquisa, empresas e mercado em arranjos regionais.

- **Integração dos centros de pesquisa aplicada às regiões, para desenvolver soluções técnicas aos problemas locais.**

  Minas Gerais possui diversos centros de pesquisa distribuídos pelo território, hoje pouco conectados às demandas concretas de quem produz. O Estado apoiará pesquisas voltadas aos problemas de produtividade das vocações produtivas e das localidades identificadas pela própria população, com o apoio dos Governos Regionais na identificação das prioridades e na aproximação entre pesquisadores, produtores, empresas e municípios.

- **Minas Gerais como referência em energia limpa.**

  Usar planejamento, fomento, licenciamento e articulação regulatória, BDMG, ativos energéticos e a capacidade institucional da Cemig para ampliar energia solar, eólica, biogás, biodiesel e outras fontes limpas, conectando energia competitiva, atração de investimentos e transição ambiental.

Cultura, turismo e esporte como ativos regionais

Cultura e sua dimensão em Minas Gerais

Minas Gerais surpreende pela diversidade cultural, do barroco de Ouro Preto, Congonhas e Diamantina à modernidade da Pampulha; do Congado e dos Reinados às bandas de música que atravessam gerações; da viola e da Folia de Reis ao Clube da Esquina e ao rock mineiro; da cerâmica do Vale do Jequitinhonha ao queijo Minas artesanal em suas várias regiões no estado; das quitandas e da cachaça aos saberes de mestres, sineiros e artesãos espalhados pelos 853 municípios.

Minas Gerais tem o acervo de séculos de arte e cultura, uma arte viva que se transforma seguidamente: das artes plásticas impregnadas pelo barroco às esculturas e linhas de Amílcar de Castro, que surpreendeu com formas inesperadas; da música das igrejas e dos cravos à revolução do Clube da Esquina. São muitos os exemplos da diversidade e da vida da arte em Minas Gerais, preservando o passado e viabilizando as novas manifestações.

O patrimônio da cultura mineira transborda nas regiões. A política pública deve apoiar a sua preservação e cuidar do acesso da sociedade para usufruir desse patrimônio, mapeando suas manifestações, sabendo onde estão e quem as mantém vivas, protegendo seus mestres e seus saberes e auxiliando na curadoria dos espaços e das muitas manifestações de arte e de tradição. Cultura é também o que se cria hoje e o que se renova, das periferias urbanas às novas linguagens digitais, e uma política de Estado valoriza tanto o patrimônio de três séculos quanto o que nasce agora.

- **Mapa Estadual da Cultura, com inventário participativo de bens, mestres e saberes.**

  Levantamento contínuo, feito com municípios e comunidades, do patrimônio material e imaterial, das manifestações, dos grupos e dos mestres de cultura, servindo de base para orientar fomento, salvaguarda e decisões por território.

- **Proteção e valorização dos mestres e das culturas populares.**

  Registro, salvaguarda e apoio direto a artesãos, bandas de música, Congados e Reinados, Folias, quitandeiras, sineiros e demais guardiões de saberes, com transmissão às novas gerações e reconhecimento de sua função pública.

- **Fortalecimento do patrimônio e das instituições de memória.**

  Fortalecer o IEPHA-MG e a rede de arquivos, acervos e museus, com restauração, conservação preventiva e apoio aos municípios na gestão do seu patrimônio, do barroco às paisagens culturais e ao patrimônio ferroviário e industrial.

- **Cultura na escola, com a memória local como conteúdo.**

  Levar a história e a cultura de cada região para as escolas estaduais, aproximando estudantes de seus mestres, festas e patrimônios, para que o pertencimento comece na formação.

- **Circulação e intercâmbio cultural entre as regiões de Minas Gerais.**

  Programa que conecte Jequitinhonha, Mata, Norte, São Francisco, Sul, Triângulo, Vale do Rio Doce e Vertentes, para que cada região conheça a produção das demais.

- **Economia da cultura desconcentrada, com fomento e editais em todo o território.**

  Fomento, editais e formação distribuídos por todas as regiões, e não concentrados na capital, tratando a economia criativa (artesanato, audiovisual, festas, gastronomia, música e turismo cultural) como vetor de renda e de desenvolvimento regional.

- **Apoio à cultura que nasce agora.**

  Sustentar as novas linguagens e a produção contemporânea, das periferias urbanas ao digital, entre elas audiovisual, design, funk, hip-hop e samba, reconhecendo que a cultura também é o que se escolhe transmitir ao futuro.

  A política pública deve apoiar a preservação das esferas locais, da música ao artesanato e às técnicas passadas entre gerações, e garantir a formação de gente imersa na arte e na cultura em suas muitas manifestações em Minas Gerais. Auxiliar na curadoria das áreas históricas e das manifestações culturais fortalece a preservação das tradições: cultura, tradição, aprendizado e turismo se unem como estratégia de desenvolvimento e de transmissão das tradições às gerações mais novas.

- **Profissionalização da gestão do turismo e dos equipamentos culturais.**

  Perfil técnico e foco na experiência do visitante, integrando promoção, infraestrutura, segurança e calendário, com padrão estável de manutenção e funcionamento dos equipamentos culturais do Estado.

- **Estruturação de roteiros e circuitos regionais de turismo e cultura.**

  Apoiar o que cada região já faz bem, fortalecer consórcios, qualificar destinos, apoiar promoção e valorizar patrimônio, gastronomia, artesanato, natureza e manifestações culturais, conectando turismo e cultura ao desenvolvimento econômico local.

- **Consolidação da economia do bem-estar das estâncias hidrominerais do estado.**

  Programa estadual para transformar o conjunto hidromineral de Minas Gerais em plataforma de turismo e serviços, com governança, prestação de contas, requalificação de funcionamento, operação profissional por concessão ou parceria e calendário permanente que reduza a sazonalidade.

- **Reorientação, democratização e interiorização da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte.**

Redirecionar a lei para priorizar projetos de esporte educacional, comunitário e de participação, com atenção a crianças e adolescentes, idosos, mulheres, pessoas com deficiência e comunidades vulneráveis. Ampliar o acesso de municípios pequenos e médios, reduzindo a concentração histórica dos recursos nas maiores cidades, e aperfeiçoar os incentivos para que empresas invistam nas regiões onde atuam. Priorizar projetos que deixem legado permanente, como quadras e equipamentos esportivos em funcionamento continuado, em vez de eventos pontuais, com critérios públicos de seleção e prestação de contas sobre o alcance efetivo de cada projeto.

Avaliação de políticas públicas

- **Comissão Independente de Avaliação e Resultados de Minas Gerais.**

Quem executa uma política pública não pode ser o único a dar nota ao próprio trabalho. É preciso distinguir três coisas que costumam ser confundidas. Monitorar é acompanhar o que está acontecendo, quantas pessoas foram atendidas e quanto foi gasto. Auditar é verificar a regularidade, se o dinheiro foi aplicado conforme a lei. Avaliar é responder a uma pergunta diferente: a política produziu o resultado prometido, para quem funcionou, em qual território, a que custo por resultado alcançado e o que teria acontecido sem a intervenção do Estado.

A proposta é criar, por projeto de lei, a Comissão Independente de Avaliação e Resultados de Minas Gerais, sob a forma de autarquia em regime especial, com autonomia administrativa, orçamentária e técnica, sem subordinação quanto às conclusões, à metodologia e à publicação dos relatórios. A direção seria colegiada, com cinco integrantes de mandatos escalonados de cinco anos, sem recondução imediata, selecionados por chamada pública com critérios técnicos divulgados previamente, indicados pelo governador, sabatinados pela Assembleia Legislativa e destituíveis apenas por causa prevista em lei, após processo regular. O escalonamento impede que um único governador escolha toda a direção de uma só vez.

A equipe seria um núcleo permanente enxuto, selecionado por mérito, reunindo administração pública, avaliação, ciência de dados, economia e estatística, apoiado por convênios com a Fundação João Pinheiro, universidades e institutos de pesquisa, e por painéis externos quando o tema exigir. A Assembleia, o governo e o Tribunal de Contas poderiam solicitar estudos, e a sociedade poderia sugerir temas, mas uma parcela mínima da agenda anual seria definida pela própria Comissão, para que assuntos politicamente desconfortáveis também sejam examinados. Os critérios de escolha seriam públicos: ausência de evidências confiáveis, materialidade orçamentária, relevância regional e risco social.

O escopo alcançaria ações, benefícios tributários, contratos, políticas, programas, regulações e subsídios, porque o dinheiro público não aparece apenas na despesa: aparece também quando o Estado abre mão de arrecadação, concede crédito favorecido, oferece garantias ou transfere atividades a parceiros. Todo novo benefício tributário relevante nasceria com objetivo mensurável, indicadores verificáveis, fonte de dados e data prevista de revisão, e os benefícios antigos entrariam progressivamente em um calendário público. A Comissão empregaria avaliação anterior à implementação, de implementação, de impacto, econômica e revisão de gasto, usando o método mais rigoroso disponível em cada caso e declarando com honestidade o grau de certeza de cada conclusão. Teria acesso protegido aos microdados administrativos em ambiente seguro, com dados desidentificados e observância da Lei Geral de Proteção de Dados, publicando indicadores agregados, metodologias e, quando juridicamente possível, os códigos estatísticos, para permitir revisão externa.

Cada avaliação seguiria um rito público, da pergunta investigada e da metodologia até o relatório preliminar, as críticas técnicas e o relatório final, entregue simultaneamente ao governador, à Assembleia e à sociedade. O órgão avaliado poderia apontar erros factuais antes da publicação, mas não alterar conclusões nem impedir a divulgação. As recomendações não seriam automaticamente vinculantes, porque um grupo de especialistas não substitui o governo eleito. Três obrigações, sim, seriam vinculantes: publicar o relatório, responder a ele em prazo definido, indicando o que se acolhe e o que se rejeita com justificativa pública, e demonstrar, na preparação do orçamento, como as avaliações foram utilizadas. Pedidos de ampliação de programas e de renovação de benefícios relevantes precisariam enfrentar as evidências produzidas. O técnico mede, o governo decide, a sociedade conhece as razões.

O desenho combina a governança da Productivity Commission australiana, que existe também em nível estadual, em Queensland, com a integração orçamentária praticada no Chile, onde desde 1997 a Direção de Orçamentos avalia programas com painéis externos e leva os resultados ao Congresso antes da proposta orçamentária. Modelos semelhantes de proteção institucional existem nos Estados Unidos, no Reino Unido e na maioria dos países da OCDE. A Comissão não competiria com a Controladoria-Geral do Estado, que exerce o controle interno, nem com o Tribunal de Contas, que exerce o controle externo e as auditorias operacionais, nem substituiria a Fundação João Pinheiro ou o sistema estadual de monitoramento. Ela ocuparia o espaço hoje vago: a avaliação técnica independente dentro do ciclo regular de planejamento, orçamento e revisão das políticas.

Estratégias de desenvolvimento

- **A política pública deve contribuir com o desenvolvimento das vantagens da região.**

> Política social, como Educação, saúde e saneamento, são parte relevante para o crescimento da produtividade. Uma criança que aprende na idade certa, uma família com água tratada e atendimento de saúde, uma cidade com serviços que funcionam, são a condição para que o crescimento aconteça e, sobretudo, para que ele se sustente.
>
> A política social deve ser combinada com apoio à ciência e à tecnologia. Cabe ao Estado aproximar os centros de pesquisa das realidades locais, diagnosticar os problemas concretos de cada região, identificar as soluções possíveis e acompanhar seus resultados, transformando conhecimento em ganho de produtividade onde as pessoas vivem e trabalham. É esse o elo que falta entre a capacidade científica instalada em Minas Gerais e o desenvolvimento efetivo dos seus territórios.
>
> Esse é o resultado das pesquisas com dados sobre desenvolvimento econômico das últimas três décadas.[3]

Minerais críticos e terras raras

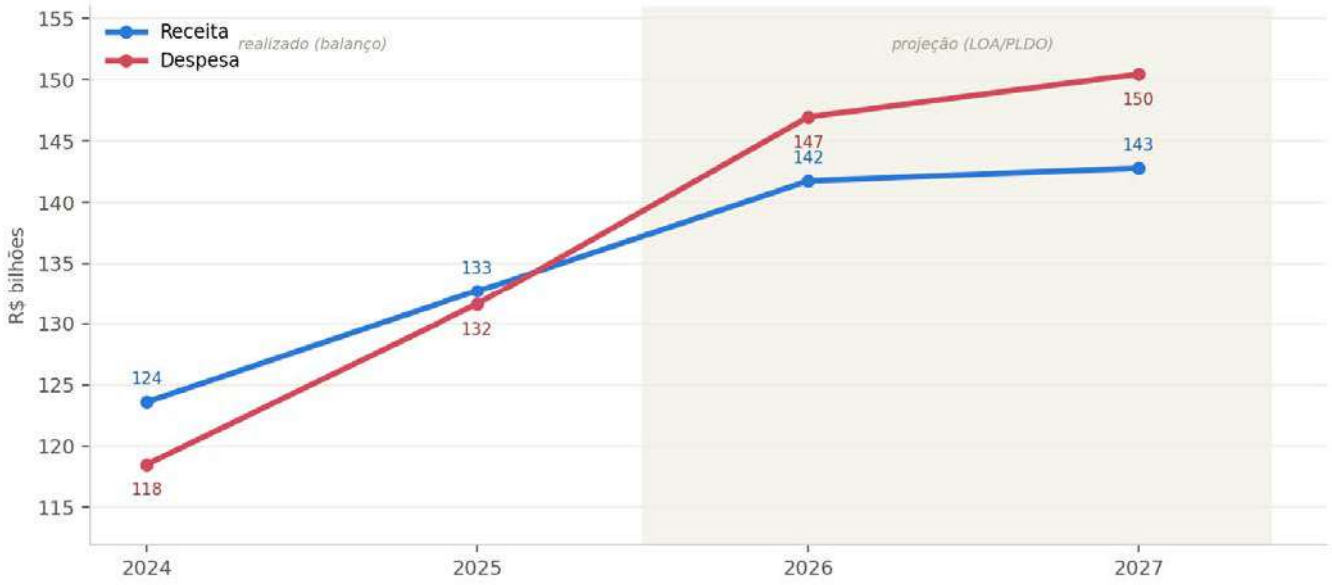
- **Política Estadual de Minerais Críticos e Terras Raras, com estratégia de agregação de valor.**

> Identificar e desenvolver cadeias ligadas a minerais críticos e estratégicos, com pesquisa geológica e tecnológica, transformação e agregação de valor, formação de fornecedores locais, qualificação profissional, conexão com a transição energética e a economia de baixo carbono e atração de indústrias e centros de desenvolvimento. A existência do mineral não é garantia automática de industrialização; a política existe justamente para transformar potencial em cadeia produtiva, reconhecendo que a autorização de pesquisa e lavra mineral depende da Agência Nacional de Mineração (ANM), no âmbito federal.

Agenda Fiscal

Minas Gerais convive com uma dívida elevada, renegociada há décadas. A origem é conhecida: a crise dos bancos estaduais, os desequilíbrios acumulados e o crescimento dos gastos obrigatórios.

O Estado de Minas Gerais tem tido problemas recorrentes nas suas contas públicas. Nos últimos oito anos, a despesa primária cresceu sistematicamente mais do que a receita.



Receita e despesa de Minas Gerais, em R$ bilhões. Realizado (balanço) em 2024 e 2025; projeção (LOA e PLDO) em 2026 e 2027. Fontes: Agência Minas, SEF-MG e ALMG.

3. O Prêmio Nobel de Economia reconheceu essa agenda de forma sucessiva: Paul Romer, em 2018, pelo papel das ideias e das políticas públicas no crescimento sustentado; Abhijit Banerjee, Esther Duflo e Michael Kremer, em 2019, pela avaliação experimental de políticas de combate à pobreza; Daron Acemoglu, Simon Johnson e James Robinson, em 2024, pelo peso das instituições na prosperidade das nações; e Joel Mokyr, Philippe Aghion e Peter Howitt, em 2025, por explicarem o crescimento movido pela inovação. Quatro prêmios em oito anos apontando para a mesma direção.

Mesmo com os auxílios federais durante a pandemia e com decisões que suspenderam parte do pagamento da dívida, Minas Gerais saiu de superávit para déficit, há déficit projetado para este ano e um déficit maior para o seguinte. Para 2026, a Lei Orçamentária projeta receita de R$ 127,1 bilhões e despesa de R$ 132,3 bilhões, com déficit de R$ 5,2 bilhões, ante R$ 8,6 bilhões estimados para 2025, e a despesa de pessoal já alcança 62,37% da Receita Corrente Líquida, acima do teto de 60% da LRF.

A mensagem é uma só, e precisa ser inequívoca: a despesa primária tem de crescer menos que a receita. A saída não é aumentar a carga tributária. O descontrole, nos últimos anos, do crescimento da despesa agravou o problema da dívida pública do Estado de Minas Gerais, apesar dos sucessivos programas de auxílio do governo federal e de liminares suspendendo o pagamento da dívida do Estado.

- **Diagnóstico transparente do problema fiscal.**

  Há muitos anos, tanto o governo federal quanto os governos estaduais e municipais enfrentam problemas fiscais, dívidas elevadas, com taxas de juros igualmente altas, e despesas primárias que, com frequência, superam as receitas.

- **Reconhecimento da gravidade do problema fiscal de Minas Gerais.**

  O estado de Minas Gerais é um dos casos mais graves da federação: carrega dívida elevada com a União, não paga há anos, e, mesmo já tendo sido beneficiado por renegociações, o problema fiscal persiste.

- **Recursos extraordinários fora do gasto corrente obrigatório.**

  Com muita frequência, governos locais beneficiados com auxílios e transferências da União transformam esses novos recursos em aumento do gasto corrente obrigatório, o que leva à manutenção da preocupante situação fiscal e, por vezes, ao seu agravamento.

- **Aprendizado com casos de sucesso na superação de crises fiscais.**

  Existem casos de sucesso na resolução de sérios problemas fiscais. O Espírito Santo, que vivia uma crise grave, com dificuldades até para pagar a folha salarial, superou o problema com a estabilização do crescimento dos gastos, uma trajetória de ajustes no orçamento e a análise cuidadosa das políticas públicas para identificar as que eram efetivas para o bem-estar da população. Com a melhora das contas públicas, o estado pôde, paulatinamente, ampliar e qualificar os serviços à população e tornou-se, por exemplo, uma referência nacional em educação.

- **Reconhecimento do caso de Alagoas como referência de virada fiscal e social.**

  Há cerca de uma década, o estado de Alagoas apresentava problemas tanto nas suas contas públicas quanto na qualidade de diversos serviços públicos, como saúde e educação, entre outros. A estratégia foi semelhante à do Espírito Santo: estabilização do crescimento dos gastos, avaliação das políticas públicas, revisão de projetos e empreendimentos em busca de eficiência e atenção às políticas que mais afetam o cotidiano da população. Ao longo dos anos, o estado reverteu o quadro fiscal, obteve melhoras importantes nos indicadores sociais e chegou a soluções inovadoras, por exemplo, na concessão do saneamento.

- **O ajuste fiscal permitiu retirar o Brasil da grave crise.**

  O Brasil passou por uma grave crise econômica a partir de 2015, com inflação elevada, recessão e juros altos. Mais uma vez, com a mudança da política econômica e a estabilização dos gastos públicos, as contas do governo melhoraram aos poucos, as taxas de juros caíram, a inflação recuou e a economia saiu da recessão.

- **O plano para Minas Gerais segue a mesma trajetória.**

  Estabilizar os gastos públicos, rever políticas e programas para avaliar sua efetividade e o benefício que geram para a população, e adotar as melhores práticas de políticas sociais e de concessão de serviços, escolhidas com base em evidências entre as mais bem-sucedidas do Brasil.

- **As prioridades anunciadas neste plano serão valorizadas nesse processo.**

  Serão reavaliadas as estratégias ineficientes e buscada a melhor integração entre políticas e programas públicos que tratam de temas semelhantes, porém com problemas na interação.

- **Consolidação e divulgação, em linguagem clara, de um painel anual de benefícios e subsídios fiscais.**

  Consolidar e divulgar um painel anual de benefícios e subsídios fiscais, com custo estimado, objetivo, contrapartidas e evidências de resultado. A partir do diagnóstico, revisar o que não entrega retorno público e proteger o que tiver justificativa social explícita e resultados verificáveis. O painel deve indicar também o beneficiário, quando juridicamente possível, e o prazo de vigência de cada benefício, para que renúncias sem contrapartida comprovada possam ser revistas.

  No anexo deste texto, trazemos uma analise detalhada do ajuste fiscal viabilizado pelo PROPAG com o governo federal.

Infraestrutura, Ferrovias e Mobilidade

Minas Gerais já teve uma rede extensa de ferrovias para viabilizar o transporte de minérios sem degradar a malha rodoviária. A falta de investimentos e apoio público, contudo, resultou na redução da malha ferroviária e comprometeu a qualidade do transporte nas estradas. Minas Gerais, tristemente, ficou conhecida pela má qualidade das suas estradas.

Nas décadas de 1950 e 1960, Minas Gerais teve a maior malha ferroviária do país, 8.176 km, cerca de um quarto do total brasileiro; hoje opera pouco mais de 5.000 km, ainda a segunda maior do país. Para dimensionar o potencial, Minas Gerais conta hoje com cerca de 270 mil km de malha rodoviária, a maior do Brasil: a distância entre o tamanho da rede de estradas e o da rede de trilhos mostra o quanto o estado ainda pode crescer sobre ferrovias.

Não faltam recursos: há fundos e planos federais para financiar ferrovias. Falta executar e coordenar. O desafio é articular União, Estado e municípios para construir soluções ambiental e economicamente sustentáveis, viabilizar o transporte de minérios e proteger a malha rodoviária. É um plano de longo prazo, de Estado e não de um só governo: o compromisso destes quatro anos é montar os projetos e iniciar a execução, deixando uma estrutura que os próximos governos continuem.

Vale reconhecer o que foi bem feito em outras administrações, como o trabalho de Renan Filho e George Santoro, no governo de Alagoas e no Ministério dos Transportes. Reconhecer mérito alheio é generosidade que combina com Minas Gerais, o lugar da conversa.

PROBLEMA

Manutenção tratada como gasto, e não como patrimônio, com a logística mineira dependente da estrada e a ferrovia represada por falta de coordenação entre agências.

DADO

Apenas 8% das cargas mineiras seguem por ferrovia.

SOLUÇÃO

Manutenção por desempenho da rede rodoviária, Portfólio Estadual de Projetos Executivos, e "O Futuro sobre Trilhos", com projetos ferroviários prontos para captar recursos federais.

AS PROPOSTAS

Manutenção, contratação e capacidade técnica

- **Manutenção por desempenho da rede rodoviária.**

> Contratos plurianuais em que empresas respondem pela conservação de trechos definidos, com indicadores de qualidade, segurança, pavimentação, sinalização e disponibilidade, atacando o passivo acumulado e estabilizando o padrão da rede fora das concessões.

- **Preservação de um núcleo técnico estatal pequeno e altamente qualificado.**

  Capacidade permanente para estruturar projetos, avaliar propostas, fiscalizar contratos, dialogar com o setor privado e garantir qualidade, assegurando o comando técnico do Estado sobre o investimento.

- **Reforma da contratação de obras com projeto executivo completo como padrão.**

  Contratação orientada à qualidade e à entregabilidade, com avaliação de capacidade técnica e critérios objetivos de qualificação, para reduzir paralisações, litígios e retrabalho.

- **Portfólio Estadual de Projetos Executivos.**

  Carteira permanente de projetos e estudos, com governança de priorização e atualização, para impedir o reinício de projetos a cada troca de gestão, filtrada por impacto econômico, integração logística e maturidade técnica.

- **Diagnóstico anual do passivo de infraestrutura.**

  Painel público com condição das rodovias, pontos críticos, custos estimados, intervenções e impactos logísticos e de segurança, como ferramenta de gestão, não de comunicação.

- **Integração das aprovações entre órgãos estaduais, municípios e União.**

  Diretriz neutra de coordenação para decisões articuladas sobre projetos estruturantes, sem redução do rigor ambiental e sem criar procedimento próprio de flexibilização de licenciamento.

- **Programa de estradas mais seguras com base em mapa de risco.**

  Priorizar sinalização, manutenção e intervenções a partir de dados de acidentes, mortes e ocorrências, com critério técnico verificável.

Mobilidade e transporte coletivo

- **Organização da rede de transporte para reduzir o tempo de deslocamento e ampliar o acesso aos serviços públicos.**

  Planejar a rede considerando as necessidades de deslocamento da população e o acesso aos serviços estaduais, especialmente saúde e atendimento ao cidadão, integrando fisicamente e por bilhetagem os sistemas municipais e metropolitanos onde for possível. A referência é aproximar o cidadão do serviço, não deslocar o serviço como eixo principal.

- **Estudos para a recuperação do transporte coletivo metropolitano.**

  Realizar estudos técnicos sobre as condições do transporte coletivo metropolitano, avaliando regularidade, tempo de viagem, lotação, confiabilidade e estrutura de custos, de modo a identificar os gargalos que hoje afastam o usuário e a dimensionar as alternativas de resposta. Os estudos devem examinar modelos de apoio financeiro adotados em outras regiões metropolitanas, as condicionantes de desempenho associadas a esse apoio e a repartição de responsabilidades entre Estado e municípios, subsidiando decisões futuras sobre o desenho e o financiamento do sistema. Tornar o ônibus uma alternativa competitiva ao automóvel reduz congestionamento, custo do deslocamento e emissões, mas exige diagnóstico consistente antes de qualquer compromisso de aporte. Os estudos considerarão também o reconhecimento de outras regiões metropolitanas de Minas Gerais, além da Região Metropolitana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana do Vale do Aço, e avaliarão a possibilidade e a importância de uma tarifa única de transporte metropolitano nessas regiões, com o objetivo de viabilizar sua implementação quando as condições técnicas e fiscais permitirem.

- **Modernização e digitalização dos serviços de trânsito, com atendimento mais rápido e menos burocracia para o cidadão.**

  Integrar os serviços de trânsito a plataformas digitais seguras e acessíveis, reduzindo filas, prazos e etapas presenciais para quem precisa emplacar, transferir ou regularizar um veículo.

- **Estruturar uma rede estadual de pontos de apoio ao trabalhador por aplicativo e por demanda em ativos do Estado**

  Instalar, em equipamentos e áreas sob gestão estadual (terminais, estações, áreas de descanso em rodovias, grandes equipamentos públicos), pontos de apoio com banheiro, água, área de descanso e orientação de serviços. Onde a implantação depender de território municipal, operar por pactuação com prefeituras e consórcios, com padrão mínimo de estrutura e manutenção.

O Futuro sobre Trilhos

- **Estruturação, em articulação com o Governo Federal, de projetos ferroviários prontos para captar recursos da compensação mineral.**

  > Existem recursos federais de compensação mineral destinados a projetos ferroviários ligados aos impactos da mineração, e para acessá-los Minas Gerais precisa ter projetos estruturados e prontos para execução. A estruturação deve ser conduzida em articulação permanente com o Ministério dos Transportes, o Ministério de Minas e Energia e demais órgãos federais responsáveis pela destinação desses recursos, de modo que os projetos mineiros já nasçam alinhados aos critérios técnicos e aos prazos das linhas de financiamento federais. A ausência de projeto pronto, e não a falta de recurso, é o que tem impedido o Estado de acessar essas fontes.

- **Governança de integração entre as instâncias que avaliam e aprovam projetos ferroviários.**

  > São muitas as agências e instâncias que avaliam projetos nos diversos níveis de governo, sem integração entre si, de modo que um projeto aprovado em uma esfera esbarra em outra e fica parado por longos períodos. Instituir uma governança permanente de coordenação entre esses órgãos, garantindo a observância das normas envolvidas com maior celeridade e previsibilidade de prazos, e articulando as instituições de pesquisa de Minas Gerais e de outras regiões para reduzir a dificuldade de integração dos estudos técnicos. Existem mais de 20 projetos aprovados para construção de ferrovias em Minas Gerais dependendo da celeridade dessas etapas.

- **Consolidação da capacidade de estruturar e executar o Plano Estratégico Ferroviário.**

  > Reunir, num só instrumento, planejamento, modelagem e captação de recursos, superando o cenário em que projetos são estruturados numa área e ficam paralisados nas etapas seguintes. Diferenciar com clareza as fontes: recursos federais, parcela da CFEM destinada ao Estado, outorgas ferroviárias e financiamento climático.

- **Incentivo à diversificação de cargas e à retomada de trens regionais.**

  > Condicionar a política ferroviária estadual à diversificação de cargas, hoje concentrada no minério, e à retomada de trens regionais de passageiros onde houver demanda e viabilidade, com rotas-piloto integradas a polos regionais, evitando que a malha atenda a um só setor.

- **Atuação na esfera federal para garantir retorno territorial nas concessões ferroviárias.**

  > Agenda mineira de negociação e acompanhamento das concessões e renovações que atravessam o estado, com foco em contrapartidas efetivas ao território, terminais intermodais e corredores estruturantes que reduzam o custo do frete e aliviem as rodovias.

(No Anexo 4, apresentamos o Dossiê Técnico Preliminar para a organização dos 15 corredores ferroviários de Minas Gerais que reconectarão o estado.)

Educação

Desde meados do século passado, existem pesquisas avaliando as técnicas de educação: o que é mais eficaz, como garantir a alfabetização e como ensinar matemática.

O Ideb, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, é a régua nacional: combina o aprendizado em Língua Portuguesa e Matemática com o fluxo dos alunos, numa escala de zero a dez, e permite comparar redes dentro do Brasil. O Pisa, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, é a régua internacional: avalia, a cada três anos, o que jovens de quinze anos conseguem fazer em ciências, leitura e matemática, e permite comparar o Brasil com o mundo.

O Brasil não tem ido bem em educação. Os dados mostram que o Brasil ficou atrás da maioria dos países emergentes e dos países desenvolvidos.[4]

Minas Gerais venceu a batalha da matrícula nas escolas. Mais crianças frequentam as escolas e menos são reprovadas. Contudo, os indicadores de aprendizado, como as competências em leitura, escrita e matemática, têm tido poucos avanços, sobretudo em comparação com outros países.

PROBLEMA

A escola garante a vaga, mas ainda não garante a aprendizagem.

DADO

Ideb do ensino médio em 4,5, abaixo da meta de 5,5, posicionando Minas Gerais em 8º lugar no ranking nacional.

SOLUÇÃO

Aprendizagem no centro da política educacional, alfabetização na idade certa, ensino médio mais relevante e supervisão pedagógica reorientada para o que importa.

AS PROPOSTAS

- **Aprendizagem como centro da política educacional.**

  Organizar o sistema em torno de currículo claro, método baseado em evidências, materiais adequados, professor presente e orientado, avaliação usada para corrigir o que não funciona e gestão voltada à proteção da rotina escolar.

  Para isso, os indicadores de aprendizagem precisam ser usados de forma consistente pela gestão pública, orientando decisões concretas: onde alocar recursos, quais escolas exigem apoio imediato, que formação oferecer ao professor e quais práticas manter ou abandonar.

4. No Pisa de 2022, o Brasil obteve 379 pontos em matemática, 410 em leitura e 403 em ciências, ante 472, 476 e 485 na média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Na última edição com resultados oficiais para as 27 unidades da federação, em 2015, Minas Gerais obteve 398 pontos em matemática, 431 em leitura e 422 em ciências, correspondentes, pelas médias pontuais, à 3ª, 3ª e 4ª posições. No Ideb de 2025, a rede estadual mineira marcou 6,7 nos anos iniciais, 5,3 nos finais e 4,5 no ensino médio, acima das redes estaduais do Brasil, ainda que abaixo das últimas metas oficiais (OCDE, Pisa 2015 e 2022; Inep, Ideb 2025).

O ponto de partida é conhecido. No Pisa 2022, os estudantes brasileiros obtiveram 410 pontos em leitura, avaliados na própria língua, contra 476 da média dos países da OCDE, resultado praticamente idêntico ao de 2009 e inferior ao de vizinhos como Chile e Uruguai. Países que investem por aluno valores próximos aos do Brasil alcançam desempenho superior em leitura, o que indica que o atraso não se explica apenas pelo volume de recursos, mas pela consistência com que são usados.

- **Aprendizagem dos alunos da rede estadual compatível com os níveis escolares.**

  Compromisso prioritário com a aprendizagem no tempo certo, identificando defasagens cedo e ajustando a prática pedagógica antes que as lacunas se acumulem.

- **Fortalecimento da aprendizagem no ensino médio.**

  Fortalecer a aprendizagem no ensino médio e ampliar seu retorno social, implementando adequadamente as mudanças recentes e diversificando as oportunidades de formação. Orientar a política por evidências sobre aprendizagem, continuidade dos estudos, ocupação e renda, sem apresentar o ensino técnico como única solução e sem opor técnico e ensino médio comum.

- **Reativação e modernização do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública.**

  Avaliação voltada à correção de defasagens, ao apoio pedagógico e à gestão da aprendizagem por etapa, escola e território, e não à produção de ranking isolado.

- **Reorientação da supervisão pedagógica estadual.**

  Deslocar a supervisão da fiscalização burocrática de pequenos problemas prediais para a aprendizagem, o currículo, o apoio às escolas, os resultados e as devolutivas a professores e gestores. Municípios podem colaborar na verificação local, mas a responsabilidade pelos prédios estaduais continua sendo do Estado.

- **Valorização do trabalho docente com carreira, concurso e valorização.**

  Reduzir a dependência de contratos temporários, recompor o quadro efetivo por concursos regulares e fortalecer o plano de carreira com progressão, formação continuada e previsibilidade remuneratória, com fonte orçamentária estável e planejamento plurianual. A formação continuada deve ser permanente e articulada com as universidades públicas mineiras e os institutos federais, distribuída por região e priorizando as áreas de maior defasagem de aprendizagem. A qualificação deve estar vinculada à prática de sala de aula e reconhecida na progressão da carreira, para que signifique melhora do ensino, e não apenas titulação.

- **Política estadual de escolas seguras.**

  Prevenção, apoio psicossocial e resposta integrada à violência escolar, articulando educação, justiça e segurança pública e assistência social, com práticas baseadas em evidências para convivência, prevenção do bullying e mediação de conflitos, protegendo a rotina de aprendizagem.

- **Fortalecimento da educação inclusiva, com prioridade para estudantes com TEA.**

  Formação continuada, organização do apoio (mediadores e monitores) e protocolos de acompanhamento, assegurando inclusão real na sala de aula e melhores condições de trabalho para a equipe escolar.

- **Integração da UEMG e da Unimontes à política de educação, ciência e desenvolvimento, com autonomia preservada.**

  Tratar as universidades estaduais como parte da política educacional do Estado, e não como instituições isoladas da rede, articulando sua atuação com a educação básica na formação inicial e continuada de professores, na produção de conhecimento sobre alfabetização e aprendizagem e na ampliação do acesso ao ensino superior público no interior, sempre com a autonomia universitária preservada.

- **Consolidação dos Jogos Escolares de Minas Gerais como principal política de formação esportiva e permanência escolar.**

  Fortalecer o JEMG como instrumento de formação esportiva, identificação de talentos e integração entre municípios, tratando-o como extensão direta do combate à evasão escolar e da presença do Estado no cotidiano das escolas, com calendário estável, apoio às escolas com menor estrutura e participação das redes municipais.

Saúde

O sistema de saúde no Brasil, graças ao SUS, tem indicadores comparáveis aos dos países emergentes com melhor resultado. Os dados do SUS são impressionantes: cerca de 76% dos brasileiros dependem exclusivamente desse sistema. Entre 2000 e 2019, a mortalidade infantil caiu 60% e a expectativa de vida subiu 5,7 anos. com a atenção primária, pela Estratégia Saúde da Família, reconhecida internacionalmente (OCDE, 2021).

Foram muitos avanços mas ainda existem desafios. Minas Gerais tem boa cobertura de atenção primária, mas a fila reaparece na média e alta complexidade e no cuidado de quem é mais vulnerável. O plano organiza redes regionais, torna a fila transparente, reforça prevenção e trata o cuidado de longa duração como política de Estado, com foco na experiência do cidadão e no tempo de espera.

PROBLEMA

Fila invisível, espera sem previsão e cuidado de longa duração jogado sobre as famílias.

DADO

A atenção primária cobre mais de 80% da população, mas a fila reaparece na média e alta complexidade.

SOLUÇÃO

Redes regionais integradas, regulação transparente para o cidadão, forças-tarefa por especialidade e Linha Estadual de Cuidado às Famílias Atípicas.

AS PROPOSTAS

- **Redução filas com integração regional efetiva do SUS.**

  Organizar o cuidado em redes integradas, fortalecendo a regionalização e os consórcios de saúde, enfrentando vazios assistenciais que empurram o paciente para a UPA e para o hospital, com coordenação estadual dos fluxos e do acesso. Priorizar a organização regional antes de criar novas estruturas físicas.

- **Regulação estadual transparente para o cidadão.**

  Ampliar a transparência de dados agregados sobre filas e percursos assistenciais, sem violar sigilo, para aumentar previsibilidade, confiança e legitimidade da gestão.

- **Maior resolutividade da Atenção Primária.**

  Converter cobertura em qualidade, com apoio clínico e integração com a atenção especializada, para que a Atenção Primária coordene de fato o cuidado e o percurso do paciente.

- **Reforço à prevenção e vacinação como prioridade de governo.**

  > Ações de prevenção, vacinação, vigilância e cuidado antes do agravamento, com metas regionais integradas à atenção primária, reduzindo sofrimento, internações evitáveis e custos futuros.

- **Forças-tarefa regionais para especialidades e média complexidade.**

  > Frentes estaduais integradas à regulação para reduzir filas reprimidas, com critérios clínicos e territoriais, evitando mutirões desconectados da organização permanente da rede.

- **Telemedicina, interoperabilidade e prontuário integrado como infraestrutura do SUS.**

  > Consolidar digitalização e interoperabilidade como base do sistema, com telemedicina como instrumento de acesso, não de substituição indiscriminada do atendimento presencial.

- **Rede adaptada ao envelhecimento e à saúde mental.**

  > Reorientar prioridades para o cuidado contínuo e o acompanhamento longitudinal, com linhas de cuidado ao idoso, doenças crônicas e transtornos mentais, e apoio à família cuidadora, em desenho regionalizado.

- **Linha Estadual de Cuidado às Famílias Atípicas.**

  > Integrar saúde, educação e assistência social num fluxo único para TEA, deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento, do diagnóstico precoce à reabilitação e ao acompanhamento, com referência e contrarreferência regionais, busca ativa na primeira infância, apoio ao cuidador (respiro familiar e suporte psicossocial) e transparência da fila de reabilitação, evitando a peregrinação das famílias entre serviços.

Segurança Pública

A segurança pública deve proteger o cidadão. Os dados relatam uma mudança nos últimos anos. Entre 2014 e 2024 os homicídios em Minas Gerais caíram 42,2%, de 23,2 para 12,8 por 100 mil habitantes; a tendência, porém, se inverteu no último ano, com alta estimada de cerca de 25% entre 2023 e 2024, a maior do país (Atlas da Violência 2026, Ipea) A queda de uma década não apaga a reversão recente nem o avanço do crime organizado, e é isso que a política precisa enfrentar.

Há um segundo problema, institucional. Em 2020, o governo encaminhou à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei 1.451, que previa a recomposição salarial das forças de segurança de forma escalonada até 2022. Depois de aprovado o projeto, o governo sancionou apenas a primeira etapa do reajuste e vetou as seguintes, alegando restrição fiscal. O veto, mantido pela Assembleia, atingiu agentes penitenciários e socioeducativos, bombeiros, policiais civis e militares, provocou protestos e ameaças de paralisação e rompeu a confiança entre o governo e as forças. Sem entender esse episódio, ninguém compreende por que a prioridade é restabelecer o comando e reconstruir a confiança.

A piora dos homicídios, dos feminicídios e da presença do crime organizado em Minas Gerais exige o fortalecimento do sistema estadual de segurança pública, com integração entre as forças, cooperação com outros estados, diálogo permanente com o governo federal e transparência total dos dados. Minas Gerais deve apoiar e participar ativamente do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

PROBLEMA

A violência se tornou mais complexa, enquanto o Estado perdeu capacidade de coordenação, investigação, integração e resposta.

DADO

2.731 homicídios em Minas Gerais em 2024, crescimento de 25% na comparação com o ano anterior, segundo o Atlas da Violência.

SOLUÇÃO

Reconstruir o sistema estadual de segurança por meio de integração das forças, inteligência, transparência, cooperação federativa e recuperação da capacidade operacional.

AS PROPOSTAS

- **Reconstrução a confiança institucional entre governo e forças de segurança.**

  Restabelecer comando, cooperação e previsibilidade por meio de diálogo permanente e compromissos públicos, com política salarial pactuada, responsável e compatível com o espaço fiscal. O episódio do PL 1.451/2020 aparece como símbolo da quebra de confiança entre o governo e as forças; a perda de confiança e de coordenação enfraquece a capacidade de resposta do Estado. Esse episódio não contribuiu para evitar o fortalecimento e a territorialização das facções.

- **Centro Integrado de Inteligência Criminal com base de dados única.**

  Integrar Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Penal, Corpo de Bombeiros e forças federais quando necessário, com base de dados única, diagnóstico territorial contínuo, análise criminal, acompanhamento das rotas do crime organizado, integração com o sistema prisional e cooperação com estados vizinhos e com a União, no âmbito do SUSP.

- **Transparência total dos dados criminais.**

  Portal de dados criminais confiáveis, atualizados e territorializados, com metodologia pública, acesso para cidadão, gestores e pesquisadores e proteção contra maquiagem estatística, tratando o aumento de registros como diagnóstico para intervenção, não como falha política.

- **Custeio da segurança pelo orçamento estadual.**

  Recuperar a capacidade de o Estado pagar combustível, manutenção de viaturas, pneus e peças, apoio administrativo, funcionamento de delegacias e pequenas reformas, reduzindo gradualmente a dependência das prefeituras, especialmente as mais pobres. Essas despesas são de custeio ordinário e devem ser pagas pelo orçamento, não por fundo.

- **Fortalecimento da investigação, perícia e inteligência.**

  Reequilibrar investimentos para perícia, análise criminal, combate ao crime digital, investigação financeira e recuperação de ativos, sem criar oposição simplista entre Polícia Militar e Polícia Civil, e destinando de forma transparente os ativos recuperados a inteligência, tecnologia e estrutura.

- **Tecnologia com governança e supervisão humana.**

  Integração de registros, análise territorial, investigação digital, processamento de imagens, reconhecimento facial com auditoria e supervisão humana e alertas operacionais, sem afirmar que a tecnologia identifica sozinha os autores de crimes.

- **Recuperação do controle do sistema prisional.**

  Bloqueadores de celular modernos, adquiridos e operados pelo próprio Estado com equipamentos homologados pela Anatel, isolamento de lideranças, reformas emergenciais, novas vagas e expansão das APACs, enfrentando superlotação e comunicação ilícita com o exterior.

- **Recomposição gradual da capacidade operacional das forças.**

  Recomposição planejada dos quadros a partir de diagnóstico técnico e regionalizado da demanda, sem prometer quantitativos sem diagnóstico, e com valorização profissional vinculada à qualidade do serviço e à capacidade do Estado, tratada de forma transparente e dentro do limite fiscal. Preservar a saúde mental e a segurança jurídica de quem atua dentro da lei.

- **Prevenção de feminicídios com rede de proteção capilar e resposta rápida.**

  Aderir ao Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios e instituir um plano estadual com metas territoriais, ampliando a capilaridade da rede no interior (núcleos regionais e casas de acolhimento consorciadas), com avaliação de risco, monitoramento de medidas protetivas, monitoramento eletrônico em risco qualificado, apoio ao deslocamento das vítimas e prevenção junto ao público masculino.

- **Programa estadual de combate ao roubo e ao furto de celulares.**

  Criar uma plataforma estadual, inspirada na experiência do Piauí, que integre o registro do IMEI dos aparelhos, o rastreamento e a recuperação dos celulares roubados ou furtados e a checagem imediata, pelas forças de segurança, de aparelhos com restrição. O sistema deve conversar com a plataforma federal Celular Seguro e com as operadoras, permitir o bloqueio e a devolução dos aparelhos e integrar-se ao Centro Integrado de Inteligência Criminal, atacando um dos crimes que mais afetam o dia a dia da população.

Meio Ambiente e Sustentabilidade

Cuidar do meio ambiente é cuidar do futuro. A sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade dos negócios não se opõem: caminham juntas. Proteger nascentes, matas ciliares e biodiversidade não é uma lista de boas intenções, é o que cria as condições para a produção sustentável, garante água limpa, tratamento e segurança ambiental, e sustenta a economia que depende desses recursos. O capítulo trata disso com argumento, não com frase de efeito: dos biomas e da segurança hídrica ao saneamento, aos resíduos e às emissões.

PROBLEMA

Menos da metade do esgoto é tratado em Minas Gerais, e áreas prioritárias, unidades de conservação e barragens de risco ainda carecem de fiscalização efetiva.

DADO

Apenas 42,5% do esgoto é tratado em Minas Gerais, segundo o SINISA. O desmatamento no Cerrado mineiro voltou a crescer, na contramão da queda nacional, e o estado ainda concentra 32 das 52 barragens de rejeitos alteadas a montante do país, segundo a ANM.

SOLUÇÃO

Saneamento universalizado, regulado pela Arsae-MG, com metas e cronograma por município; ampliação das áreas protegidas nos biomas mineiros e proteção da fauna com prioridade para a Lista Vermelha; redução do desmatamento com fiscalização e metas anuais; e continuidade da desativação das barragens de rejeitos alteadas a montante.

AS PROPOSTAS

Biodiversidade

- **Áreas prioritárias e a Lista Vermelha como critério de decisão.**

  Usar o mapeamento de áreas prioritárias para segurança hídrica e a Lista Vermelha (a lista oficial de espécies ameaçadas) para orientar investimento, compensação, fiscalização e restauração. Diagnóstico ambiental precisa alterar orçamento e destinação de recursos, não apenas constar em documento técnico.

- **Fortalecimento das unidades de conservação estaduais.**

  Recursos, servidores, planos de manejo, regularização fundiária gradual e relação com as comunidades do entorno, porque a proteção da biodiversidade depende de presença institucional e capacidade de fiscalização.

Recursos hídricos e saneamento

- **Arsae-MG como reguladora do saneamento.**

  Autonomia técnica, orçamento compatível, auditorias regulares e poder de fiscalização, com metas de qualidade, tarifa social, tratamento de esgoto, redução de perdas e transparência.

- **Universalização do saneamento com contratos, metas e proteção tarifária.**

  Contratos com cronograma por município, obras necessárias, responsabilidades, metas intermediárias, fiscalização e transparência de custos e prazos, alcançando áreas rurais, distritos, periferias e municípios com menor capacidade técnica, com atenção à proteção de nascentes e bacias e à redução de perdas.

Resíduos sólidos

- **Lixão Zero: eliminar os lixões com escala regional e inclusão social.**

  Consórcios, apoio técnico, estruturação de projetos, coleta seletiva, inclusão produtiva de catadores, cobrança justa e metas públicas, porque a solução exige escala regional, governança e financiamento, não apenas fiscalização pontual.

- **Bolsa Reciclagem e as cooperativas de catadores.**

  Ampliar e dar previsibilidade ao Bolsa Reciclagem, política estadual que remunera cooperativas e associações de catadores pelo material efetivamente reciclado, com repasses regulares, critérios claros de habilitação e apoio à formalização e ao equipamento das cooperativas. Reciclagem depende de quem faz a triagem, e a inclusão produtiva dos catadores é o que sustenta a cadeia e reduz o volume que chega aos aterros.

Emissões e descarbonização

- **Frente estadual de descarbonização de frotas e compras.**

  Ônibus de baixa ou zero emissão, apoio técnico a municípios, infraestrutura de recarga, critérios ambientais nas compras públicas e conexão com as cadeias minerais e tecnológicas do estado, sem superestimar o papel de um mineral específico.

Gestão ambiental

- **Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, o Sisema, com valorização dos servidores.**

  Recompor e qualificar as equipes do Sisema, que reúne Semad, Feam, IEF e Igam, com política de valorização dos servidores, formação continuada e condições de trabalho compatíveis com a responsabilidade de licenciar, fiscalizar e monitorar. A capacidade de resposta do Estado em meio ambiente depende de gente qualificada e permanente, não de estruturas temporárias.

- **Diagnóstico e planejamento ambiental do Estado para otimizar os instrumentos de gestão.**

  Produzir diagnóstico e planejamento ambiental de Minas Gerais que permita ordenar e dar coerência aos instrumentos existentes, entre eles a avaliação estratégica de impacto ambiental, o licenciamento ambiental, a autorização para supressão de vegetação e a outorga do direito de uso de recursos hídricos. O objetivo é reduzir sobreposição entre procedimentos, dar previsibilidade a quem é licenciado e concentrar o esforço técnico onde o risco ambiental é maior.

- **Copam como instância colegiada de decisão ambiental.**

  Assegurar ao Conselho Estadual de Política Ambiental condições de funcionamento e suporte técnico adequados, com pauta pública, prazos conhecidos e transparência das decisões e de suas justificativas, de modo que a sociedade civil participe com informação qualificada. Colegiado ambiental só cumpre sua função quando a decisão é tomada com informação técnica disponível a todos os conselheiros.

Fiscalização com tecnologia e redução de riscos

- **Fiscalização com satélite, sensoriamento remoto e inteligência geográfica.**

  Monitoramento de desmatamento, queimadas, supressão vegetal, barragens e degradação, com cruzamento de dados e atuação em campo, integrando órgãos estaduais e federais.

- **Monitoramento de barragens e desativação das alteadas a montante.**

  Cadastro público e georreferenciado de barragens de mineração e de rejeitos, com classificação de risco, auditoria independente, monitoramento contínuo, planos de emergência testados e comunicação direta com as comunidades das áreas de autossalvamento, integrado à Agência Nacional de Mineração. Sobre as estruturas alteadas pelo método a montante, acompanhar e cobrar o cumprimento integral dos cronogramas de descaracterização, com fiscalização estadual permanente, transparência pública sobre o estágio de cada estrutura e articulação com a Agência Nacional de Mineração e o Ministério Público, mantidas as exigências de segurança enquanto houver estrutura desse tipo em operação.

- **Reparação do Rio Doce.**

  Cobrar o cumprimento integral das obrigações de reparação após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, com monitoramento independente da qualidade da água e apoio técnico e jurídico aos municípios e comunidades atingidas.

- **Apoio técnico aos municípios na prevenção de desastres de impacto regional.**

  Coordenação estadual, monitoramento, alerta e resposta rápida a eventos extremos, com foco na capacidade local e no planejamento por bacia, sem assumir obras municipais específicas de drenagem.

Regularização fundiária, ambiental e defesa sanitária

- **Fortalecimento da defesa sanitária animal e vegetal.**

  Fortalecer o sistema estadual de defesa sanitária animal e vegetal como instrumento estratégico para proteger a produção, preservar o acesso aos mercados e garantir a segurança alimentar. Modernizar o IMA, ampliar a vigilância epidemiológica, a fiscalização, a capacidade laboratorial e os sistemas digitais de rastreabilidade, em permanente integração com o Ministério da Agricultura, municípios e setor produtivo. A prevenção é sempre mais eficiente e menos onerosa do que o enfrentamento de emergências sanitárias, preservando empregos, renda e a competitividade do agronegócio mineiro.

- **Regularização ambiental.**

  Acelerar a análise e a validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e, na sequência, a implementação dos Programas de Regularização Ambiental (PRA), hoje excessivamente atrasados, oferecendo segurança jurídica aos produtores que cumprem a legislação. É preciso valorizar quem produz de forma regular, respeita o Código Florestal e investe na conservação, ao mesmo tempo em que o Estado deve atuar com firmeza no combate aos crimes ambientais e às ocupações ilegais. Integrar os sistemas estaduais de meio ambiente, recursos hídricos e produção rural para reduzir burocracia, aumentar a previsibilidade e facilitar investimentos. A proteção ambiental e o desenvolvimento econômico caminham juntos quando o Estado oferece regras claras, decisões ágeis e apoio técnico para que produtores conciliem produção, conservação e recuperação ambiental, quando necessária.

Proteção Social, Mulheres, Juventudes e Habitação

A proteção social do Estado tem uma tarefa concreta: alcançar as famílias que têm direito a serviços e benefícios e hoje não são localizadas nem acompanhadas, por falta de capacidade das equipes ou de integração entre as políticas.

Uma política de proteção social se mede pela capacidade de o Estado chegar a quem mais precisa dele. O Serviço precisa alcançar a família certa, na hora certa, no lugar onde ela vive. Estar perto das pessoas em situação de vulnerabilidade, com dados que orientam a busca ativa e equipes presentes no território, é o que transforma o direito em proteção efetiva e devolve a confiança de que o Estado existe para servir.

PROBLEMA

Famílias vulneráveis fora do alcance dos serviços públicos, mulheres sem autonomia econômica para recomeçar após a violência, e déficit de moradia.

DADO

Muitas famílias elegíveis para o Cadastro Único e para a rede de proteção social ainda não são localizadas nem acompanhadas pelo Estado, por falta de busca ativa sistemática.

SOLUÇÃO

Cadastro Único como Mapa Estadual de Desproteções, Rede Estadual de Recomeço para mulheres em situação de violência, e política habitacional integrada pelo Minas Reurb.

AS PROPOSTAS

Assistência social que encontra as famílias

- **Transformação do Cadastro Único em Mapa Estadual de Desproteções, com busca ativa Porta a Porta.**

  Usar o Cadastro Único como base de planejamento territorial e instituir uma rotina permanente de busca ativa para localizar famílias com direito a serviços e benefícios que não acessam a rede, com prioridade para pobreza extrema, vulnerabilidade e violação de direitos. A partir desse mapa, fixar metas públicas de redução de desproteções, como evasão escolar, insegurança alimentar, moradia precária, ausência de saneamento e saída da pobreza, com apuração periódica e divulgação por região.

- **Apoio técnico a CRAS, CREAS e equipes de referência.**

  A partir de diagnóstico equipamento por equipamento, com ativação de saldos de fundos sociais e do Fundo de Erradicação da Miséria para serviços na ponta, e coordenação estadual com cobrança de resultados.

- **Integração da assistência social às demais políticas, com a escola como ponto de alerta.**

  Roteiro único de acompanhamento das famílias, com fluxo permanente entre escolas, CRAS, CREAS e saúde para identificar abandono escolar, queda de frequência e sinais de violação de direitos, sem competir com as políticas federais de renda, mas complementando-as.

- **Força Social de Emergência e CREAS volante regional.**

  Equipe estadual técnica e permanente para reforçar municípios em situações de alta complexidade social (infância em risco, desastres, rompimentos) e equipes regionais de CREAS volante para levar proteção especial a municípios sem cobertura própria.

- **Fortalecimento do Sistema Socioeducativo como função especializada do Estado, orientada à reinserção.**

  Segurança socioeducativa com comando estatal claro, diferenciada do sistema prisional adulto; diagnóstico técnico das unidades; recomposição planejada do efetivo dos Agentes de Segurança Socioeducativos dentro dos limites fiscais; avaliação técnica dos modelos de cogestão e das unidades híbridas; e orientação por resultados de responsabilização, escolarização, saúde mental, vínculo familiar e redução da reentrada, tratada como indicador central da política.

Mulheres

- **Rede Estadual de Recomeço para mulheres em situação de violência.**

  Fluxo único que integra segurança, assistência social, saúde, habitação, qualificação e trabalho, com auxílio temporário para quem precisa deixar a residência, atendimento remoto 24 horas e prioridade habitacional e de qualificação, para transformar a saída da violência em autonomia, não em dependência.

- **Política estadual permanente de saúde integral da mulher.**

  Atenção para além do ciclo gestacional (prevenção, saúde mental, saúde materna, puerpério, menopausa, endometriose e rastreamento de câncer de mama e de colo do útero), com unidades móveis nos municípios de baixa oferta e telemedicina de apoio, reduzindo desigualdades regionais de acesso.

Juventudes

As juventudes de Minas Gerais são cerca de um quarto da população do Estado, e cada jovem vive ao mesmo tempo a cultura, a escola, o esporte, a saúde, a segurança e o trabalho. Por isso a política de juventude precisa articular várias áreas em torno do mesmo jovem e ouvir quem ela pretende atender. Minas Gerais tem experiência a resgatar nesse campo, de programas como o Fica Vivo!, o Plug Minas e o Poupança Jovem, e o compromisso é colocar o jovem como ator central das decisões de governo que dizem respeito à sua vida.

- **Política estadual de juventudes, intersetorial e com o jovem no centro das decisões.**

  Coordenar, num só desenho, as ações de cultura, educação, esporte, saúde, segurança e trabalho e renda voltadas aos jovens de 15 a 29 anos, superando a fragmentação entre secretarias, com participação juvenil efetiva na formulação, na execução e na avaliação das políticas, por meio de conselhos e fóruns ativos e de canais permanentes de escuta, para que o jovem seja protagonista das decisões que afetam a sua vida.

- **Retomada do Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ), para orientar as políticas de juventude.**

  Retomar e atualizar o Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ), desenvolvido em parceria com a UFMG entre 2011 e 2014, que identifica os territórios onde os jovens estão em maior risco. O índice orienta o planejamento e o monitoramento das políticas de juventude, direcionando a busca ativa, o retorno à escola, o cuidado em saúde mental e o acesso a trabalho e renda para quem mais precisa.

Habitação

- **Ampliação e qualificação da regularização fundiária pelo Minas Reurb.**

  Expandir o programa executado pela Cohab Minas, articulando cartórios, registros e prefeituras, e complementar a titulação com urbanização e infraestrutura básica, para que o título se converta em bairro consolidado.

Diversidade, Direitos e Liberdade Religiosa

Minas Gerais é formada por muitas origens, tradições e formas de viver. O papel do Estado não é escolher identidades nem promover divisões. É garantir que todas as pessoas sejam tratadas com igualdade perante a lei, proteger o patrimônio cultural dos diferentes povos e comunidades e assegurar que ninguém seja discriminado por sua origem, religião ou cor da pele. Um governo justo protege direitos, valoriza a diversidade mineira e combate toda forma de violência e discriminação.

PROBLEMA

Discriminação racial, intolerância religiosa e desigualdades que atingem povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais sem resposta coordenada do Estado.

DADO

Minas Gerais reúne povos indígenas, comunidades quilombolas e tradições religiosas de matriz africana, sem política estadual coordenada de proteção e valorização.

SOLUÇÃO

Igualdade racial como política de Estado, valorização de povos indígenas e comunidades tradicionais, liberdade religiosa garantida e Observatório Mineiro da Igualdade de Direitos.

AS PROPOSTAS

- **Promoção da igualdade racial como política de Estado.**

  Articular ações entre educação, saúde, segurança pública e assistência social para enfrentar desigualdades raciais, ampliar oportunidades e melhorar indicadores sociais da população negra, utilizando dados, metas e avaliação de resultados.

- **Valorização dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.**

  Desenvolver políticas estaduais de apoio aos povos indígenas, comunidades quilombolas e demais comunidades tradicionais, fortalecendo a preservação de suas culturas, o acesso a serviços públicos estaduais e a geração de oportunidades compatíveis com suas formas de organização social, sempre em cooperação com municípios e União.

- **Garantia da liberdade religiosa e do respeito a todas as crenças.**

  Assegurar tratamento isonômico às diferentes manifestações religiosas, combater a intolerância religiosa e fortalecer mecanismos de proteção ao patrimônio histórico, artístico e cultural vinculado às diversas tradições de fé presentes em Minas Gerais.

- **Combate a todas as formas de discriminação e violência.**

  Fortalecer políticas estaduais de prevenção, acolhimento e responsabilização nos casos de racismo, intolerância religiosa e outras formas de discriminação, promovendo capacitação permanente dos servidores públicos e integração entre os órgãos estaduais responsáveis pela proteção de direitos.

- **Observatório Mineiro da Igualdade de Direitos.**

  Consolidar dados públicos sobre discriminação, intolerância religiosa, violência contra povos e comunidades tradicionais, desigualdades raciais e desigualdades de gênero, incluindo violência contra a mulher, saúde, renda e empreendedorismo feminino, permitindo avaliação permanente das políticas públicas, orientação da alocação de recursos e transparência dos resultados.

Integridade e Transparência

O Estado existe para servir as pessoas, com transparência e garantir a igualdade de oportunidades. Regras claras e protocolos de transparência são condição para a boa condução da política pública. A agenda do governador e dos secretários deve ser pública; deve haver atas, agendas e registro dos atos relevantes; e os órgãos de controle e os procedimentos de compras públicas precisam ser fortalecidos.

PROBLEMA

Decisões públicas de alto impacto e contratações de maior risco sem registro padronizado, abrindo espaço para captura e desconfiança.

DADO

Contratos, agendas e interesses hoje espalhados em sistemas diferentes, sem portal único que permita controle social.

SOLUÇÃO

Portal Único de Transparência Radical, auditoria por risco em áreas sensíveis e Plano Estadual de Integridade com monitoramento independente.

AS PROPOSTAS

- **Portal Único de Transparência Radical do Estado.**

  Reunir, em uma plataforma pública e pesquisável, em dados abertos, contratos, convênios, dispensas, pagamentos, incentivos e renúncias, licenças ambientais, beneficiários finais, sócios e agentes responsáveis, permitindo cruzamento de informações por imprensa, órgãos de controle, pesquisadores e cidadãos. O portal deve incluir um painel por obra e serviço, com contratos, aditivos, medições, prazos e execução física e financeira, cobrindo desde os estudos técnicos anteriores ao edital até a entrega final, com as empresas participantes e os critérios de escolha.

- **Publicação da agenda e das reuniões do alto escalão e prevenção de conflito de interesse.**

  Divulgar, de forma padronizada, a agenda do governador, secretários e dirigentes de estatais, com registro de reuniões com empresas, bancos, mineradoras, concessionárias e entidades, divulgação das atas das reuniões e adoção de regras de declaração e gestão de conflito de interesse, declaração patrimonial ampliada e quarentena efetiva.

- **Elevação do padrão de integridade nas contratações.**

  Cadastro de integridade de fornecedores e exigências mínimas de compliance e rastreabilidade em contratos e concessões de maior valor e risco, com auditoria e sanções proporcionais.

- **Canal de denúncia com proteção ao denunciante e resposta em prazo.**

  Análise técnica inicial das denúncias, anonimato quando necessário, prazos de resposta e relatórios periódicos de providências, para tratar suspeitas sem depender de vazamentos.

- **Concentração do controle onde há maior risco.**

  Auditoria automática de contratos emergenciais, dispensas de licitação e decisões aceleradas, e auditoria por risco em áreas sensíveis (incentivos fiscais, licenciamento, mineração, saúde, educação, concessões e grandes compras), orientando fiscalização preventiva e priorização.

- **Fortalecimento da Controladoria-Geral do Estado e das corregedorias.**

  Orçamento protegido, independência técnica, metas públicas e fluxo institucional para Assembleia Legislativa, Ministério Público e Tribunal de Contas quando houver indícios relevantes.

- **Plano Estadual de Integridade com metas e monitoramento independente.**

  Metas verificáveis, indicadores e acompanhamento por instância independente, com pactos de integridade em grandes contratos, concessões e parcerias. Sua relação com a instituição independente de avaliação (Capítulo 2) deve reforçar transparência e controle social, sem duplicar estruturas.

- **Estudo da adoção de tecnologias de fiscalização inteligente para obras públicas.**

  Avaliar o uso de ferramentas como modelagem digital, sensoriamento remoto e inteligência artificial para acompanhar a execução de obras públicas com mais precisão, comparando o que foi de fato construído com o projeto original e com as medições apresentadas para pagamento. Os estudos devem dimensionar custo, requisitos técnicos e ganho esperado em detecção de sobrepreço, atraso e execução divergente, começando por um recorte piloto de obras de maior valor ou maior risco antes de qualquer decisão de adoção ampla.

Agradecimentos.

Este documento contou com a contribuição generosa de muitas pessoas.

Adalberto Rezende, Adenilson Idalino, Alberto Lage, Alessandra Guedes de Souza, Alex Kronemberger Alves, Alexandro Teodoro Junior, Alexsander Santos, Álvaro Fraga, Anderson dos Santos Gonçalves, Anderson Souza, André Machado Sampaio, Antônia Araújo Barbosa, Antônio dos Santos Junior, Antônio Jorge, Arcanjo Pimenta, Armando, Arthur Alberti, Baleia Rossi, Bernardo Otoch, Braulio Martins Bueno, Bruno Cidadão, Bruno Figueiredo Viegas, Bruno Nascimento Campos, Bruno Pereira de Oliveira, Bruno Viegas, Caroline Cristina, Cayo de Lima Lima, Cezar Campos, Chanrley Lopes, Claudia Pereira Machado, Cleber Daniel Lambert da Silva, Cledson Fagundes Moraes, Clinger Mello Santos, Cristhian Costa Castilho, Daiane Soares, Daniel Aladim Barbosa de Castro, Daniel Filogonio, Daniel Silva, Davi Mattos Mollica, Deivy Wederson Soares Rodrigues, Edgar Silveira Jardim, Eduard Puentes, Eduardo Jose Azevedo Correa, Eliane Eudes, Elisângela Ferreira de Alcantara, Elson Rodrigues Junior, Estevam Maris Fernandes, Evandro da Silva Pedras, Fabio Brito, Felipe David Luiz, Filipe Martins, Flavia Maitri, Francisco Moreira de Miranda Junior, Fundação Ulysses Guimarães, Gabriel Franco, Gabriel Pereira Pezzini, Geziane Gomes dos Reis Ferreira, Gilmara Campos, Gilson Soares Raslan Filho, Gisele Aparecida Ribeiro, Gladio da Nova Leonardi, Grasielle Esposito, Guilherme Freitas, Guilherme Henrique de Morais, Gustavo Firmo Fraga, Gyovany de Faria Gomes, Helenice da Silva e Castro, Heloisa Helena Jardim Almeida, Homero Costa Gondim, Igor Soares, Ítalo Gabriel Cardoso da Silva Gonçalves, Ivone Aparecida Bras, Jane Maria de Macedo, João Pedro Flecha, Jonas Costa, José Carlos Paranhos, José Claudio Junqueira, José Dedi de Sousa, José do Carmo Gomes, José dos Reis Oliveira, José Eduardo, José Roberto, Josiane Ferreira, Juliana Pacheco Xavier, Junio Azevedo Rodrigues, Jussara da Paixão Silva, Laercio de Jesus Café, Leandro Bueno Seixas Romagnoli, Leandro Silva Saquetto, Leonardo Souza da Costa Pereira, Levon do Nascimento, Liziane Junqueira, Lucas Eduardo Gonçalves Soares, Lucas Ferreira Mesquita, Lucas Rodrigues, Luciana Vaz, Luciano Goulart, Lucimar Mateus de Carvalho, Luis Carlos Arão, Luiz Claudio da Silva Junior, Luiz Frederico Barreto Pascoal, Luiz Gustavo Trindade, Luzmar Guimaraes da Rocha, Marcel Alves da Silva, Marcelo Costa Iunes, Marcelo Horta, Márcia Santana de Sousa, Marco Antonio Rocha Ferreira, Marco Aurélio Alvarenga, Marcos Torres Gervásio, Marcos Willian Lima de Oliveira, Marcus Pestana, Maria do Perpétuo S. Caputo, Maria Emília Darwich Apgáua, Maria Jose Nogueira Silva, Maria Lúcia Cardoso, Maria Terezinha Gariglio, Martha Arteta, Matheus Richard Câmara dos Santos, Miguel Gonçalves Pereira, Moisés André Lopea, Monica Vallone, Murilo de Souza Campos Figueiredo, Negro Bússola, Newton Cardoso Júnior, Nicolly Beatriz, Paulo Brant, Paulo César Manca, Paulo Henrique Miranda, Paulo Roberto Figueredo, Pedro Henrique Queiroz de Souza, Pedro Simão, Petrônio Braz de Carvalho, Pier Sinesi, Rafael Martins Oliveira, Rafael Tiradentes, Rafael Uramoto de Oliveira, Rany Anderson Ferreira Gomes, Reuler Moreira Nascimento, Robert Kennedy Ramos Pereira, Rodolfo Magalhães, Rodrigo Ribeiro, Rodrigo Ribeiro dos Prazeres, Romerito Costa Nascimento, Ronaldo Sapori Pessanha, Silvia Cristina de Carvalho, Simone Mello, Stanley Leone, Stefano Santana Cattapan, Sulivan Higino da Costa Junior, Taissa Pires Maia, Tania Maria Ferreira Soares, Thiago Camargo, Thiers Matos, Tiago Conti, Tiago dos Santos Costa, Vantuil da Silva Martins, Vicente de Paulo Vargas, Victor Anicio de Godoy Mendes Correa, Virgínia Campos de Oliveira, Virgínia Lúcia Menezes Pacheco, Welton Donato, Werner Augusto Gomes da Silveira, Wesley Daimler, William Campos, Wilson Mendes.

Gabriel Azevedo

Candidato a Governador de Minas Gerais

Maria Helena

Candidata a Vice-Governadora de Minas Gerais

Anexo — A dívida de Minas Gerais no Propag: análise técnica completa

Documento técnico integral, incluindo a contestação sobre o tamanho da dívida e os apêndices de cálculo. O corpo do plano traz apenas a síntese factual.

Sumário executivo

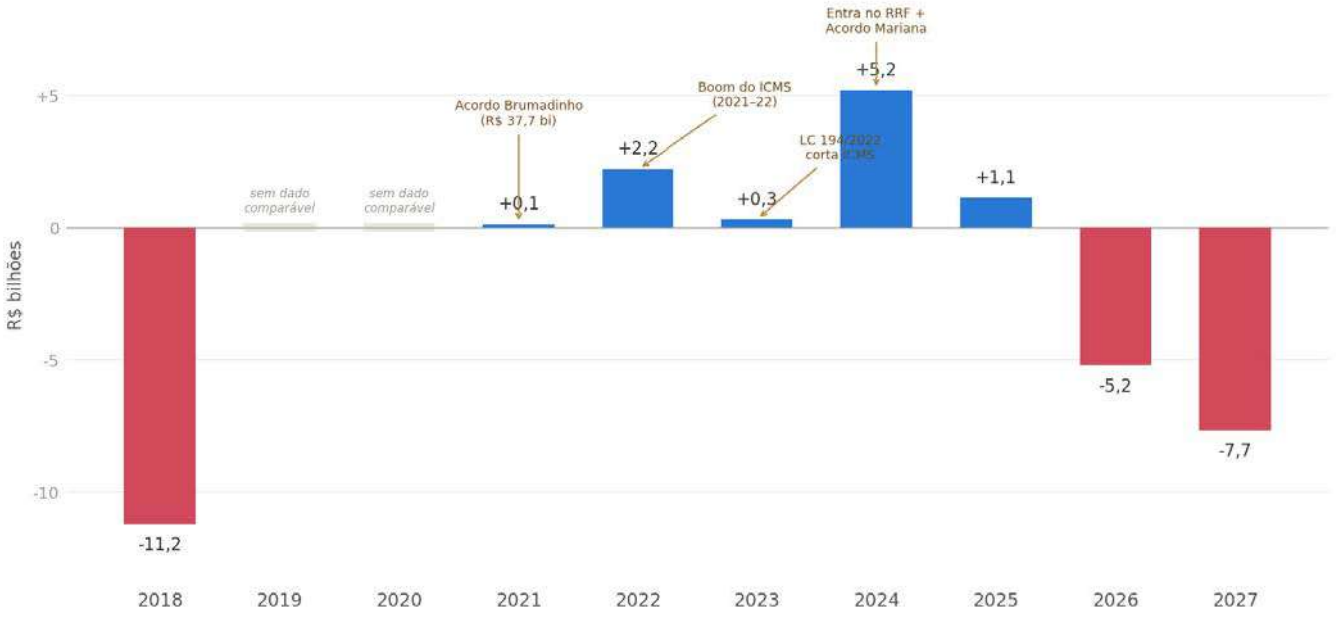
O Propag é um programa de refinanciamento da dívida dos estados com a União, com oito modalidades possíveis. Minas Gerais reconheceu R$ 179,3 bilhões de dívida com a União e aderiu na modalidade de juros reais de 0%, o IPCA puro, com compromisso de aumento de 2% da despesa primária e abatimento de 20% da dívida via entrega de ativos.

Este documento analisa a evolução recente dos gastos e receitas do Estado e as características da proposta de renegociação, destacando os custos da opção realizada e os riscos de sua implementação.

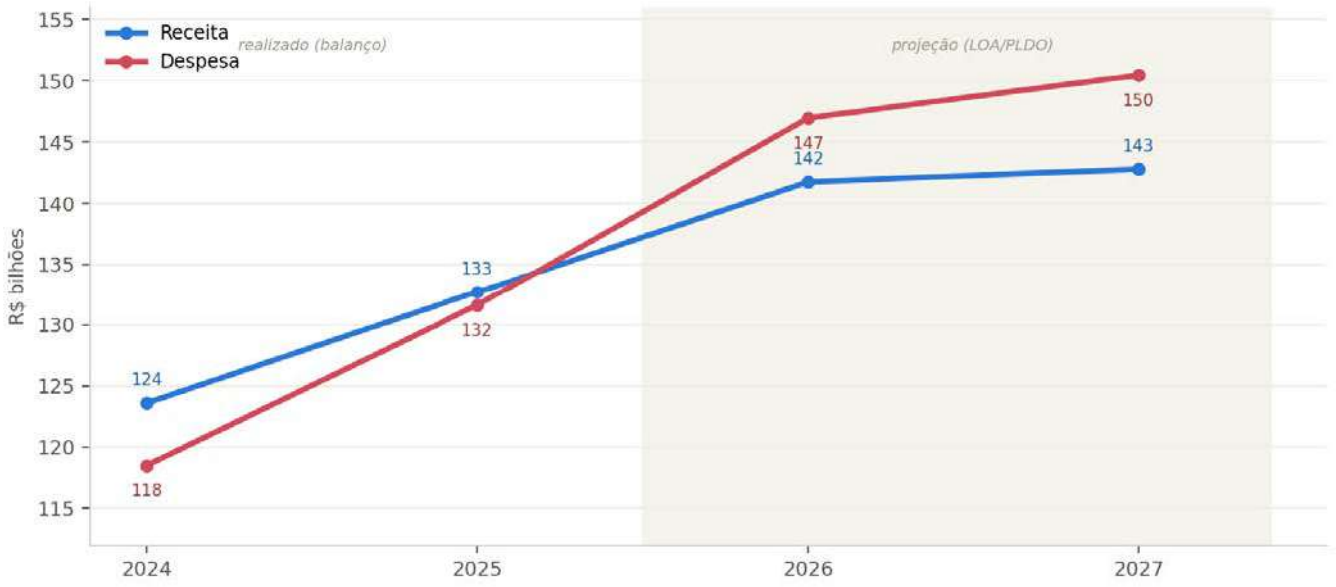
A trajetória fiscal de Minas Gerais, 2019 a 2027

Nos últimos oito anos ocorreram diversos eventos relevantes nas contas públicas de Minas Gerais.

Ano	Resultado orçamentário	Motor do resultado
2018	−R$ 11,2 bi	Herança: salários, fornecedores e municípios atrasados
2019	déficit em redução	1º ano Zema; corte de custeio e renegociação de fornecedores
2020	quase equilíbrio	Congelamento salarial da pandemia (LC 173/2020) e auxílio federal
2021	+R$ 0,1 bi	Boom do ICMS e assinatura do Acordo de Brumadinho
2022	+R$ 2,2 bi (recorde)	ICMS ainda em alta, antes do teto federal sobre combustíveis
2023	+R$ 0,3 bi	Fim do boom: LC 194/2022 derrubou o ICMS de combustíveis e energia
2024	+R$ 5,18 bi (pico)	Entrada no RRF em agosto e Acordo de Mariana
2025	+R$ 1,1 bi	Despesa cresce 11%, quase o dobro da receita, que cresce 7,4%
2026	−R$ 5,2 bi (LOA)	Volta do déficit, mesmo com o teto de gastos do Propag
2027	−R$ 7,67 bi (PLDO)	Despesa segue crescendo acima da receita



Resultado orçamentário de Minas Gerais, 2018 a 2027, em R$ bilhões, com os eventos extraordinários marcados. Azul: superávit. Vermelho: déficit.



Receita e despesa de Minas Gerais, em R$ bilhões. Realizado (balanço) em 2024 e 2025; projeção (LOA e PLDO) em 2026 e 2027. Fontes: Agência Minas, SEF-MG e ALMG.

Nota metodológica

Uma comparação direta entre receita e despesa exige os dois agregados sob o mesmo escopo contábil em todos os anos, o que as fontes públicas não oferecem: os valores aparecem ora como primária (RREO), ora como orçamentária total (balanço), ora como estimativa (LOA e PLDO). Por isso o resultado orçamentário é o indicador consistente para medir a folga fiscal. Os anos de 2019 e 2020 estão vazios no gráfico de resultado porque o Estado só passou a divulgar o consolidado neste formato a partir de 2021, quando registrou o primeiro superávit desde 2012; preferimos deixá-los em branco a estimar.

O que foi o boom do ICMS, entre 2021 e 2022

O ICMS incide sobre o valor das vendas, de modo que, quando os preços sobem, a arrecadação sobe junto. Nesse período três forças o inflaram: a reabertura pós-pandemia com inflação alta; a disparada de combustíveis e energia, sobre os quais o imposto incidia com alíquotas altas; e o ciclo de commodities, com minério e aço. A LC federal 194/2022 classificou combustíveis, energia e telecomunicações como essenciais e limitou o ICMS sobre eles, derrubando a arrecadação a partir do segundo semestre de 2022.

Os acordos de Brumadinho e Mariana, e por que não são o que parecem

Dois ingressos bilionários entraram na conta de Minas, mas não como receita primária livre. O acordo de Brumadinho, de fevereiro de 2021, somou R$ 37,68 bilhões com a Vale, dos quais cerca de R$ 11,3 bilhões ao Estado, tratados fora do orçamento regular e carimbados para reparação: não inflam o superávit, mas deram alívio indireto. O acordo de Mariana, de outubro de 2024, é global, de R$ 170 bilhões, escalonado por cerca de vinte anos e majoritariamente carimbado, com parcela de livre uso limitada e futura.

Leitura: os superávits de 2021, 2022 e 2024 coincidem com três muletas temporárias, o boom do ICMS, a suspensão de pagamentos do RRF e os acordos de reparação. Nenhuma delas é reforma estrutural. Depois dos eventos extraordinários, a despesa cresceu acima da receita, com o gasto de pessoal encostando no teto da LRF, e o superávit virou déficit projetado de R$ 5,2 bilhões em 2026 e de R$ 7,67 bilhões em 2027. É por isso que o teto de gastos do Propag teve de ser imposto por lei federal: sem muleta e sem trava, a trajetória de Minas é deficitária.

A dívida reconhecida

Minas reconheceu R$ 179.303.841.403,52, posição de 1º de dezembro de 2025, no 14º termo aditivo ao contrato de 1998. Há grupos que questionam esse valor com critérios comparativos diferentes, tema retomado adiante. O aditivo decompõe a dívida em duas origens.

Origem	Saldo em 1º/12/2025	O que é
Contrato 004/98/STN/COAFI (Lei 9.496/1997)	R$ 103,30 bi	A dívida original de 1998
Contrato 336/2022/CAFIN (era do RRF)	R$ 76,01 bi	Acumulado na vigência do Regime de Recuperação Fiscal
Total reconhecido	R$ 179,30 bi	Cláusula Segunda do aditivo

As modalidades e a opção de Minas

O Propag oferece três opções de taxa de juros: IPCA+0, IPCA+1 e IPCA+2. Para cada uma existe a possibilidade de amortizar, no início, parte da dívida. Em função da taxa pretendida e da amortização, o Estado terá de aumentar seus gastos primários, seja o aporte ao Fundo de Equalização Federativa, o FEF, seja os gastos primários específicos. As combinações formam oito modalidades.

Modalidade	Juro real	Abater da dívida	Contrapartida anual (FEF e gastos específicos)
1, escolha de MG	0%	≥ 20% (entrega cerca de R$ 36 bi em ativos)	1% FEF + 1% gastos específicos
2	0%	≥ 10%	1,5% + 1,5%
3	0%	0% (não entrega ativo)	2% + 2%
4	1%	≥ 20%	1% FEF
5	1%	≥ 10%	1,5% + 0,5%
6	1%	0%	2% + 1%
7	2%	≥ 10%	1% FEF
8	2%	0%	1,5% + 0,5%

As modalidades 4 a 8 cobram juros reais de 1% ou 2% e foram dominadas para um estado tão endividado: sobre um estoque de R$ 140 bilhões por trinta anos, mesmo 1% real capitaliza uma fortuna. Por isso 18 dos 22 estados foram para a faixa de juro zero, e a decisão real ficou entre as modalidades 1, 2 e 3. Das 27 unidades da federação, 22 aderiram; ficaram de fora Mato Grosso, Pará, Paraná, Santa Catarina e o Distrito Federal, e Piauí e Tocantins entraram apenas para acessar o FEF, por não terem dívida com a União.

Minas Gerais optou pela modalidade 1, com IPCA+0, 20% de amortização e contrapartidas de 2% de aumento da despesa primária. É essa escolha, e o seu custo, que o restante do documento examina.

O que é pago, mês a mês, e sobre qual base

O aditivo assinado reduz a taxa de juros e é a primeira etapa para estabelecer um contrato definitivo, previsto no art. 28 do Decreto 12.433, que ainda não existe. O custo do endividamento seria IPCA mais 0% de juros reais, com Tabela Price, 360 parcelas e juros de mora de 1% ao mês em atraso. Depois do contrato há uma rampa de cinco anos: paga-se 20%, 40%, 60%, 80% e 100% da parcela.

Nesta transição, Minas paga juro zero como se devesse R$ 143 bilhões, mas juridicamente ainda deve os R$ 179 bilhões. A redução só se realiza quando a União efetivamente receber os ativos. A primeira parcela foi de cerca de R$ 102 milhões, em janeiro de 2026, contra cerca de R$ 430 milhões por mês no RRF. A Cláusula Quinta, §4º, é explícita: o valor de R$ 35,86 bilhões, os 20%, presta-se no momento somente à definição de encargos, não sendo deduzido do saldo devedor. A parcela mensal é, portanto, serviço ordinário de um refinanciamento sobre base presumida, e não a redução estrutural que a propaganda estatal sugere.

O pagamento efetivo futuro dependerá de em que medida o Tesouro Nacional concordou com as premissas de Minas, tanto sobre o valor dos ativos oferecidos quanto sobre as condições propostas para antecipar recebíveis. Há ainda o alongamento: segundo a IFI, a dívida refinanciada deixa de terminar em maio de 2052 e passa a se encerrar em dezembro de 2055, 43 meses a mais. O Propag alivia o fluxo de caixa hoje, mas estende o estoque da dívida por quase quatro anos.

Os custos adicionais

Para manter o juro zero, o Estado assume, além da parcela: 1% do saldo devedor atualizado ao FEF, redistribuído a outros estados em moeda corrente até 30 de junho de cada ano; 1% do saldo em gastos primários específicos no próprio estado; e remuneração ao Banco do Brasil, como agente e depositário, de 0,20% ao ano sobre o saldo, com teto de R$ 400 mil por mês, paga com precedência sobre a própria União e debitada automaticamente mesmo se o pagamento à União estiver suspenso.

> **O que são gastos primários específicos**
> Não é investimento livre. A LC 212, art. 5º, §2º, exige que esse 1% seja aplicado em uma lista fechada de áreas, com prioridade obrigatória para a educação profissional técnica de nível médio, no mínimo 60% até as metas serem atingidas, e o restante em universidades estaduais, ensino infantil e integral, saneamento, habitação, adaptação climática, transportes ou segurança pública. É gasto carimbado, não margem de manobra.

As contrapartidas somam cerca de 2% do saldo ao ano, aproximadamente R$ 2,8 bilhões. O governo afirmou que pretende usar recursos da privatização da Copasa para cumprir parte delas. A privatização, autorizada em 2025, foi concluída em 2026 e rendeu cerca de R$ 8,4 bilhões ao Estado.

Os gatilhos que estouram o acordo

A Cláusula Décima prevê revisão dos encargos, com volta às condições anteriores e juros de 4% ao ano retroativos, e o desligamento se o Estado não aportar ao FEF ou aos gastos no prazo; contratar novo crédito para pagar as parcelas; atrasar três meses consecutivos ou seis não consecutivos em 36 meses; deixar de aportar ao FEF ou optar por sair; não comprovar a aplicação dos recursos; ou descumprir o teto de despesas primárias. Somado a isso, se os ativos não forem aceitos, o saldo é recalculado pelos encargos originais, anteriores ao contrato.

Pontos de atenção: os ativos ofertados

A Cláusula Quarta lista cerca de R$ 88,6 bilhões em ativos ofertados, e o Estado precisa que a União aceite cerca de R$ 36 bilhões, em ordem sequencial de entrega.

Ativo (ordem do contrato)	Valor estimado	Fragilidade
I. Imóveis	R$ 1,94 bi	Lista final ainda na ALMG; leis autorizativas até 1º/6/2026
II. FNDR (valor presente)	R$ 30,32 bi	Fluxo de 30 anos; desconto definido pela União
III. Juros Fundef (ACO 722)	R$ 10,87 bi	Crédito judicial, sujeito ao STF
IV. CFEM (mineração)	R$ 18,01 bi	Superestimado; produção mineral em queda
V. Hídricos e Itaipu	R$ 3,15 bi	Projeção de 30 anos
VI. Fundo Especial do Petróleo	R$ 1,39 bi	Projeção de 30 anos
VII. Lei Kandir (LC 176/2020)	R$ 0,95 bi	Depende de repasses federais
VIII. Dívida ativa (valor nominal)	R$ 2,66 bi	Só a parcela recuperável
IX. Cemig (ativo de reserva)	R$ 13,50 bi	Exige virar corporation e referendo
X. Codemge (ativo de reserva)	R$ 4,59 bi	Depende de laudo do BNDES, em stand-by
XI. MGI (ativo de reserva)	R$ 1,23 bi	Veto sobre ações da Cemig; controle em disputa

Os ativos de reserva e o risco. Os ativos I a VIII, não estatais, já somam na conta do Estado cerca de R$ 69 bilhões, quase o dobro dos R$ 36 bilhões necessários. Por isso Cemig, Codemge e MGI só serão considerados se a União avaliar que os demais foram superestimados. O Estado não divulgou as premissas usadas para estimar as receitas futuras, e não está claro qual será o fator de desconto para trazê-las a valor presente. Se o Tesouro Nacional discordar das estimativas ou adotar uma taxa maior, as estatais podem se tornar necessárias.

A própria IFI reconhece esse risco: registra que o valor real dos ativos pode estar subestimado ou superestimado e diferir do usado na amortização, e alerta para o risco de judicialização pelos estados em razão da perda de recebíveis futuros. A IFI também admite que, em sua projeção, assumiu todos os ativos aceitos já no primeiro mês, hipótese que não se verifica na prática.

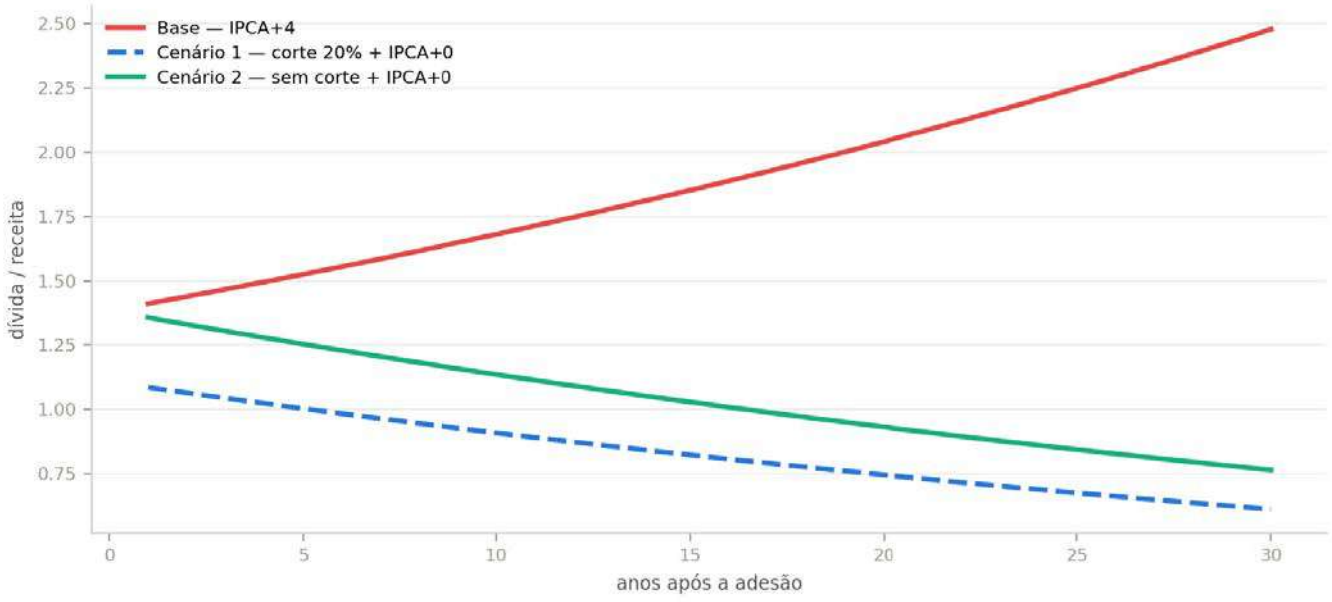
As leis autorizativas. O contrato exige que o Estado apresente, até 1º de junho de 2026, as leis estaduais que autorizam a transferência de cada ativo. Sem essas leis aprovadas na ALMG, os valores correspondentes não são deduzidos do saldo.

O caso Cemig, o mais complexo juridicamente. Para ser federalizada, a Cemig precisa antes ser transformada em corporation, empresa de capital pulverizado, sem controlador único. Isso exige lei aprovada na ALMG autorizando a mudança do estatuto, projeto que até aqui sequer foi lido em plenário por resistência dos deputados; superar a exigência da Constituição de Minas, que condiciona a privatização de estatais a referendo popular, para o que o governo tenta aprovar uma PEC dispensando a consulta; e o aval final da ALMG à entrada da empresa no Propag. Nenhum dos três está resolvido, o que torna os R$ 13,5 bilhões da Cemig o ativo mais incerto de toda a oferta.

A dimensão política. A União segue em fase preparatória sem data, o BNDES está parado e a Cemig, travada na ALMG. Zema deixou o governo em março de 2026 para a pré-campanha presidencial. Quem herda o resultado, o alívio ou o colapso com a dívida reprocessada a IPCA mais 4%, é o próximo governador, eleito em 2026.

A crítica, quantificada: o custo da opção

Para medir o custo da modalidade 1, foi construído um modelo em termos reais, com IPCA na meta de 3%, comparando três cenários de dívida ao longo de trinta anos.



Dívida dividida pela receita em trinta anos: o cenário-base (IPCA+4) explode; os dois de juro zero encolhem.

O prêmio real é o juro zero, não o corte de 20%. Sair de IPCA+4 para IPCA+0 é o que transforma uma dívida que explode, 2,5 vezes a receita, numa que encolhe sozinha. O corte de 20%, entregando ativos, só melhora a razão dívida sobre receita de 0,76 para 0,61 no ano trinta, um ganho de segunda ordem.

Antecipar receita a preço de mercado destrói valor. Como a dívida está a IPCA+0, subsidiada, ceder recebíveis precificados ao CDI para abatê-la equivale a pagar um ativo de R$ 36 bilhões para extinguir uma dívida que, a mercado, vale cerca de R$ 17 bilhões, uma destruição de R$ 15 a 19 bilhões conforme a taxa. Precificados ao IPCA, o negócio é apenas neutro.

Tudo depende de uma variável fora do contrato: a taxa de desconto que a União aplicar. Ao IPCA, é neutro; a mercado, perda de R$ 15 a 19 bilhões. A disputa técnica sobre qual taxa de desconto vale, na prática, esse intervalo.

A ressalva honesta: se a alternativa a antecipar for gastar o dinheiro retido, antecipar-se com disciplina passa a ser a opção menos ruim. O vilão de fundo não é a antecipação, é a indisciplina de gasto.

A leitura da Instituição Fiscal Independente

Em julho de 2026, a IFI estimou, em valor presente, descontado a 12,31% ao ano, o custo médio da dívida pública federal, quanto a União deixa de receber de cada estado com o Propag. Para Minas, o resultado corrobora as ordens de grandeza acima.

Componente (valor presente, R$ bi de 2026)	Minas Gerais
[A] Alívio no serviço da dívida (efeito do juro zero)	− 79,1
[B] Ativos entregues (amortização extraordinária)	+ 35,4
[C] = A + B, perda líquida da União e ganho de Minas	− 43,7

Como conciliar o ganho de R$ 43,7 bilhões com a crítica

A IFI compara o Propag com o regime antigo, de IPCA+4: nessa régua, Minas ganha, e a maior parte, R$ 79,1 bilhões, é o juro zero, que é o verdadeiro prêmio. A crítica aqui usa outra régua: dentro do Propag, entregar ativos contra não entregar. A própria tabela da IFI separa o prêmio, de R$ 79,1 bilhões de juro, do preço, de R$ 35,4 bilhões em ativos, e é no preço que mora a destruição de valor. A IFI ainda confirma que os ativos passam à titularidade da União e podem amortizar a dívida federal: o alívio de Minas é bancado pelo resto do Brasil, e Minas paga a sua parte em patrimônio.

A pergunta que fecha a análise: o Propag resolve a dívida de Minas, ou compra o patrimônio de Minas com o desconto da própria dívida?

Apêndice A: a conta que o Fisco contesta

A dívida nasce do refinanciamento de 1998, sob a Lei 9.496/1997, com estoque original de R$ 14,883 bilhões. O Sindifisco-MG, a AFFEMG e a Auditoria Cidadã da Dívida apontam dois vícios na correção ao longo de quase trinta anos. O primeiro é o índice inflado: o contrato usou IGP-DI mais juros de até 7,5% ao ano, índice sensível a atacado e câmbio, que rodou muito acima da inflação ao consumidor; corrigida por IPCA mais 4%, a dívida seria uma fração do cobrado. O segundo é o anatocismo, a cobrança de juros sobre juros não pagos, que consideram ilegal e que multiplicou o estoque.

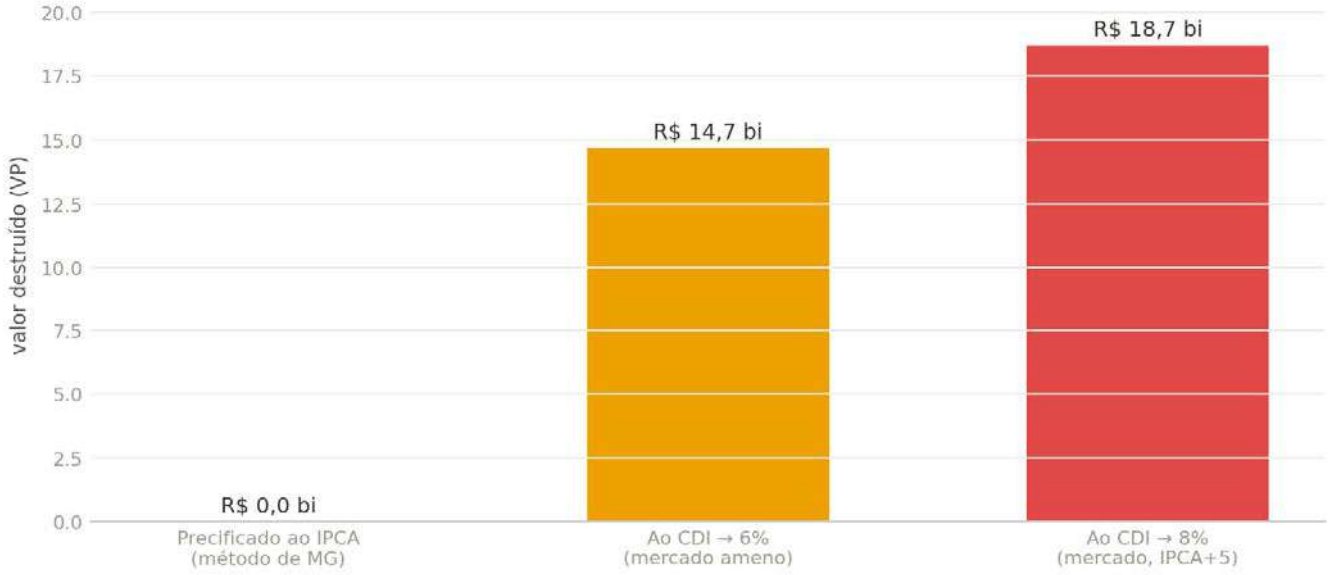
Esse debate tem base histórica: em 2014, a LC 148 trocou o IGP-DI pelo IPCA e limitou o juro a 4% ao ano, reconhecendo que a fórmula original inflava o estoque. O Fisco estadual argumenta que a correção deveria ter retroagido a esse critério. A Auditoria Cidadã calcula que o principal de R$ 14,88 bilhões já foi pago mais de três vezes, e ainda assim o estoque multiplicou cerca de onze vezes; o Sindifisco estima a dívida real em cerca de R$ 84 bilhões. Ao assinar o 14º aditivo reconhecendo o saldo, o Estado troca a economia de juros no presente pela renúncia prática a contestar o tamanho da dívida.

Apêndice B: base de cálculo do modelo comparativo

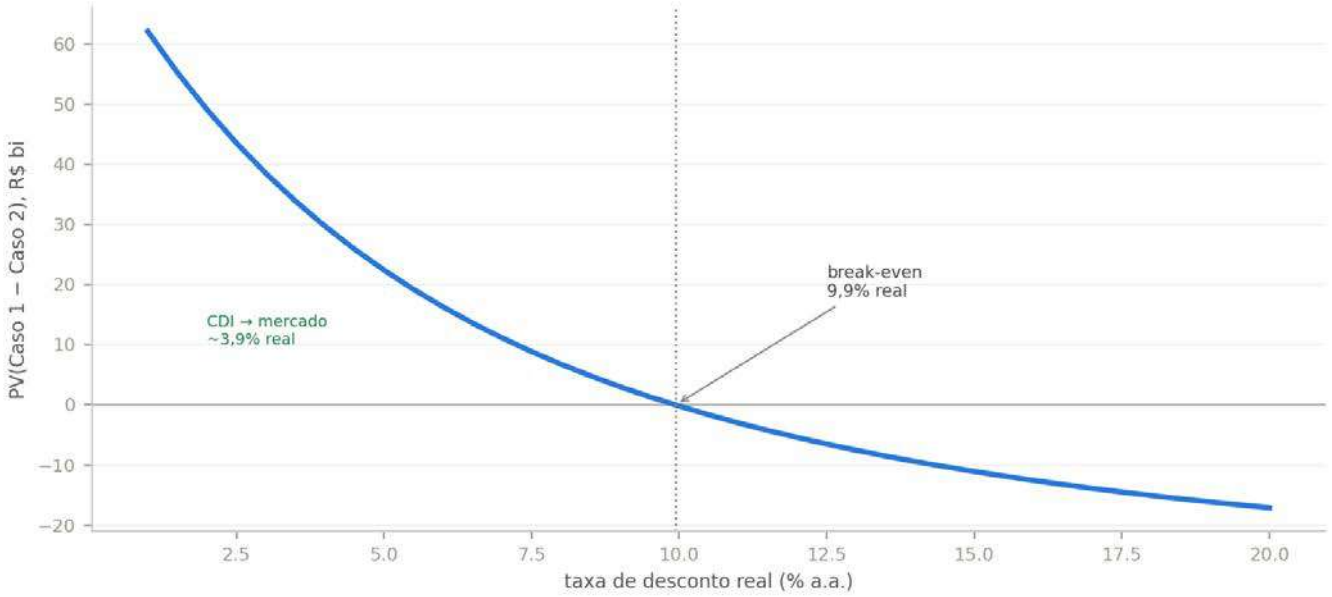
Premissas, todas em termos reais: IPCA fixado na meta de 3%, convergindo em três anos a partir dos 4,64% atuais; como dívida, receita e despesa se movem com o IPCA, trabalha-se deflacionado. O CDI parte de 14,15% nominal e converge para a taxa indicada. Níveis iniciais, como ordem de grandeza de Minas: receita de R$ 130 bilhões, despesa de R$ 130 bilhões e dívida de R$ 180 bilhões, em prazo de trinta anos.

Ano	Base (IPCA+4)	Cenário 1 (−20%, IPCA+0)	Cenário 2 (sem corte, IPCA+0)
1	1,41	1,09	1,36
5	1,53	1,00	1,25
10	1,68	0,91	1,14
20	2,04	0,75	0,93
30	2,48	0,61	0,76

A dívida real vai de R$ 180 bilhões para R$ 584 bilhões no cenário-base, e fica estável, em 144 e 180, nos cenários de juro zero. O juro zero é decisivo; o corte de 20% é ganho de segunda ordem.

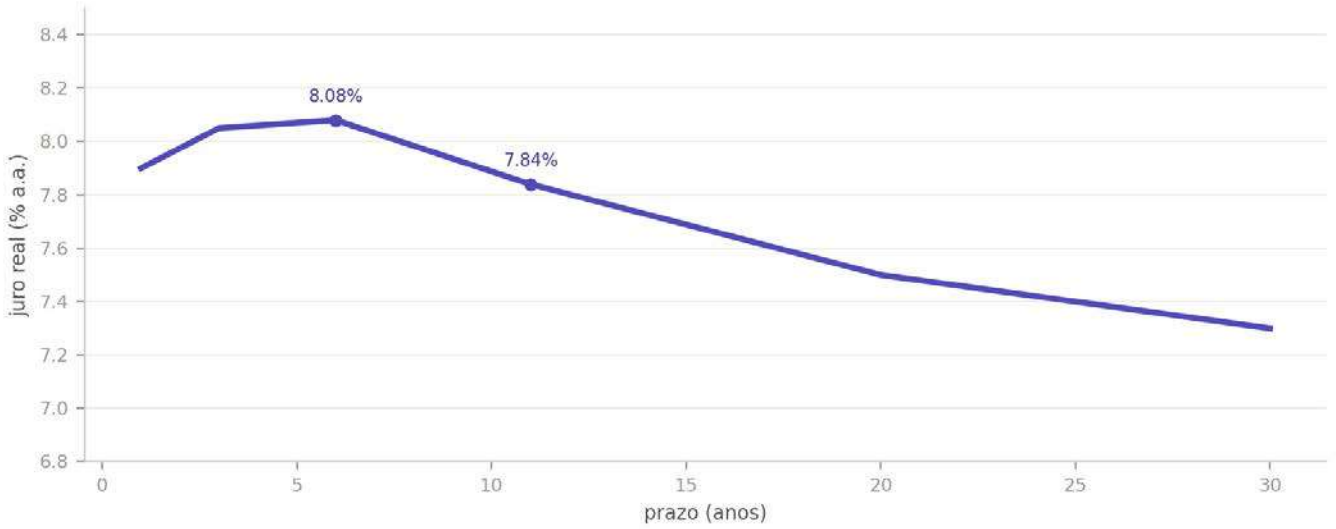


Ceder recebíveis para abater R$ 36 bilhões de dívida a IPCA+0: a mercado, pelo CDI, destrói de R$ 15 a 19 bilhões; ao IPCA, é neutro.



Caso 1 (antecipa, despesa +2%) contra Caso 2 (não antecipa, despesa +4%): empate a cerca de 9,9% real.

A fórmula fechada resulta em taxa de indiferença de 9,94% real, cerca de 13,2% nominal. Abaixo dessa taxa, antecipar vence; acima, não antecipar. O fator de desconto mais defensável é a curva de juros real da dívida pública, a NTN-B ou Tesouro IPCA+, hoje acima de 7,7% real, com IPCA+8,08% no vencimento de 2032 e IPCA+7,84% no de 2037.



Curva de juros real da dívida pública (NTN-B), julho de 2026, acima de 7,7% real por trinta anos.

Comparando os dois casos por essa curva, antecipar vence por pouco, com diferença de R$ 7,2 bilhões, já que a curva está abaixo do break-even de 9,94%. Isolando a antecipação, com despesa igual, antecipar destrói R$ 22,3 bilhões. Síntese: o divisor de águas nunca é a antecipação em si, é a disciplina fiscal e a trajetória dos juros, e o preço real de tudo depende de uma taxa de desconto definida pela União, fora do contrato.

Fontes principais

14º Termo Aditivo ao Contrato nº 004/98/STN/COAFI (SEI 17944.005766/2025-90); LC 212/2025; Decretos 12.433 e 12.650/2025; Portarias MF 2.899 e 3.066/2025; Lei Estadual 25.282/2025. Resultados fiscais, receita e despesa: Agência Minas, SEF-MG, Tesouro Nacional, LOA 2026 e PLDO 2027, via ALMG. Privatização da Copasa, Cemig corporation e referendo, acordos de Brumadinho e Mariana: imprensa estadual e Agência Minas. Contestação do valor: Sindifisco-MG e Auditoria Cidadã da Dívida. Estimativa de impacto e valor presente: Instituição Fiscal Independente, RAF nº 114, julho de 2026. Curva NTN-B: Tesouro Direto, julho de 2026.

PLANO DE GOVERNO

Anexo 2

GABRIEL AZEVEDO - Pré-Candidato ao Governo de Minas Gerais
PAULO BRANT - Pré-Candidato a Deputado Federal

Carta aberta de compromissos com a segurança pública, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar e a família militar de Minas Gerais

Às mineiras e aos mineiros, aos bombeiros e policiais militares, aos educadores do Colégio Tiradentes, aos familiares, pensionistas, servidores civis e veteranos e a todos que fazem parte das instituições militares de Minas Gerais.

A sociedade mineira tem direito à paz social, à ordem pública e à segurança.

Garantir esses direitos passa por fortalecer as instituições responsáveis por proteger a população, prevenir a violência, enfrentar o crime organizado, responder às emergências e preservar vidas.

Valorizar a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar não é atender a um interesse corporativo. É criar condições para ampliar a presença do Estado no território, enfrentar o avanço do crime organizado, melhorar a resposta às ocorrências, recuperar a sensação de segurança da população e reduzir feminicídios e homicídios.

Minas Gerais tem instituições respeitadas, profissionais experientes e uma longa tradição na segurança pública. Isso, porém, não pode servir de desculpa para ignorar os problemas.

Os dados mostram que há muito a melhorar. A violência não atinge todas as regiões e todas as pessoas da mesma forma. Mulheres, jovens, moradores das periferias, comerciantes, produtores rurais e famílias que vivem em áreas dominadas pelo crime sentem de maneiras diferentes a ausência ou a demora do Estado.

Também surgiram novos desafios. Ataques ao patrimônio, crimes digitais, fraudes, ocupação de territórios, organizações criminosas, roubo de cargas e violência contra a mulher exigem inteligência, integração entre as instituições e tecnologia.

A rotina de quem veste a farda é feita de decisões tomadas em segundos, escalas difíceis, noites sem descanso e famílias que esperam em casa. Quem olha essa realidade de fora nunca a compreende por inteiro.

A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar são instituições essenciais ao Estado. Estão presentes em todo o território mineiro e chegam quando o cidadão mais precisa de proteção, socorro ou resposta.

Instituições dessa importância não podem ser tratadas como instrumento de propaganda. Devem ser ouvidas, respeitadas e cobradas por resultados.

Precisam de planejamento, comando técnico, orçamento responsável e condições adequadas de trabalho.

Na vida pública, palavra tem valor.

Quando Paulo Brant foi vice-governador, acompanhou de perto o episódio em que o governo encaminhou à Assembleia Legislativa uma proposta de recomposição para a segurança pública e, no momento da sanção, cumpriu apenas parte do que havia sido anunciado.

A proposta previa reajuste escalonado de 41,7%. Apenas a primeira parcela, de 13%, foi sancionada. Paulo Brant tornou pública sua divergência e deixou o Partido Novo.

Entre a conveniência política e o compromisso assumido com a segurança pública, escolheu manter sua palavra.

Agora, nós, Gabriel Azevedo, ex-presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte e pré-candidato a governador de Minas Gerais pelo MDB, e Paulo Brant, ex-vice-governador de Minas Gerais e pré-candidato a deputado federal pelo MDB, apresentamos os seguintes compromissos.

Não prometemos soluções fáceis. Assumimos o compromisso de trabalhar com verdade, planejamento e coragem para enfrentar os problemas que Minas Gerais adiou por tempo demais.

1. Tratar a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar como instituições de Estado

Segurança pública não se governa com improviso, vaidade ou disputa fabricada entre instituições.

Decisões que afetam a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar precisam ser tomadas com conhecimento da realidade de quem trabalha na rua, nos quartéis, nos centros de operação, nas escolas e nas unidades de atendimento.

Nosso compromisso é instituir uma Mesa Permanente de Diálogo com as Instituições Militares de Minas Gerais, com reuniões periódicas, atas, metas e acompanhamento público.

Comandos, entidades representativas, familiares, oficiais, pensionistas, praças, servidores civis, unidades operacionais e veteranos precisam ser ouvidos antes de decisões que mudem a carreira e a rotina de milhares de pessoas.

Ouvir não significa abrir mão da responsabilidade de governar. Significa decidir melhor.

2. Falar a verdade sobre remuneração, orçamento e capacidade financeira do Estado

Os profissionais da segurança pública já ouviram promessas demais. O que eles esperam é respeito, previsibilidade e verdade sobre as condições financeiras de Minas Gerais.

Há perdas remuneratórias acumuladas e reivindicações legítimas das carreiras. Esses temas não serão ignorados.

Também não vamos prometer reajustes sem apresentar o impacto, a fonte de recursos e as consequências para as demais políticas públicas.

Nosso compromisso é tratar a valorização profissional com planejamento plurianual, transparência, diálogo com a Assembleia Legislativa e responsabilidade fiscal.

A remuneração não pode ser lembrada apenas em ano eleitoral, nem transformada em promessa que o governo seguinte não consegue cumprir.

3. Enfrentar o problema da dívida de Minas Gerais

Sem recuperar a capacidade financeira do Estado, não haverá política duradoura de valorização dos servidores nem investimento suficiente na segurança pública.

A dívida de Minas não é uma discussão distante da vida das pessoas. Ela afeta o combustível da viatura, a manutenção dos quartéis, a compra de equipamentos, o funcionamento das escolas e a capacidade de pagamento do Estado.

Nosso compromisso é colocar a renegociação da dívida entre as principais agendas do governo em Brasília.

Vamos tratar das compensações federativas, das condições do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados, da dívida, dos investimentos obrigatórios, da Lei Kandir e dos recebíveis.

A segurança pública estará dentro dessa negociação. Não será tratada como assunto secundário.

4. Preservar o IPSM e fortalecer a proteção social militar

O Instituto de Previdência dos Servidores Militares de Minas Gerais não é uma repartição qualquer. Ele representa saúde, proteção social, pensão e segurança para milhares de famílias.

O IPSM não pode ser usado como caixa de ajuste fiscal nem como instrumento de disputa política.

Nosso compromisso é avaliar com precisão as obrigações do Estado, dar previsibilidade a pensionistas e veteranos, fortalecer a assistência à saúde e promover transparência sobre as contas do instituto.

Qualquer mudança relevante deverá ser debatida previamente com as instituições militares e com seus beneficiários.

Também vamos retomar a discussão sobre programas habitacionais voltados à família militar, respeitando as condições financeiras e legais do Estado.

5. Valorizar veteranos e pensionistas com respeito e responsabilidade

Quem dedicou a vida à proteção da sociedade mineira não pode ser esquecido quando deixa o serviço ativo.

Veteranos e pensionistas fazem parte da história, da identidade e da família das instituições militares de Minas Gerais. Devem ser tratados com respeito, previsibilidade e segurança, sem improvisações que coloquem em risco a sustentabilidade da proteção social.

Nosso compromisso é considerar, em toda decisão remuneratória ou previdenciária, os impactos sobre militares da ativa, veteranos e pensionistas, preservando direitos adquiridos, garantindo transparência e construindo soluções sustentáveis para o futuro.

Valorizar quem está na ativa e respeitar quem já serviu são parte do mesmo compromisso.

6. Tratar a valorização profissional com planejamento e responsabilidade

A política remuneratória do Estado não pode depender de improviso, pressão de última hora ou anúncio de véspera.

Também não pode ser conduzida por mecanismos automáticos que desconsiderem a situação financeira de Minas Gerais e o impacto sobre os serviços prestados à população.

Nosso compromisso é estabelecer um processo permanente e transparente de avaliação das perdas, das condições fiscais e das prioridades remuneratórias das carreiras.

Toda proposta deverá apresentar estimativa de impacto, fonte de recursos, prazo de implementação e compatibilidade com o orçamento.

Valorização profissional exige prioridade política. Exige também responsabilidade para que aquilo que for anunciado possa ser cumprido.

7. Tratar escala, jornada e banco de horas como questões de segurança

Escala não é apenas um assunto administrativo. Ela influencia o descanso, a saúde, a convivência familiar e a capacidade de tomar decisões corretas em situações de risco.

A legislação já prevê regras para publicação das escalas, acompanhamento da jornada e acesso ao banco de horas. Essas regras precisam ser cumpridas de maneira uniforme e transparente.

Nosso compromisso é melhorar o controle de jornada, o planejamento das escalas e a gestão do banco de horas, respeitando as necessidades operacionais de cada unidade.

A jornada extraordinária pode ser necessária em situações específicas. Ela deve ser limitada, transparente, remunerada corretamente e utilizada sem esconder problemas permanentes de efetivo.

Policial e bombeiro exaustos correm mais riscos e podem cometer mais erros. Cuidar da jornada também é proteger a população.

8. Cuidar da saúde mental dos profissionais da segurança pública

Por muito tempo, sofrimento emocional, estresse e adoecimento foram tratados como sinais de fraqueza dentro das instituições.

Essa cultura precisa mudar.

Policiais e bombeiros convivem diariamente com violência, acidentes, tragédias, risco de morte, pressão e insegurança jurídica. O impacto dessas experiências também chega às famílias.

Nosso compromisso é fortalecer o atendimento psicológico sigiloso, o acompanhamento após ocorrências críticas, a assistência social e o apoio às famílias.

O profissional precisa poder pedir ajuda sem medo de exposição, perseguição ou prejuízo à carreira.

Cuidar da saúde mental de quem trabalha na segurança é cuidar da qualidade do serviço prestado à população.

9. Garantir segurança jurídica a quem age dentro da lei

O profissional que atua de acordo com a lei, a técnica e os protocolos, não pode ser abandonado pelo Estado quando uma ocorrência gera investigação ou processo.

Nosso compromisso é assegurar orientação, assistência e respaldo institucional desde o início da apuração até a conclusão do processo.

Isso não significa tolerar abuso ou impedir a responsabilização de quem agir ilegalmente.

Significa garantir que quem cumpriu seu dever tenha direito à defesa e não seja exposto ou condenado previamente por interesses políticos ou pela pressão do momento.

O Estado não pode exigir coragem na rua e desaparecer depois da ocorrência.

10. Planejar o efetivo de acordo com as necessidades de cada região

Não se melhora a segurança pública exigindo cada vez mais da mesma equipe, sem planejamento e sem considerar as diferenças do território mineiro.

As necessidades da Região Metropolitana são diferentes das necessidades das pequenas cidades, das áreas rurais, das regiões de fronteira, dos corredores rodoviários e dos municípios sujeitos a desastres ambientais.

Nosso compromisso é elaborar um planejamento de médio e longo prazo para o efetivo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.

Esse planejamento deverá considerar distribuição territorial, capacidade de resposta, crescimento populacional, índices de criminalidade, tempo de deslocamento, risco de desastres e permanência dos profissionais nas atividades operacionais.

Concursos podem ser necessários e serão combinados com outras medidas de gestão, sem serem tratados como solução isolada.

Também vamos rever processos administrativos, uso de tecnologia e distribuição de funções para permitir que mais profissionais estejam dedicados às atividades em que são realmente necessários.

11. Garantir condições adequadas de trabalho

Alojamento digno, equipamentos de proteção, armamento adequado, comunicação confiável, combustível, manutenção e viaturas em condições de uso não são privilégios.

São condições básicas para que o profissional proteja a própria vida e preste um bom serviço ao cidadão.

O Estado não pode depender principalmente de emendas parlamentares para manter suas unidades funcionando.

Nosso compromisso é adotar um planejamento permanente de investimentos operacionais para a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar.

Esse planejamento deverá considerar infraestrutura de quartéis, alojamentos, comunicação, equipamentos de proteção, sistemas de informação, tecnologia, atendimento emergencial, resposta a desastres, manutenção e necessidades das unidades do interior.

As prioridades e a execução dos recursos deverão ser divulgadas de maneira transparente.

12. Preservar o Colégio Tiradentes e sua ligação com a família militar

O Colégio Tiradentes é um patrimônio educacional e afetivo da família militar.

Sua finalidade, sua história e as regras de acesso precisam ser respeitadas.

Nosso compromisso é preservar a identidade do Colégio Tiradentes e assegurar que qualquer expansão considere a capacidade física, a qualidade do ensino, o orçamento, os profissionais da educação e a prioridade legal da família militar.

O Colégio Tiradentes não deve ser confundido com outros modelos de escola. São propostas diferentes, com histórias e finalidades distintas.

Usar o colégio como peça de propaganda ou ampliar sua estrutura sem condições adequadas significaria prejudicar alunos, profissionais e famílias.

13. Reduzir o tempo gasto pela Polícia Militar na apresentação de flagrantes

Quando uma viatura permanece durante horas em uma delegacia, esperando a conclusão de um flagrante, a população perde capacidade de policiamento.

Em cidades pequenas, essa espera pode deixar todo o município sem uma equipe disponível para atender novas ocorrências.

Nosso compromisso é reunir Defensoria Pública, equipes de tecnologia, Ministério Público, órgãos de gestão, Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Penal e Poder Judiciário para reduzir o tempo de apresentação e processamento dos flagrantes.

A meta é simples: o policial conduz a ocorrência, presta as informações necessárias e retorna ao patrulhamento o mais rapidamente possível.

Melhorar o funcionamento da Polícia Civil também melhora o trabalho da Polícia Militar e o atendimento ao cidadão.

14. Integrar as instituições responsáveis pela segurança e pela Justiça

O crime organizado não respeita divisões administrativas. O Estado também não pode trabalhar como se cada órgão estivesse sozinho.

Cada instituição tem sua missão, sua competência e sua cadeia de comando. Isso não impede o compartilhamento de informações, o planejamento conjunto e a definição de metas comuns.

Nosso compromisso é fortalecer a integração entre o Corpo de Bombeiros Militar, o Ministério Público, os municípios, a Polícia Civil, a Polícia Federal, a Polícia Militar, a Polícia Penal, o Poder Judiciário e a União.

Vamos ampliar o uso de inteligência, operações integradas, sistemas compatíveis e mecanismos de troca de informações.

Minas Gerais também precisa recuperar sua presença na formulação nacional das políticas de segurança pública.

Um estado com território extenso, grande malha rodoviária, mineração, áreas rurais e divisas com vários estados não pode apenas receber decisões prontas de Brasília.

15. Combater o crime organizado com inteligência e presença permanente do Estado

Não se combate o crime organizado apenas com operações de grande repercussão.

As operações são necessárias e precisam fazer parte de uma estratégia duradoura, com inteligência, investigação, ocupação territorial e presença de serviços públicos.

A Polícia Militar tem papel essencial na retomada e na proteção dos territórios. Não pode, porém, ser responsabilizada sozinha por problemas provocados pela ausência de escola, iluminação, urbanização, transporte, saúde, emprego e assistência social.

Nosso compromisso é organizar ações territoriais integradas.

A inteligência deve orientar a operação. A investigação deve continuar depois dela. Os serviços públicos precisam chegar de forma coordenada e permanecer no território.

Segurança também é comércio funcionando, criança indo à escola, transporte circulando e morador vivendo sem se submeter às regras do crime.

16. Dar prioridade aos investimentos em segurança, inteligência e tecnologia

A segurança pública precisa de recursos estáveis, planejamento e prioridade dentro do orçamento estadual.

Criar novos fundos ou prometer receitas futuras não resolve, por si só, a falta de investimento. Muitas vezes apenas cria mais uma estrutura sem dinheiro suficiente ou sem capacidade de execução.

Nosso compromisso é identificar fontes de financiamento, ampliar a captação de recursos federais e priorizar investimentos que aumentem a capacidade operacional das instituições.

Recursos provenientes de compensações, acordos, receitas extraordinárias e atividades econômicas que gerem impacto sobre o território poderão apoiar projetos de infraestrutura, inteligência, tecnologia e integração, sempre dentro das regras legais.

As decisões sobre esses recursos deverão ter metas, critérios públicos, fiscalização e prestação de contas.

Não vamos apresentar uma fonte incerta como solução para despesas permanentes.

17. Enfrentar o assédio, o abuso e o adoecimento dentro das instituições

Hierarquia e disciplina são pilares da vida militar. Não podem ser utilizadas para justificar humilhação, perseguição ou abuso de autoridade. Instituições fortes preservam o comando e, ao mesmo tempo, respeitam a dignidade de quem serve.

Nosso compromisso é fortalecer canais seguros de escuta, prevenção, mediação e responsabilização, com garantia de contraditório e ampla defesa.

O profissional não pode ter medo de denunciar abuso, pedir ajuda ou reconhecer que está adoecido. A autoridade legítima fortalece a tropa. O abuso destrói a confiança e prejudica o funcionamento da instituição.

18. Respeitar e valorizar as mulheres militares

A presença feminina na segurança pública precisa ser respeitada todos os dias, e não apenas em cerimônias ou datas comemorativas.

Nosso compromisso é avançar no combate ao assédio, na formação de lideranças, na igualdade de oportunidades, na oferta de equipamentos e estruturas adequadas e na proteção à maternidade.

As mulheres militares devem ter condições de construir sua carreira de acordo com sua competência, experiência e vocação. Lugar de mulher é também no comando, na inteligência, no salvamento, no planejamento e nas atividades operacionais.

19. Proteger a autonomia técnica e a legalidade das instituições

A atuação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar não pode depender de calendário eleitoral, pressão econômica ou interesse particular.

Fiscalizar, atender emergências, proteger o meio ambiente, manter a ordem e salvar vidas são funções de Estado.

Nosso compromisso é respeitar a autonomia técnica, a cadeia de comando, os protocolos e a atuação legal das instituições.

Nenhum profissional deve receber orientação para deixar de cumprir a lei porque determinada pessoa ou empresa tem influência política.

Um governo sério não interfere para proteger interesses particulares. Protege a legalidade e cobra resultados.

20. Prestar contas à sociedade e aos profissionais da segurança

Toda política apresentada nesta carta deverá ser acompanhada por indicadores públicos.

Nosso compromisso é divulgar regularmente informações sobre banco de horas, condições das unidades, distribuição territorial, efetivo, execução orçamentária, investimentos, manutenção de viaturas, recursos captados, resultados das políticas de segurança, saúde dos profissionais, tempo de atendimento e tempo de processamento de flagrantes.

Também vamos ampliar a transparência dos dados sobre a atuação das organizações criminosas, crimes digitais, crimes patrimoniais, feminicídios, homicídios e violência contra a mulher.

Os dados devem permitir que a sociedade saiba onde os problemas estão piorando, onde as políticas estão funcionando e quais resultados o governo está entregando.

Transparência não enfraquece as instituições. Ajuda a corrigir erros, reconhecer bons resultados e cobrar o cumprimento dos compromissos.

Nosso compromisso final

A população mineira quer viver com mais segurança. Quer andar pelas ruas, trabalhar, abrir seu comércio, estudar e voltar para casa sem medo.

Os profissionais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar querem condições para cumprir sua missão. Querem comando respeitado, equipamentos adequados, jornada organizada, saúde mental cuidada, segurança jurídica, remuneração tratada com seriedade e proteção para suas famílias.

Esses objetivos não são contraditórios.

Valorizar quem protege Minas Gerais é melhorar o serviço prestado à sociedade. Cobrar resultados das instituições também é respeitar sua importância.

Assumimos o compromisso de tratar a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar como instituições de Estado.

Não vamos esconder a realidade financeira, prometer o que não pode ser cumprido ou usar a segurança pública como instrumento de propaganda.

Vamos trabalhar para integrar as instituições, enfrentar o crime organizado, reduzir a violência, melhorar a gestão, proteger os profissionais e devolver à população o direito de viver com mais paz e segurança.

Quem protege Minas Gerais precisa ser respeitado por Minas Gerais. E Minas Gerais precisa de instituições fortes para proteger sua população.

Belo Horizonte, 15 de julho de 2026.

Gabriel Azevedo
Ex-presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte
Pré-candidato a governador de Minas Gerais pelo MDB

Paulo Brant
Ex-vice-governador de Minas Gerais
Pré-candidato a deputado federal pelo MDB

PLANO DE GOVERNO

Anexo 3

GABRIEL AZEVEDO - Pré-Candidato ao Governo de Minas Gerais
ALINE RISI - Pré-Candidata a Deputada Federal

Carta aberta à Polícia Civil de Minas Gerais

20 compromissos públicos com a investigação, com seus profissionais e com a sociedade mineira

Aos policiais civis, aos servidores administrativos, aos aposentados, aos pensionistas e a toda a sociedade mineira,

Meu pai foi policial civil. Cresci sabendo que, por trás de cada investigação, existe uma rotina que quase nunca aparece para a sociedade: horas de análise, cruzamento de informações, diligências, oitivas, perícias, decisões tomadas sob pressão, plantões prolongados e famílias que convivem com os riscos de uma profissão essencial. Aprendi cedo que uma investigação bem conduzida pode interromper uma sequência de crimes, devolver um bem a uma família, proteger uma mulher ameaçada, identificar um homicida, desarticular uma organização criminosa ou revelar aquilo que pessoas poderosas gostariam de manter escondido.

Essa história pessoal me ensinou a respeitar profundamente a Polícia Civil, mas também a compreender os limites do papel de um governador. Eu não sou policial e, justamente por respeitar quem é, não confundirei governo com operação, autoridade política com autoridade policial nem segurança pública com espetáculo. Vocês não me verão participando de operações para produzir imagens, usando equipamentos para simular uma função que não é minha ou transformando o trabalho sério de policiais em conteúdo de propaganda. O papel do governador é garantir direção política, recursos, integração, estrutura, legalidade, autonomia técnica e cobrança de resultados.

A Polícia Civil ocupa uma posição central no Estado Democrático de Direito. É ela que transforma a notícia de um crime em investigação, os indícios em provas e as provas em responsabilização. É ela que investiga o homicídio, o feminicídio, o desaparecimento, a fraude digital, o golpe bancário, a receptação, o tráfico de armas, a lavagem de dinheiro, a corrupção e as organizações criminosas. Sua missão alcança tanto o criminoso que domina uma comunidade e explora famílias quanto aquele que pratica delitos sofisticados a partir de escritórios, empresas, estruturas financeiras ou posições de poder.

Nos últimos meses, procurei ouvir muito mais do que falar. Conversei com delegados, investigadores, escrivães, peritos criminais, médicos-legistas, servidores administrativos, policiais aposentados, mulheres que trabalham na segurança pública, candidatos aprovados em concursos, dirigentes sindicais, professores, pesquisadores e especialistas. Recebi estudos e propostas do SINDEPOMINAS, do SINDPOL, do SINDEP/MG e de outras representações, além de manter interlocução com a ADEPOL-MG — Associação dos Delegados da Polícia Civil de Minas Gerais. Ouvi convergências, divergências e críticas à própria

organização da Polícia Civil. Em vez de esconder essas diferenças, pretendo utilizá-las na construção de uma reforma institucional séria.

Esta carta não é dirigida somente aos integrantes da Polícia Civil. Ela também é destinada ao cidadão que teve seu celular furtado e nunca mais recebeu resposta; à pessoa que perdeu suas economias em um golpe pelo WhatsApp ou pelo Pix; à família que espera a elucidação de um homicídio; à mulher que precisa de proteção; ao comerciante prejudicado pela receptação; ao idoso vítima de fraude; à pessoa com deficiência que necessita de atendimento adequado; ao morador de uma comunidade submetida às regras de uma facção; e ao contribuinte que espera que crimes contra o patrimônio público sejam investigados independentemente do nome, do cargo ou da influência de quem esteja envolvido.

Minas Gerais construiu, ao longo dos últimos anos, um sistema de segurança desequilibrado. O problema não é investir na Polícia Militar, no Corpo de Bombeiros Militar, na Polícia Penal ou no sistema socioeducativo. Todas essas instituições precisam ser valorizadas e equipadas. O problema surge quando o Estado fortalece uma etapa do sistema e permite que a estrutura responsável por investigar, esclarecer, produzir provas e gerar conhecimento estratégico sobre a dinâmica criminal fique para trás. A presença ostensiva é indispensável, mas, sem investigação, o flagrante não alcança a organização criminosa, o receptador não é identificado, o patrimônio não é recuperado e os responsáveis pelos crimes permanecem livres para agir novamente.

Ao mesmo tempo, a criminalidade mudou. O crime tornou-se mais digital, financeiro, interestadual, internacional, faccionado e conectado a redes de dados e de lavagem de dinheiro. Ainda assim, parte expressiva da investigação continua submetida a procedimentos antigos, sistemas fragmentados, estruturas inadequadas, sobrecarga de trabalho e falta de pessoal. Modernizar a Polícia Civil não significa apenas comprar computadores ou viaturas. Significa rever processos, atribuições, carreiras, sistemas de informação, critérios de gestão e a própria organização da investigação.

Também não farei desta carta um catálogo de promessas impossíveis. Minas Gerais enfrenta restrições fiscais graves, uma dívida pública que reduz sua capacidade de escolha e um orçamento que, no primeiro ano da próxima gestão, terá sido elaborado e aprovado anteriormente. Não seria honesto estabelecer agora um número arbitrário de nomeações, um percentual de recomposição salarial ou uma despesa permanente sem conhecer integralmente seu impacto e sua fonte de financiamento. Minha palavra será dada com cautela, porque aquilo que eu assumir publicamente terá de ser cumprido.

Não prometo mágica. Prometo método, diálogo, transparência, responsabilidade fiscal, presença política e disposição para enfrentar problemas que foram

adiados por muitos anos. Compromissos e acordos assumidos pelo meu governo serão cumpridos. É com essa disposição que apresento os seguintes pontos.

1. Tratar a Polícia Civil como instituição de Estado e a investigação como prioridade estratégica

A Polícia Civil não pertence a um governador, a um partido, a uma coligação ou a uma administração temporária. Ela pertence ao Estado de Minas Gerais e serve à sociedade. Meu governo acompanhará diretamente a política de segurança pública, mas essa liderança não significará interferência em procedimentos, escolha de alvos ou orientação sobre o resultado de investigações. O governo definirá prioridades, garantirá recursos, promoverá integração e cobrará resultados; a Polícia Civil investigará com independência técnica, dentro da Constituição e das leis.

A segurança pública não será loteada como recompensa por apoio eleitoral. Cargos políticos não poderão ser utilizados para colocar a instituição a serviço de interesses partidários, econômicos ou pessoais. A segurança estará próxima do governador porque é uma política estratégica de Estado, assim como o planejamento e a Fazenda, e não porque o governador pretenda comandar investigações ou substituir as autoridades policiais.

Também não estimularei disputas artificiais entre Polícia Civil e Polícia Militar. As instituições possuem competências, culturas e cadeias de comando distintas, mas integram uma mesma política pública. O policiamento ostensivo previne e interrompe crimes; a investigação identifica autores, financiadores, receptadores e redes criminosas e produz conhecimento técnico sobre a dinâmica criminal no território. Quando uma dessas dimensões é enfraquecida, todo o sistema perde capacidade.

O investimento na Polícia Civil será apresentado à sociedade pelo resultado que produz. Mais policiais civis, servidores de apoio, tecnologia, perícia e inteligência devem significar mais crimes esclarecidos, melhor conhecimento criminológico, mais patrimônio recuperado, mais organizações criminosas desarticuladas e melhor atendimento às vítimas.

2. Falar a verdade sobre as contas públicas e garantir financiamento estável para a investigação

Os policiais civis já receberam promessas demais e explicações de menos. Em meu governo, toda proposta remuneratória, previdenciária, de nomeação, reestruturação de carreira ou criação de benefício deverá ser acompanhada de memória de cálculo, impacto anual, fonte de financiamento, cronograma e repercussão nos exercícios seguintes. Não apresentarei receita incerta como

solução para despesa permanente, mas também não utilizarei a crise fiscal como justificativa automática para impedir qualquer avanço.

Nos primeiros meses da gestão, será publicada uma avaliação da situação real da dívida mineira, das obrigações assumidas pelo Estado, dos contratos relevantes, das consequências do programa de renegociação da dívida e da margem disponível para pessoal e investimentos. O primeiro orçamento integralmente elaborado pela nova administração será o do segundo ano de mandato, mas a revisão de contratos, a reorganização administrativa, a definição de prioridades e a busca de recursos começarão no primeiro dia.

Minas Gerais voltará a participar ativamente da discussão nacional sobre financiamento da segurança pública. Buscaremos recursos da União, fundos nacionais, convênios, acordos, transferências, receitas provenientes de bens apreendidos quando legalmente cabíveis e projetos de cooperação. Esses recursos deverão financiar infraestrutura, inteligência, perícia, tecnologia, formação e integração.

No primeiro ano de governo, apresentarei à Assembleia Legislativa um projeto de Lei de Modernização da Polícia Civil, incluindo a criação ou a reorganização do Fundo Especial da Polícia Civil de Minas Gerais, autorizado pelo art. 37 da Lei Federal nº 14.735, de 23 de novembro de 2023. O fundo terá fontes legalmente definidas, governança transparente, participação institucional, controle externo e prestação pública de contas. Seu desenho deverá reduzir a dependência de dotações discricionárias e descontínuas, sem criar orçamento paralelo nem sustentar despesas permanentes com receitas instáveis. A aplicação priorizará aparelhamento, infraestrutura, tecnologia, capacitação, modernização, perícia e demais métodos de investigação.

3. Realizar uma auditoria do efetivo e apresentar um plano de provimento racional dos cargos

Nos primeiros cem dias, será produzido um mapa completo do efetivo da Polícia Civil por carreira, função, unidade, departamento, município e região. Esse diagnóstico mostrará onde existem unidades policiais, técnico-científicas, administrativas ou de formação sem equipes mínimas, localidades com cobertura insuficiente, setores especializados sobrecarregados, estruturas periciais sem capacidade adequada e policiais ocupados em atividades meramente administrativas ou instrumentais que poderiam ser desempenhadas por quadros de apoio não policial.

A auditoria também examinará a demanda de cada região, os índices de vacância, as aposentadorias previstas, os pedidos de exoneração, a capacidade da Academia de Polícia, o custo de formação, a estrutura necessária para receber novos profissionais e a distância entre os cargos previstos em lei e aqueles

efetivamente ocupados. Não utilizaremos apenas o número abstrato de vagas. A análise considerará a necessidade real do serviço, a complexidade da criminalidade e o resultado esperado para a população.

A recomposição será progressiva e orientada por esse diagnóstico. Os candidatos aprovados nos concursos em vigor serão considerados prioritariamente antes da abertura de novos certames, respeitados a ordem de classificação, a validade dos concursos, a legislação, a capacidade de formação e os limites financeiros do Estado. Não tratarei concurso público como anúncio isolado: convocação sem formação, lotação, equipamentos e custeio apenas transfere o problema de lugar.

Também será elaborado um calendário de médio prazo para concursos e cursos de formação, evitando que a Polícia Civil atravesse longos períodos sem renovação de seus quadros. Não aceitarei que a Lei de Responsabilidade Fiscal seja invocada de maneira genérica, sem que o governo demonstre tecnicamente o impedimento, as alternativas consideradas e as medidas adotadas para recuperar a capacidade de nomeação. Cada etapa será apresentada à sociedade, com informação sobre quem está sendo convocado, para qual região, quanto custa e qual resultado se espera.

4. Modernizar a estrutura organizacional da Polícia Civil e estabelecer padrões mínimos para suas unidades

Recompor cargos sem discutir a organização significaria apenas preencher novamente uma estrutura concebida para outro período histórico. Meu governo realizará uma revisão completa da macroestrutura da Polícia Civil, da pequena unidade de execução à Chefia da instituição, identificando sobreposições, duplicidades, fluxos excessivamente burocráticos e estruturas que consomem recursos sem aumentar a capacidade de investigar.

Precisamos responder a uma pergunta anterior à decisão de abrir novas unidades: o que deve ser uma unidade policial no século XXI? Uma estrutura moderna precisa acolher o cidadão, qualificar informações, preservar provas, conduzir investigações, produzir conhecimento e articular serviços. Ela não pode funcionar apenas como um cartório isolado nem como um prédio que depende da prefeitura, de empresários locais ou de emendas parlamentares para possuir condições básicas.

Será estabelecido um padrão mínimo para unidades policiais, técnico-científicas, administrativas, de inteligência, de tecnologia e de formação, contemplando conectividade, segurança da informação, acessibilidade, manutenção, comunicação, equipamentos, condições sanitárias, salas adequadas para atendimento, ambientes reservados para vítimas e estrutura para tratamento de provas e evidências digitais. Emendas parlamentares poderão complementar

investimentos, mas o funcionamento regular da Polícia Civil não ficará condicionado à relação política de cada chefia com deputados ou lideranças locais.

A revisão também alcançará as estruturas centrais de inteligência, investigação e polícia judiciária. Onde houver duplicidade, ela será corrigida; onde faltar coordenação, ela será estabelecida; e onde a burocracia estiver afastando policiais da atividade finalística, os fluxos serão redesenhados. A reorganização não será utilizada para criar novos espaços de poder, mas para entregar mais investigação à sociedade.

5. Implementar a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis com segurança jurídica e participação das carreiras

A Lei Orgânica Nacional estabeleceu diretrizes que precisam ser compatibilizadas com a legislação mineira, incluindo a criação do cargo de Oficial Investigador de Polícia e a reorganização de atribuições. Essa adaptação não pode permanecer indefinidamente restrita a grupos de trabalho sem conclusão, mas também não pode ser realizada de forma improvisada, produzindo insegurança, perda de direitos ou simples acúmulo de tarefas.

No primeiro mês de governo, será instituída uma Comissão Estadual de Implementação da Lei Orgânica Nacional, com participação das carreiras, da Chefia da Polícia Civil, dos servidores administrativos, das entidades representativas e das áreas jurídica, orçamentária e de gestão. A comissão terá prazo para apresentar matriz de atribuições, alterações legislativas, impacto financeiro, plano de formação e cronograma de transição.

A implementação do Oficial Investigador de Polícia observará as atribuições previstas na Lei Orgânica Nacional e deverá promover modernização metodológica das atividades apuratórias, procedimentais, de obtenção de dados, de inteligência e de execução investigativa. A reforma não poderá se resumir a ampliar responsabilidades sem contrapartida remuneratória, tecnológica, formativa e organizacional.

Também será avaliada a regulamentação e a efetiva aplicação da indenização ou de outra contrapartida legalmente prevista para os policiais que, por necessidade do serviço, respondam ou atuem cumulativamente em mais de uma unidade policial, ainda que situadas no mesmo município. A medida deverá seguir critérios objetivos e não poderá substituir o dever do Estado de recompor o efetivo e organizar adequadamente as lotações.

Direitos adquiridos, situações funcionais e especialidades serão preservados. A perícia oficial, os serviços médico-legais, a identificação e os servidores administrativos também serão considerados no novo desenho institucional. Antes de cada mudança, os servidores conhecerão prazos, efeitos, regras de

enquadramento, exigências de formação e canais para solução de controvérsias. A Lei Orgânica será tratada como oportunidade de modernização, e não como pretexto para aprofundar a sobrecarga.

6. Estudar novos modelos de carreira, mobilidade e aproveitamento da experiência institucional

Recebi propostas de carreira com entrada única, concursos internos e reserva de parte das vagas para servidores da própria instituição. Essas ideias devem ser estudadas seriamente, mas não serão transformadas em promessa sem análise constitucional. O concurso público continuará sendo respeitado e não haverá transposição automática para cargo distinto por simples decisão administrativa.

Será realizado um estudo jurídico, funcional e orçamentário sobre modelos adotados por polícias civis, polícias de investigação e outras instituições de segurança. O estudo avaliará mecanismos constitucionais de mobilidade, especialização, formação de lideranças, aproveitamento da experiência acumulada e desenvolvimento profissional. Será examinada, inclusive, a proposta de concursos internos para determinadas funções ou carreiras e de reserva de parte das vagas, verificando-se sua compatibilidade com a Constituição e com a jurisprudência.

Também serão regulamentadas, de maneira objetiva, funções como inspetor, subinspetor, inspetor adjunto e coordenações equivalentes. A regulamentação definirá atribuições, requisitos, período de exercício, forma de escolha, substituição, responsabilidade, relação com a Chefia da Polícia Civil e critérios de avaliação.

A discussão não será apenas sobre nomes de cargos. A pergunta central será o que deve fazer cada operador da investigação, quais atividades exigem poder policial, quais podem ser realizadas por servidores administrativos e quais devem ser automatizadas. Modernizar uma carreira não significa apenas mudar seu título; significa organizar responsabilidades, formação, remuneração e instrumentos de trabalho. Os estudos terão prazo e resultado público, para que propostas apresentadas pelas entidades não desapareçam dentro da burocracia.

7. Criar promoções objetivas, previsíveis e baseadas no desenvolvimento profissional

A evolução na carreira não pode depender predominantemente de relações pessoais, avaliações vagas ou abertura de um número artificialmente reduzido de vagas. A Polícia Civil já produz avaliações, registros funcionais e dados de desempenho. Esses instrumentos precisam ser aperfeiçoados e utilizados de maneira transparente, com critérios conhecidos antes do início de cada período avaliativo.

O governo retomará as minutas, estudos e propostas de consenso já produzidos pelas entidades sobre promoções objetivas, em vez de reiniciar o debate do zero. Serão considerados tempo de exercício, formação, capacitação, titulação, desempenho, produtividade compatível com a função e histórico disciplinar, com direito a recurso e regras que reduzam a subjetividade.

Será analisado o modelo de promoção periódica, inclusive a proposta de progressão a cada cinco anos, bem como as diferenças existentes entre carreiras quanto à promoção especial, aos limites de vagas e ao acesso aos níveis finais. O sistema deve permitir que um servidor que cumpra os requisitos possua perspectiva real de alcançar o desenvolvimento da carreira ainda em atividade, e não apenas depois da aposentadoria.

As promoções deverão ser processadas dentro de prazo administrativo definido. Quando houver direito a efeitos financeiros retroativos, o Estado não poderá obrigar o servidor a recorrer ao Poder Judiciário apenas para receber aquilo que já foi reconhecido administrativamente. O atraso prolongado entre a aquisição do direito e sua publicação não será tratado como normalidade administrativa.

8. Acabar com o clientelismo e proteger a autonomia técnica da investigação

Uma Polícia Civil dependente de favores políticos perde capacidade de investigar com liberdade. Chefias, comandos regionais e funções estratégicas não podem ser utilizados para premiar aliados, acomodar interesses partidários ou produzir dependência de emendas parlamentares. A profissionalização da gestão começa com critérios públicos de escolha.

As funções de direção e chefia deverão considerar experiência, qualificação, capacidade de gestão, histórico funcional e resultados. Sempre que a natureza da função permitir, haverá processo transparente, período definido de exercício, avaliação e regras de substituição. A discricionariedade legal do governador e da Chefia da Polícia Civil será exercida com motivação e responsabilidade.

Nenhum policial poderá ser perseguido por conduzir, dentro da lei, investigação que alcance pessoa influente, agente público, grupo econômico ou liderança política. Isso não significa imunidade a controle, tolerância com abuso ou ausência de responsabilização. Significa garantir que corregedoria, controle judicial e Ministério Público fiscalizem a legalidade sem que a política escolha quem pode ou não ser investigado.

O governador também não utilizará informações sigilosas para atacar adversários ou proteger aliados. Não haverá orientação política para atrasar, impedir ou direcionar investigações. Polícia de Estado investiga fatos; polícia de governo escolhe inimigos. Minas Gerais terá uma Polícia Civil de Estado.

9. Iniciar os estudos para a implementação, em médio prazo, de um Centro de Comando e Controle da Investigação Policial

A Polícia Civil precisa operar no tempo do crime. Uma equipe no interior não pode aguardar dias para consultar uma base, identificar uma pessoa, localizar um veículo, rastrear um aparelho ou obter apoio especializado. Nos primeiros meses de governo, serão iniciados estudos técnicos, jurídicos, orçamentários e de segurança da informação para avaliar a implementação, em médio prazo, de um Centro de Comando e Controle da Investigação Policial, com funcionamento permanente e conexão segura com as unidades e os operadores.

O estudo deverá definir arquitetura, etapas, custos, fontes de financiamento, governança, proteção de dados e interoperabilidade. Caso sua viabilidade seja demonstrada, o Centro poderá integrar bases de dados, análise de vínculos, inteligência financeira, localização de bens, apoio a diligências, identificação, gestão de alertas e articulação com outras instituições. Seu objetivo será centralizar capacidades especializadas e distribuir informações qualificadas em tempo real a quem trabalha em qualquer região do Estado, sem concentrar todas as investigações em Belo Horizonte nem retirar a autonomia das unidades. Isso permitirá, por exemplo, resposta mais rápida e coordenada aos golpes digitais reiterados.

Qualquer solução adotada deverá garantir acessos individualizados, registrados e auditáveis. Cada consulta deverá possuir finalidade funcional, controle de segurança e rastreabilidade. O aumento da capacidade de investigação não pode produzir um sistema sem controle, utilizado para consultas pessoais, perseguições ou exposição indevida de dados.

O estudo também avaliará como o futuro Centro poderá apoiar operações temáticas, equipes regionais e investigações que atravessem municípios, departamentos, estados ou fronteiras nacionais. O crime não respeita limites administrativos; a informação também não pode ficar aprisionada dentro deles.

10. Incrementar métodos e tecnologias avançados na investigação policial

O crime também opera por celulares, contas digitais, empresas, identidades falsas, plataformas, criptoativos e movimentações financeiras realizadas em segundos. A Polícia Civil não pode permanecer submetida a procedimentos manuais, sistemas isolados e tecnologias arcaicas. O aprimoramento tecnológico será tratado como infraestrutura essencial, e não como mera compra de equipamentos, sempre acompanhado de capacitação dos profissionais que irão operar as ferramentas e analisar os dados produzidos.

A digitalização dos inquéritos e demais procedimentos será consolidada de forma integral e interoperável, com integração entre unidades policiais, perícia, Ministério Público e Judiciário. As oitivas deverão, sempre que possível e

juridicamente adequado, ser registradas em audiovisual, com armazenamento seguro e controle de acesso, aumentando a fidelidade do procedimento e reduzindo retrabalho. Biometria e reconhecimento facial somente serão empregados com base legal, finalidade definida, auditoria, revisão humana e mecanismos de controle de erros e vieses.

A cadeia de custódia deverá ser integralmente cumprida, e a Central de Custódia será efetivamente implementada e modernizada por meio de identificação individualizada, registro cronológico, rastreabilidade digital, armazenamento adequado e integração entre unidades policiais e periciais. A qualidade da prova depende da capacidade de demonstrar onde ela foi recolhida, quem teve acesso, como foi preservada e em que condições chegou ao processo.

Serão instituídos procedimentos operacionais padrão — POPs — para atividades recorrentes, como preservação de locais, coleta de provas, crimes digitais, desaparecimentos, homicídios, feminicídios, fraudes financeiras, tratamento de dispositivos eletrônicos e atendimento inicial às vítimas. Os protocolos estabelecerão um piso técnico comum sem impedir a adaptação ao caso concreto nem substituir a análise profissional.

A análise de padrões, recorrência e risco criminal será utilizada para orientar investigação e prevenção. Esses instrumentos não poderão automatizar suspeitas contra cidadãos nem reproduzir preconceitos presentes nos próprios dados. Modelos analíticos e de inteligência artificial deverão ser auditáveis, submetidos à revisão humana e avaliados periodicamente quanto a erros e vieses.

Como partes essenciais da investigação, a perícia criminal, a medicina legal e a identificação integrarão o planejamento estratégico da instituição. O plano de efetivo contemplará cobertura regional, demanda acumulada, capacidade dos laboratórios, equipamentos, manutenção e logística. A expansão tecnológica incluirá genética forense, toxicologia, informática, perícia financeira, análise de imagens, balística, documentoscopia e outras áreas necessárias ao perfil contemporâneo da criminalidade.

A Polícia Civil contará com infraestrutura de dados própria ou dedicada, com redundância, continuidade de serviço, segurança cibernética e governança institucional. A escolha entre data center próprio, ambiente híbrido ou solução de nuvem governamental será feita por estudo técnico, para evitar dependência tecnológica, desperdício de recursos e vulnerabilidades.

11. Integrar operacionalmente as instituições sem apagar suas competências

A segurança pública é uma política única executada por instituições diferentes e complementares. Integração não significa subordinação da Polícia Civil à Polícia Militar, da Polícia Militar à Polícia Civil ou de qualquer força a outra. Significa

coordenação, compartilhamento responsável de informações, planejamento conjunto e definição clara das responsabilidades.

Minas Gerais participará ativamente do Sistema Único de Segurança Pública e fortalecerá modelos de atuação integrada contra o crime organizado. Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Penal, Polícia Rodoviária Federal, Receita, Ministério Público, Judiciário, Defensoria, guardas municipais e municípios precisam compartilhar capacidades dentro da legalidade e respeitando suas competências.

A experiência de forças integradas demonstra que é possível trabalhar em conjunto sem criar hierarquia cruzada ou apagar a identidade de cada instituição. O problema do Estado não é a existência de forças diferentes. É a fragmentação de dados, operações, sistemas e prioridades. Integração permanente, inteligência compartilhada e atuação no tempo do crime serão diretrizes do governo.

Será aprimorada a integração entre sistemas, evitando que uma mesma informação precise ser digitada repetidamente por instituições diferentes. Também trabalharemos para reduzir o tempo consumido na apresentação e no processamento de flagrantes. Tecnologia, protocolos, reforço dos plantões digitais e integração com o Judiciário, a Defensoria e o Ministério Público deverão permitir que a equipe responsável preste as informações necessárias e retorne rapidamente ao serviço.

A integração também alcançará os territórios. Operação policial sem presença posterior do Estado abre espaço para a reorganização do crime. Segurança exige educação, cultura, saúde, iluminação, transporte, urbanização, regularização fundiária, emprego e assistência social. O governo organizará ações territoriais nas quais investigação, prevenção e serviços públicos permaneçam depois da operação.

12. Desarticular as organizações criminosas sem perder de vista os delitos que *afetam a vida cotidiana*

A Polícia Civil precisa ter capacidade de alcançar o topo da pirâmide criminal: organizações, financiadores, empresas de fachada, agentes corruptos, redes de lavagem de dinheiro e estruturas que movimentam armas, drogas, minérios ilegais e patrimônio roubado. A investigação deverá atuar no tempo do crime, produzindo informação atual e interrompendo atividades ilícitas antes que o prejuízo se torne irreversível.

Mas uma Polícia Civil forte também precisa responder à senhora que teve o celular, a televisão ou o rádio furtados; ao trabalhador que perdeu dinheiro em um golpe; ao pequeno comerciante ameaçado; ao produtor rural prejudicado; e ao morador que convive com um mercado local de receptação. O crime repetido que

parece pequeno para o Estado pode destruir a rotina de famílias e bairros inteiros, além de financiar redes maiores.

Não naturalizaremos a inércia investigativa. O governo deverá conhecer o acervo, identificar gargalos, estabelecer prioridades, formar equipes e oferecer instrumentos para que investigações avancem. Essa cobrança não poderá responsabilizar individualmente o servidor pela falta de efetivo, tecnologia ou estrutura; deverá atacar as causas organizacionais do atraso e preservar a qualidade da prova.

Serão estruturadas estratégias específicas para homicídios, feminicídios, crimes cibernéticos, fraudes financeiras, roubos e furtos de celulares, receptação, lavagem de dinheiro, corrupção, roubo de cargas, crimes ambientais e organizações criminosas. Essas estratégias terão equipes, metas, apoio de estruturas integradas de inteligência — inclusive do Centro de Comando e Controle, caso sua implementação seja considerada viável —, protocolos com bancos, operadoras e plataformas, capacidade de bloqueio rápido de ativos e mecanismos para aumentar a recuperação de bens.

A medida de sucesso não será apenas o número de boletins registrados ou inquéritos instaurados. O governo acompanhará crimes esclarecidos, tempo de investigação, bens recuperados, valores bloqueados, redes desarticuladas, reincidência, vítimas protegidas e qualidade do atendimento. O indicador deve mostrar se o Estado solucionou um problema, e não apenas se movimentou papéis.

13. Construir uma rede estadual de atendimento às mulheres e às pessoas vulneráveis

Minas Gerais não conseguirá responder à violência contra a mulher apenas construindo delegacias especializadas em todos os municípios. O Estado precisa fortalecer as unidades existentes, ampliar progressivamente o atendimento especializado e garantir uma porta de entrada qualificada nas localidades sem estrutura própria.

O governo organizará uma rede regional que integre delegacias especializadas, unidades comuns, serviços municipais, assistência social, saúde, Defensoria, Ministério Público, Judiciário, Casa da Mulher Brasileira, universidades e centros de atendimento. Toda unidade policial de porta aberta deverá possuir protocolo para acolher a vítima, preservar provas, avaliar risco e acionar rapidamente a rede, mesmo quando não for especializada.

Para assegurar atendimento ininterrupto e qualificado, o Plantão Digital terá setorização específica e será articulado a Centrais de Atendimento Virtual integradas para mulheres, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e outros grupos vulneráveis. Essas centrais conectarão o

atendimento policial às estruturas de acolhimento, saúde e assistência social já existentes nos municípios.

Será criado um serviço remoto humanizado e permanente, capaz de orientar, acolher, registrar informações iniciais e acionar a rede regional. Esse serviço não substituirá exame, atendimento médico, medida urgente ou presença policial quando necessários. Evitará, porém, que a única alternativa digital seja um formulário frio, pouco compreensível e incapaz de oferecer orientação.

Sempre que possível, a vítima poderá ser atendida por uma mulher. Crianças que a acompanhem também deverão receber acolhimento. Convênios com universidades e clínicas-escola poderão ampliar o apoio psicológico, desde que o atendimento seja supervisionado por profissionais qualificados e integrado à rede pública.

A proteção não pode impor à vítima a perda do emprego, a retirada dos filhos da escola e o abandono de sua comunidade enquanto o agressor mantém a rotina. O Estado deverá coordenar proteção, responsabilização, acompanhamento social e programas destinados aos agressores quando tecnicamente indicados. Campanhas educativas utilizarão recursos de publicidade para prevenir a violência, informar canais de proteção e envolver os homens nessa responsabilidade.

14. Respeitar as mulheres que trabalham na Polícia Civil e enfrentar o assédio institucional

As mulheres prestaram os mesmos concursos, exercem funções policiais, participam de operações, conduzem investigações, realizam perícias, atendem vítimas e ocupam responsabilidades de gestão. Ainda assim, enfrentam obstáculos específicos, assédio, discriminação, estruturas inadequadas e dificuldades para chegar aos espaços de decisão.

O governo instituirá uma política para as mulheres da Polícia Civil que contemple igualdade de oportunidades, formação de lideranças, acompanhamento da presença feminina nas chefias, equipamentos e instalações adequados, proteção à maternidade e revisão de regras que produzam discriminação indireta.

Os canais de denúncia de assédio moral, assédio sexual, discriminação e abuso deverão oferecer confidencialidade, proteção contra retaliação, prazo de resposta e independência em relação à cadeia hierárquica diretamente denunciada. A apuração assegurará acolhimento, contraditório e ampla defesa, sem exposição pública indevida das partes. A política também protegerá homens e servidores administrativos vítimas de assédio, reconhecendo, ao mesmo tempo, que as mulheres são atingidas de forma particular por determinadas práticas.

Relatos recorrentes indicam que a proximidade funcional, política ou pessoal entre investigados e responsáveis pela apuração pode comprometer a confiança no sistema correicional. Meu governo não presumirá culpa nem criará tribunal paralelo, mas instituirá mecanismos independentes de acompanhamento, integridade e revisão, com participação da Ouvidoria-Geral do Estado, cooperação da Defensoria Pública e representação das entidades, nos limites das competências legais e da proteção do sigilo. Esses mecanismos também acompanharão eventuais retaliações posteriores à denúncia.

A legislação estadual existente será aplicada de forma efetiva. A Lei Complementar nº 116, de 2011, dispõe sobre prevenção e punição do assédio moral; a Lei Complementar nº 179, de 2024 — Lei Rafaela Drummond — reforçou as consequências disciplinares; e a Lei Complementar nº 183, de 2025, determinou canal interno específico, proteção ao denunciante e devida apuração. Haverá treinamento dos órgãos correicionais, prazos de tramitação, acompanhamento de resultados e transparência agregada, sem exposição das vítimas ou prejuízo ao devido processo.

A proteção às mulheres da Polícia Civil — e a todos os servidores vítimas de assédio — não será uma política de gabinete, limitada a cartilhas e solenidades. Será uma política de estrutura, com mecanismos que funcionem. A memória preservada pela Lei Rafaela Drummond precisa se traduzir em uma instituição na qual ninguém seja obrigado a escolher entre o silêncio e a retaliação.

15. Implantar uma política integral de saúde física, mental e assistência aos servidores

A atividade policial envolve jornadas irregulares, contato permanente com violência, exposição a riscos, pressão decisória, plantões e desgaste acumulado. A saúde do servidor não pode ser tratada apenas quando surge um afastamento. Ela precisa integrar o planejamento de pessoal e a capacidade operacional da Polícia Civil.

O governo apresentará a regulamentação estadual do auxílio-saúde previsto na Lei Orgânica Nacional, com estudo de impacto, modelo de financiamento e regras transparentes. Também será avaliada a situação do atendimento pelo IPSEMG, do Hospital da Polícia Civil e da rede disponível no interior. O objetivo será construir cobertura efetiva em todo o Estado, mediante combinação responsável de rede pública, rede credenciada, convênios e auxílio-saúde, considerando também as necessidades das famílias.

A saúde mental receberá atenção permanente, com atendimento psicológico sigiloso, acompanhamento depois de ocorrências críticas, capacitação de gestores, prevenção de crises graves, proteção à vida, assistência social e apoio

às famílias. Pedir ajuda não poderá ser tratado como fraqueza nem gerar perseguição funcional.

As perícias médicas oficiais relacionadas aos servidores serão progressivamente descentralizadas, reduzindo deslocamentos excessivos de quem trabalha no interior. A meta será assegurar atendimento regional, prazo adequado e processo administrativo digital, sem reduzir o rigor técnico.

Haverá ainda um programa de preparação para a aposentadoria, com orientação previdenciária, planejamento financeiro, apoio psicológico, transição de atividades e acompanhamento. Quem dedicou décadas à instituição não pode ser abandonado quando se aproxima do encerramento do serviço ativo.

Meu governo desenvolverá, ainda, um programa de apoio à aquisição da casa própria para policiais civis e servidores administrativos, com atenção especial aos profissionais em início de carreira e lotados no interior. O desenho será construído em parceria com instituições financeiras públicas, com critérios impessoais, sustentabilidade fiscal e compatibilidade com os programas habitacionais existentes.

16. Tratar remuneração, ADE, benefícios e efeitos sobre aposentados com transparência

As entidades apresentaram estudos sobre perdas inflacionárias acumuladas, defasagem das tabelas e diferenças entre carreiras da segurança pública. O governo realizará uma auditoria técnica desses números e instituirá um processo permanente de revisão das condições remuneratórias, com participação das entidades e publicação dos cálculos.

A revisão geral anual e a recomposição de perdas serão tratadas em planejamento plurianual, considerando a situação fiscal e a necessidade de manter o poder de compra dos servidores. Não anunciarei percentual sem fonte de recursos, mas também não aceitarei que a crise fiscal seja utilizada para impedir qualquer diálogo durante quatro anos.

A estrutura remuneratória interna será examinada. Serão analisados o vencimento inicial e final das carreiras, a distância entre níveis, a remuneração dos atuais investigadores e escrivães, do futuro Oficial Investigador de Polícia, de delegados, peritos, médicos-legistas e servidores administrativos, além da proposta de estabelecer relações mínimas entre as tabelas. Será avaliada, especificamente, a sugestão de que o vencimento inicial do Oficial Investigador não seja inferior a dois terços do vencimento inicial de delegado e de que o último nível do Oficial Investigador não seja inferior ao início da carreira de delegado. Qualquer decisão dependerá de estudo funcional, jurídico e financeiro.

O procedimento do Adicional de Desempenho será revisto para eliminar atrasos administrativos entre o cumprimento dos requisitos e o pagamento. Também será analisada a eventual distorção que prejudica mulheres em razão da combinação entre tempo diferenciado de aposentadoria e crescimento progressivo do adicional.

Serão examinadas a isonomia das diárias entre cargos submetidos ao mesmo deslocamento, a valorização de títulos acadêmicos, a remuneração durante o curso de formação, o enquadramento funcional depois da conclusão, a regulamentação de vantagens vinculadas ao risco de contágio e outras diferenças identificadas pelas entidades. O compromisso não será criar penduricalhos, mas construir remuneração compreensível, previsível e coerente.

Toda reestruturação remuneratória deverá apresentar seus efeitos sobre servidores ativos, aposentados e pensionistas. O governo não criará parcelas apenas para contornar a estrutura remuneratória ou aprofundar desigualdades sem justificativa jurídica e funcional. Aposentados e pensionistas não serão tratados como pessoas que deixaram de pertencer à instituição.

17. Discutir previdência e proteção social sem esconder as diferenças jurídicas

Policiais civis, policiais militares, bombeiros militares, policiais penais e agentes de segurança socioeducativos estão submetidos a regimes jurídicos diferentes, embora exerçam atividades marcadas por riscos de natureza semelhante em diversos aspectos. Essas diferenças não podem ser ignoradas, mas também não justificam que as perdas e distorções sofridas pelos policiais civis sejam tratadas como inevitáveis.

Será criada uma Mesa Técnica de Previdência e Proteção Social da Polícia Civil, com representantes dos servidores ativos, aposentados, pensionistas, entidades e áreas jurídica, atuarial e financeira. A mesa examinará contribuição previdenciária, aposentadoria especial, regras aplicáveis às mulheres, integralidade, paridade quando juridicamente cabível, pensões por morte, regras de transição e decisões dos tribunais superiores.

A revisão das pensões deverá considerar a proteção das famílias dos profissionais submetidos a atividade de risco, especialmente nos casos relacionados ao exercício da função. Também serão avaliados os efeitos da duração do benefício, das cotas familiares e das regras aplicáveis a cônjuges, companheiros e dependentes.

Não prometerei copiar automaticamente o sistema militar, porque isso poderia produzir uma promessa juridicamente inviável. O compromisso é formular o modelo mais protetivo que a Constituição, a legislação e a sustentabilidade atuarial permitirem, apresentando à Assembleia as mudanças estaduais

necessárias e articulando com a bancada mineira aquelas que dependam do Congresso Nacional.

Nenhuma reforma relevante será apresentada de surpresa. Os impactos sobre ativos, aposentados e pensionistas serão divulgados previamente, com preservação dos direitos adquiridos e regras de transição compreensíveis.

18. Valorizar os servidores administrativos e acabar com o desvio de função

Os servidores administrativos sustentam uma parcela relevante do funcionamento da Polícia Civil, mas frequentemente são tratados como mão de obra secundária. Muitos possuem décadas de experiência e conhecimento institucional que não podem ser desperdiçados.

A reorganização definirá com clareza suas atribuições, especialmente na administração, atendimento, tecnologia, gestão documental e gestão da informação. Ao retirar de policiais atividades que não exigem poder estritamente policial, o Estado permitirá que os policiais se concentrem na atividade finalística, sem impedir que profissionais qualificados participem da alta gestão institucional nas áreas compatíveis com suas atribuições.

Os investigadores não deverão permanecer desviados da investigação em escoltas e guarda provisória de presos que devam ser assumidas pelo sistema prisional. A transferência dessas atribuições será planejada com a Polícia Penal e os demais órgãos envolvidos, garantindo continuidade do serviço e evitando improvisação.

Qualquer mudança decorrente da implementação do Oficial Investigador de Polícia ou da reorganização das antigas funções procedimentais deverá preservar os direitos dos servidores administrativos, oferecer formação e reconhecer as novas responsabilidades. Não será aceitável transferir tarefas sem estrutura, capacitação ou correspondência funcional.

A implementação da Lei Orgânica Nacional exigirá uma nova percepção sobre as atividades administrativas. Será estudada a criação ou reorganização de quadro próprio de apoio, com atribuições claras, reconhecimento remuneratório, formação adequada e dimensionamento compatível com as necessidades da instituição.

Também serão analisadas as situações de servidores submetidos a jornadas de trinta e quarenta horas, as diferenças remuneratórias, o número de profissionais alcançados e o impacto de eventual ampliação de jornada. A solução será apresentada com base em dados, e não em estimativas informais.

19. Fortalecer a Academia de Polícia, a formação continuada e o apoio educacional às famílias

Uma instituição que investiga crimes digitais, financeiros, ambientais e organizados precisa atualizar permanentemente seus profissionais. Será instituído programa periódico de aperfeiçoamento, com intervalo máximo a ser definido em lei ou regulamento, contemplando direito, investigação, inteligência, tecnologia, atendimento ao público, gestão, atividade operacional, direitos humanos e segurança da informação.

A Academia de Polícia será modernizada, com estrutura tecnológica, parcerias acadêmicas e capacidade compatível com os concursos e transições de carreira. Será estudado o reconhecimento do curso de formação como título de pós-graduação, desde que preenchidos os requisitos educacionais, permitindo sua utilização para desenvolvimento profissional e pontuação nas carreiras.

A remuneração e o enquadramento dos alunos durante e depois da formação serão revistos para reconhecer que o curso é etapa exigente de preparação profissional. Será avaliada a proposta de pagamento do vencimento inicial durante o curso e de enquadramento no nível seguinte após sua conclusão e aprovação. A titulação, os cursos oferecidos pela própria instituição e as formações relevantes para o trabalho policial deverão produzir efeito real no desenvolvimento da carreira.

O Colégio Ordem e Progresso também será considerado na política de valorização da família policial civil. Sua expansão para grandes polos do Estado será estudada por meio de unidades, convênios ou modelos regionalizados, preservando a qualidade de ensino e a sustentabilidade financeira. A expansão não será apenas um anúncio: deverá apresentar demanda, estrutura, profissionais, custo e forma de acesso.

As parcerias com universidades também poderão apoiar pesquisa, inovação, formação continuada, atendimento psicológico supervisionado e desenvolvimento de tecnologias para a investigação. A Polícia Civil não deve apenas consumir conhecimento produzido fora dela; deve participar da produção de conhecimento sobre criminalidade, investigação e gestão pública.

20. Implantar gestão por resultados, uma política da verdade e diálogo permanente

Não existe gestão séria sem informação confiável. O governo estabelecerá uma política da verdade para os dados criminais, com metodologias públicas, critérios estáveis de classificação e mecanismos externos de validação. O Estado não manipulará categorias, atrasará divulgações nem esconderá fenômenos para produzir artificialmente uma percepção de redução da criminalidade.

Serão firmadas parcerias com a Fundação João Pinheiro, universidades e instituições públicas de pesquisa para auditoria, análise e qualificação das informações, preservados os sigilos legais. A sociedade terá acesso aos dados de interesse público em formato compreensível, incluindo metodologia, limitações e eventuais revisões.

A qualidade dos registros também será auditada. Mortes violentas inicialmente classificadas de maneira indeterminada, desaparecimentos, crimes digitais, violência contra a mulher e outros fenômenos não poderão desaparecer das estatísticas em razão de falhas de classificação. Dado ruim produz diagnóstico ruim; diagnóstico ruim desperdiça recursos e encobre problemas.

A gestão utilizará um painel equilibrado de indicadores de esforço, processo, qualidade, resultado e impacto. Não substituiremos resultados por mera contagem de atividades, nem cobraremos resultados sem medir os recursos e as condições disponíveis. Cada unidade deverá possuir metas compatíveis com sua realidade, considerando diligências qualificadas, qualidade das provas, crimes esclarecidos, tempo de investigação, patrimônio recuperado, atendimento às vítimas, redução da reincidência e desarticulação de redes criminosas. Indicadores que incentivem arquivamentos artificiais, registros incompletos ou competição destrutiva serão rejeitados.

Será resgatada e atualizada a metodologia de Acordo de Resultados, com metas construídas tecnicamente, acompanhamento periódico, correção de gargalos e mecanismos de valorização das equipes. A finalidade será melhorar as entregas, a motivação e a qualidade do trabalho, e não impor metas cegas ou transformar estatística em instrumento de assédio.

Durante a presidência da Câmara Municipal de Belo Horizonte, mantive reuniões periódicas com as representações dos servidores, com pauta previamente conhecida e acompanhamento das providências. Esse método será aplicado à Polícia Civil por meio de uma Mesa Permanente de Diálogo, com reuniões regulares, participação das carreiras, servidores administrativos, aposentados, pensionistas, mulheres, representantes do interior e entidades sindicais e associativas.

As reuniões terão pauta, responsáveis, prazos e registro das decisões. O diálogo não substituirá a autoridade do governo nem significará atendimento automático de todas as reivindicações. Servirá para que decisões sejam tomadas com conhecimento das consequências e para que o governo explique com franqueza aquilo que é possível, aquilo que depende de lei e aquilo que não possui viabilidade.

Cada compromisso desta carta será acompanhado por indicadores públicos. Serão divulgados dados sobre efetivo, vacâncias, concursos, distribuição territorial, promoções, formação, condições das unidades, investimentos, saúde

dos servidores, execução orçamentária, duração das investigações, crimes esclarecidos, patrimônio recuperado e resultados das políticas especializadas.

A sociedade precisa saber por que uma investigação não avança, onde faltam pessoas, quais sistemas não conversam, quanto custa modernizar uma unidade e qual retorno o investimento produz. Essa compreensão é essencial para que a valorização dos servidores deixe de ser apresentada como pauta exclusivamente corporativa e seja reconhecida como condição para um serviço público mais eficiente.

Nosso compromisso final

A Polícia Civil não precisa de um governador que pegue carona em operações policiais para aparecer na imprensa, como se tivesse participado da investigação ou da ação de segurança. Precisa de um governador que compreenda a importância da investigação, garanta condições de trabalho, proteja a legalidade, enfrente o clientelismo, organize o orçamento e tenha coragem de cobrar resultados sem interferir na técnica.

Meu compromisso é governar a segurança pública sem teatro, sem disputa fabricada entre instituições e sem promessas que desapareçam depois da eleição. Não utilizarei a Polícia Civil para perseguir adversários, proteger aliados ou produzir conteúdo para as redes sociais. Também não aceitarei que uma investigação seja paralisada porque alcançou uma pessoa influente.

Quero que o mineiro que teve seu celular furtado encontre um Estado capaz de investigar a receptação e recuperar o aparelho. Quero que a vítima de um golpe digital encontre uma equipe preparada para preservar provas, bloquear valores e identificar a rede criminosa. Quero que a mulher ameaçada seja acolhida e protegida. Quero que as famílias recebam respostas sobre homicídios e desaparecimentos. Quero que o crime organizado, a corrupção e a lavagem de dinheiro encontrem uma Polícia Civil forte, equipada, integrada e livre para investigar.

Esta carta sistematiza o começo de nosso diálogo. Meu compromisso é ouvir atentamente, realizar os estudos de viabilidade necessários, analisar com franqueza as restrições impostas pela realidade do Estado de Minas Gerais e manter, ao longo de todo o governo, o diálogo e a construção conjunta de soluções. A implementação dos compromissos dependerá de planejamento, legislação, recursos, participação dos servidores e prestação de contas à sociedade. Algumas medidas poderão começar imediatamente; outras precisarão ser construídas ao longo do mandato; e determinadas mudanças exigirão articulação com a Assembleia Legislativa, com o Governo Federal e com o Congresso Nacional.

Não prometo mágica. Prometo método, presença, diálogo, responsabilidade fiscal, respeito à lei e prioridade política.

Sem investigação, a segurança pública colapsa. Com uma Polícia Civil forte, a Justiça funciona, o crime perde espaço e Minas Gerais recupera sua capacidade de proteger seus cidadãos.

Quem investiga por Minas precisa ter Minas ao seu lado.

Belo Horizonte, segunda-feira, 27 de julho de 2026.

Gabriel Azevedo
Pré-candidato ao Governo de Minas Gerais

Aline Risi
Pré-candidata a Deputada Federal

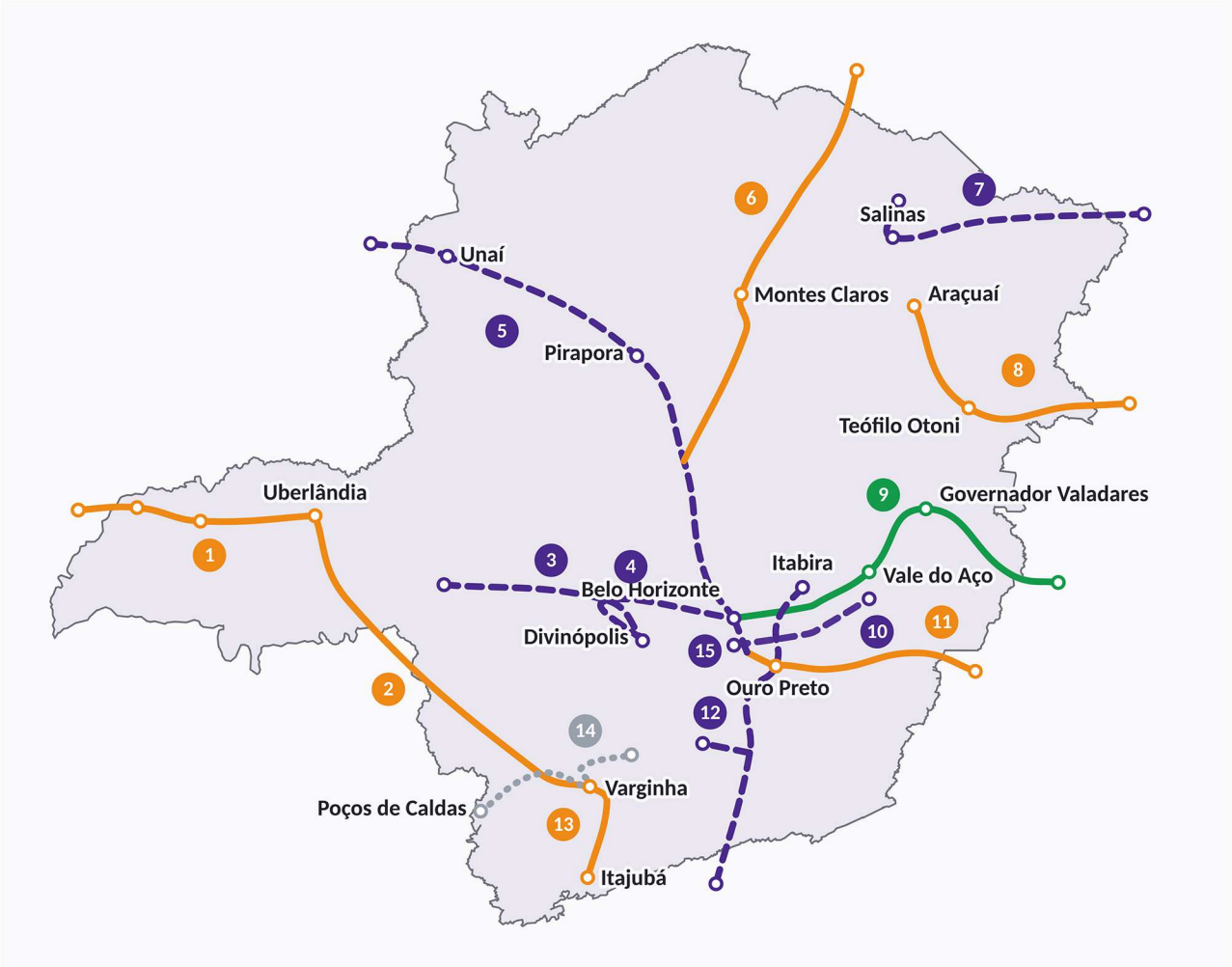
PLANO DE GOVERNO

Anexo 4

DOSSIÊ TÉCNICO PRELIMINAR

15 corredores ferroviários regionais para reconectar Minas Gerais

Custos, fontes de recursos, prazos, benefícios e maturidade de cada trecho



Base documental: Plano de Governo de Gabriel Azevedo e Maria Helena; Relatório Final da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras; Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais; fontes oficiais do Governo Federal e do Governo de Minas Gerais.

Versão de trabalho - dados verificados até 26 de agosto de 2026

As faixas de custo identificadas como estimativas preliminares são ordens de grandeza analíticas. Não substituem EVTEA, licenciamento, modelagem ou projeto executivo.

1. Síntese executiva

Compromisso central
Organizar 15 corredores ferroviários de Minas Gerais numa carteira pública. Cada projeto terá custo, etapa, fonte, prazo e responsável. Nos quatro anos de governo, o compromisso é concluir projetos, garantir recursos e iniciar as obras que estiverem maduras.

Minas Gerais já teve 8.176 quilômetros de ferrovias e hoje opera pouco mais de 5 mil quilômetros. Ao mesmo tempo, possui cerca de 270 mil quilômetros de malha rodoviária. Apenas 8% das cargas mineiras seguem por ferrovia. O desequilíbrio encarece o frete, desgasta as estradas e aumenta a exposição das famílias a acidentes e interrupções logísticas.

A ferrovia regional não substitui o caminhão. Ela realiza a longa distância com maior capacidade, enquanto o transporte rodoviário permanece indispensável no primeiro e no último trecho. O ganho depende de terminais abertos, direito de passagem, concorrência e integração entre operadores.

O Relatório Final da Comissão Pró-Ferrovias identificou corredores, contornos, ramais e serviços regionais de passageiros. O Plano Estratégico Ferroviário transformou parte dessa agenda numa carteira técnica. O Plano de Governo acrescenta capacidade permanente de estruturação, coordenação entre entes e fontes diferenciadas de financiamento. [1] [2] [3]

Um dado que traduz a proposta
O relatório da Assembleia registra que um vagão pode transportar carga equivalente à de aproximadamente cinco carretas. Mais carga sobre trilhos significa menor pressão sobre as rodovias e mais segurança para quem viaja.

2. Regras de honestidade técnica

- Autorização não é obra: exige demanda contratada, financiamento, licenciamento e projeto.
- Custo histórico não é orçamento vigente: deve ser atualizado para uma data-base comum.
- Ferrovia de carga e trem de passageiros têm modelos econômicos diferentes.
- Faixa de corredor não representa traçado executivo.
- Os intervalos de custo não devem ser somados: há sobreposição de trechos e escopos.
- Projeto regional precisa demonstrar benefício econômico, social e territorial.

3. Escala de maturidade

Nível	Situação	Leitura correta
A	Em operação	A infraestrutura ou o serviço existe. A prioridade é ampliar capacidade, frequência ou integração.
B	Autorização ou modelagem	Existe contrato, autorização ou processo regulatório. A prioridade é transformar o ato em investimento físico.
C	Estudo oficial	O corredor integra relatório ou carteira pública. A prioridade é atualizar demanda, engenharia e custo.
D	Conceito territorial	Há lógica regional, mas falta estudo completo. A prioridade é produzir evidência antes de prometer obra.

4. Como foram tratadas as estimativas de custo

Quando existe valor oficial, o documento apresenta a referência e o ano. Quando não existe orçamento individual publicado, apresenta-se uma faixa preliminar de ordem de grandeza. A faixa considera a extensão provável, o relevo, o reaproveitamento de via, os terminais e o tipo de serviço.

As referências oficiais mostram grande variação. Uberlândia-Chaveslândia foi anunciada, em 2021, com 235 quilômetros e R$ 2,7 bilhões. A EF-118, em 2026, possui 575 quilômetros e R$ 7,7 bilhões. A Serra do Tigre foi estimada, em 2020, em R$ 3,1 bilhões para 450 quilômetros. A ferrovia do Porto do Açu possui 41 quilômetros e R$ 610 milhões. [6] [8] [9] [14]

Uso correto dos números
A estimativa preliminar serve para comparar ordens de grandeza e orientar estudos. Não deve ser tratada como preço de licitação, valor de contrato ou promessa orçamentária.

5. Matriz dos 15 corredores

A matriz resume o estágio e a ordem de grandeza. Os valores marcados como preliminares não substituem estudos de viabilidade.

Nº	Corredor	Regiões	Função	Mat.	Extensão	Custo de referência	Horizonte
1	**Uberlândia - Ituiutaba - Chaveslândia**	Triângulo Mineiro	Carga nova	B	235 km	R$ 2,7 bi (2021); R$ 3,5-5,5 bi preliminar	5-8 anos
2	**Araguari - Uberlândia - Uberaba - rede paulista**	Alto Paranaíba; Triângulo Mineiro	Modernização de carga	B	Corredor existente	R$ 2-5 bi preliminar no núcleo mineiro	4-7 anos
3	**Patrocínio/Ibiá - Serra do Tigre - Divinópolis - Sete Lagoas**	Alto Paranaíba; Centro-Oeste; Central	Contorno e modernização	C	450 km na referência de 2020	R$ 3,1 bi (2020); R$ 6-12 bi preliminar	7-10 anos
4	**Divinópolis - Itaúna - Betim - Belo Horizonte**	Centro-Oeste; RMBH	Carga e passageiros regionais	C	140-170 km preliminares	R$ 1,5-4 bi preliminar	3-8 anos
5	**Luziânia/Anápolis - Unaí - Pirapora - Corinto/Sete Lagoas**	Noroeste	Carga nova por fases	C	308 km na fase Unaí-Pirapora	R$ 4-8 bi fase 1; R$ 15-30 bi integral	6-15 anos
6	**Corinto - Montes Claros - Janaúba - Bahia/FIOL**	Norte	Carga e passageiros regionais	B	217 km no trem Bocaiúva-Janaúba	Pacote FCA: R$ 8 bi em MG; R$ 6-14 bi eixo	4-9 anos
7	**Porteirinha - Salinas - Itaobim - Jequitinhonha**	Jequitinhonha; Norte	Carga nova	C	450-550 km preliminares	R$ 8-16 bi preliminar	8-12 anos
8	**Araçuaí - Teófilo Otoni - Nanuque - Caravelas**	Jequitinhonha; Mucuri	Carga nova	B	Cerca de 500 km	R$ 12 bi empresarial; R$ 12- 18 bi prudencial	7-10 anos

Leitura da maturidade
A = operação existente; B = autorização, contrato ou modelagem; C = estudo oficial; D = conceito territorial que ainda exige estudo completo.

5. Matriz dos 15 corredores — continuação

Os sete corredores abaixo completam a carteira. Os custos continuam sujeitos a atualização, detalhamento e eventual sobreposição de trechos.

Nº	Corredor	Regiões	Função	Mat.	Extensão	Custo de referência	Horizonte
9	**Belo Horizonte - Vale do Aço - Gov. Valadares - Vitória**	Central; Rio Doce; Vale do Aço	Passageiros em via existente	A	664 km	R$ 0,4-1,2 bi preliminar para expansão	2-4 anos
10	**João Monlevade - Antônio Dias - Vale do Aço**	Central; Vale do Aço	Passageiros regionais	C	100-120 km preliminares	R$ 0,8-2 bi preliminar	3-5 anos
11	**Miguel Burnier - Ponte Nova - Viçosa - Ubá - Muriaé - Açu**	Central; Zona da Mata	Recuperação e conexão portuária	B	500-650 km preliminares	R$ 8-15 bi; acesso Açu R$ 610 mi	7-12 anos
12	**Zona da Mata - Três Rios - Rio de Janeiro**	Zona da Mata	Passageiros e turismo	C	350-450 km em dois braços	R$ 2,5-6 bi preliminar	4-7 anos
13	**Lavras - Três Corações - Varginha - Cruzeiro**	Sul de Minas Gerais	Carga, passageiros e turismo	B	130 km Lavras-Varginha	R$ 0,6-1,2 bi fase 1; R$ 2,5-5 bi fase 2	3-9 anos
14	**São João del-Rei - Ribeirão Vermelho/Lavras - Três Corações**	Campo das Vertentes; Sul de Minas Gerais	Passageiros e turismo	D	A definir	R$ 20-50 mi estudo; R$ 3-7 bi corredor	2-12 anos
15	**Belo Horizonte - Nova Lima - Itabirito - Ouro Preto - Mariana**	Central; Quadrilátero Ferrífero	Passageiros e turismo	C	149 km até Ouro Preto/Lafaiete; 18 km OP-Mariana	R$ 1,5-3,5 bi; R$ 0,15-0,4 bi OP-Mariana	2-7 anos

Regra de uso
As faixas não devem ser somadas como orçamento de governo. Elas orientam priorização, atualização dos estudos e comparação de ordens de grandeza.

6. Fichas técnicas dos corredores

As 15 fichas preservam o grau de maturidade de cada corredor. Nos casos sem orçamento oficial, a faixa preliminar é apresentada como hipótese de planejamento, nunca como valor de contrato.

01. Uberlândia - Ituiutaba - Chaveslândia

Regiões	Natureza	Maturidade	Horizonte
Triângulo Mineiro	Ferrovia nova para cargas	**B**	5 a 8 anos

Traçado para o mapa

Uberlândia -> Ituiutaba -> Chaveslândia, no município de Santa Vitória, com conexão à malha ferroviária nacional. O traçado executivo depende do contrato federal e do licenciamento.

Dados e estágio

- O anúncio estadual de 2021 apresentou 235 quilômetros, investimento previsto de R$ 2,7 bilhões e conexão da Ferrovia Centro-Atlântica à Ferrovia Norte-Sul.
- O corredor possui histórico no modelo federal de autorizações. A existência de autorização, por si só, não demonstra fechamento financeiro, licença concluída ou obra iniciada.

Custo

Referência oficial histórica: R$ 2,7 bilhões, em valores de 2021.

> Estimativa preliminar de ordem de grandeza
> Faixa preliminar de 2026: R$ 3,5 bilhões a R$ 5,5 bilhões. A atualização depende de desapropriações, pontes, terminais e terraplenagem.

Fontes possíveis de recursos

- capital da autorizatária
- contratos de longo prazo com embarcadores
- debêntures de infraestrutura
- financiamento do BNDES
- terminais privados

Entregas possíveis entre 2027 e 2030

- confirmar o contrato e o cronograma vigentes
- concluir ou avançar o licenciamento
- definir o traçado georreferenciado
- estruturar terminais e contratos de carga
- iniciar a obra caso exista fechamento financeiro

Benefício regional

Conecta uma das regiões agrícolas mais produtivas do país à malha nacional. Permite receber fertilizantes e escoar grãos, com fluxo de ida e volta.

> Como pode baratear a vida
> Fertilizante mais barato reduz pressão sobre o custo agrícola. O efeito pode alcançar aves, carnes, leite e ração. A redução não é automática: exige acesso, concorrência e transparência.

Risco ou condição crítica

Autorização sem demanda contratada ou financiamento. O painel público deve medir licença, obra, recurso, terminal e tonelagem.

Fontes principais: [1], [3], [8], [16], [18]

02. Araguari - Uberlândia - Uberaba - rede ferroviária de São Paulo

Regiões	Natureza	Maturidade	Horizonte
Alto Paranaíba; Triângulo Mineiro	Modernização e integração de carga	**B**	4 a 7 anos

Traçado para o mapa

Araguari -> Uberlândia -> Uberaba -> divisa com São Paulo -> rede paulista -> Porto de Santos. O segmento fora de Minas Gerais deve aparecer como conexão nacional, não como obra estadual.

Dados e estágio

- O Relatório Final da Comissão Pró-Ferrovias defende expressamente a modernização do corredor entre o Triângulo Mineiro e São Paulo.
- A proposta de renovação da Ferrovia Centro-Atlântica, aprovada pela ANTT e encaminhada ao TCU em julho de 2026, prevê R$ 24 bilhões ao longo de 30 anos e aproximadamente R$ 8 bilhões em Minas Gerais. O valor não é exclusivo deste corredor.

Custo

Não há orçamento público individual atualizado para o núcleo mineiro.

> Estimativa preliminar de ordem de grandeza
> Faixa preliminar: R$ 2 bilhões a R$ 5 bilhões para eliminar restrições, ampliar pátios, modernizar sinalização e estruturar terminais.

Fontes possíveis de recursos

- contratos com cooperativas e embarcadores
- debêntures de infraestrutura
- financiamento do BNDES
- investimentos obrigatórios da FCA
- terminais privados

Entregas possíveis entre 2027 e 2030

- fixar metas de capacidade e velocidade
- inventariar restrições operacionais
- negociar investimentos no contrato federal
- organizar direito de passagem
- projetar terminais de fertilizantes e grãos

Benefício regional

Integra os polos de Araguari, Uberaba e Uberlândia a mercados e portos. Serve agroindústria, combustíveis, fertilizantes e produtos industriais.

> Como pode baratear a vida
> O trem assume a longa distância e o caminhão realiza a distribuição final. Menos carga pesada também reduz acidentes e desgaste das rodovias.

Risco ou condição crítica

O pacote federal pode ser anunciado sem detalhamento territorial. O contrato deve indicar obra, prazo e município.

Fontes principais: [2], [5], [18]

03. Patrocínio/Ibiá - Serra do Tigre - Divinópolis - Sete Lagoas

Regiões	Natureza	Maturidade	Horizonte
Alto Paranaíba; Centro-Oeste; Região Central	Contorno ferroviário e modernização de cargas	C	7 a 10 anos

Traçado para o mapa

Patrocínio ou Ibiá -> Campos Altos -> contorno da Serra do Tigre -> Divinópolis -> Sete Lagoas. Deve ser apresentado como faixa de estudo até a escolha da variante.

Dados e estágio

- O projeto divulgado em 2020 indicava 450 quilômetros, R$ 3,1 bilhões, aumento de velocidade de 16 para 60 quilômetros por hora, capacidade adicional de 21 milhões de toneladas por ano e redução de cerca de 120 quilômetros no percurso até os portos do Espírito Santo.
- O relevo torna o traçado decisivo. Cortes, pontes, túneis e viadutos podem alterar substancialmente o custo.

Custo

Referência oficial histórica: R$ 3,1 bilhões, em valores de 2020.

> Estimativa preliminar de ordem de grandeza
> Faixa preliminar de 2026: R$ 6 bilhões a R$ 12 bilhões.

Fontes possíveis de recursos

- contratos com grandes usuários
- debêntures de infraestrutura
- financiamento do BNDES
- outorga ferroviária
- renovação da FCA

Entregas possíveis entre 2027 e 2030

- atualizar demanda e orçamento
- comparar alternativas de traçado
- contratar projeto básico
- negociar inclusão no contrato federal
- obter licença prévia

Benefício regional

Ataca um gargalo histórico, amplia a capacidade do corredor Centro-Leste e melhora o escoamento de café, fertilizantes e grãos.

> Como pode baratear a vida
> A redução do tempo ferroviário diminui custo de longa distância e libera capacidade em estradas usadas pelas famílias.

Risco ou condição crítica

Escolher politicamente uma variante antes do estudo técnico. O mapa deve usar corredor, não linha executiva.

Fontes principais: [2], [3], [5], [9]

04. Divinópolis - Itaúna - Betim - Belo Horizonte

Regiões	Natureza	Maturidade	Horizonte
Centro-Oeste; Região Metropolitana de Belo Horizonte	Cargas e passageiros regionais	C	3 a 8 anos

Traçado para o mapa

Divinópolis -> Itaúna -> Mateus Leme -> Betim -> Belo Horizonte, com contorno de cargas e eventual serviço regional de passageiros.

Dados e estágio

- O Relatório Final da Comissão Pró-Ferrovias defendeu contorno em Divinópolis/Itaúna, modernização da Linha Oeste e liberação de trechos urbanos para passageiros.
- A extensão preliminar está entre 140 e 170 quilômetros, conforme estações e contornos escolhidos.

Custo

Não há valor público individual atualizado.

> Estimativa preliminar de ordem de grandeza
> Faixa preliminar: R$ 1,5 bilhão a R$ 4 bilhões. O limite superior inclui duplicações pontuais, estações, material rodante, sinalização e contornos.

Fontes possíveis de recursos

- contrato estadual de passageiros
- financiamento climático
- investimento da FCA
- participação municipal em estações
- terminais industriais

Entregas possíveis entre 2027 e 2030

- contratar estudo de demanda
- definir estações e integração tarifária
- negociar o uso da via
- projetar o contorno de cargas
- selecionar serviço-piloto

Benefício regional

Reconecta o Centro-Oeste à Região Metropolitana de Belo Horizonte e melhora a logística industrial de Divinópolis e Itaúna.

> Como pode baratear a vida
> O passageiro economiza combustível, estacionamento, pedágio e tempo. A indústria reduz custo logístico.

Risco ou condição crítica

Conflito de capacidade entre carga e passageiros. A solução exige faixa adicional ou janelas operacionais confiáveis.

Fontes principais: [1], [2]

05. Luziânia/Anápolis - Unaí - Pirapora - Corinto/Sete Lagoas

Regiões	Natureza	Maturidade	Horizonte
Noroeste de Minas Gerais	Ferrovia nova por fases	C	6 a 15 anos

Traçado para o mapa

Fase 1: Unaí -> Pirapora. Fase 2: Luziânia ou Anápolis -> Unaí. Fase 3: Pirapora -> Corinto ou Sete Lagoas.

Dados e estágio

- O Plano Estratégico Ferroviário incluiu a ligação Unaí-Pirapora. Estudos federais também trabalharam corredor mais amplo entre Anápolis e Corinto.
- A fase Unaí-Pirapora aparece em estudos estaduais com aproximadamente 308 quilômetros. A extensão deve ser confirmada em novo estudo.

Custo

Não existe orçamento público atualizado para o corredor completo.

> Estimativa preliminar de ordem de grandeza
> Faixa preliminar: R$ 4 bilhões a R$ 8 bilhões para Unaí-Pirapora; R$ 15 bilhões a R$ 30 bilhões para o corredor integral.

Fontes possíveis de recursos

- autorização ou concessão federal
- contratos com produtores e tradings
- debêntures de infraestrutura
- financiamento do BNDES
- terminais secos em Pirapora e Unaí

Entregas possíveis entre 2027 e 2030

- contratar cargas e definir terminais
- escolher o eixo federal de conexão
- estruturar autorização ou concessão
- finalizar o estudo da fase Unaí-Pirapora
- obter licença prévia

Benefício regional

O Noroeste recebe fertilizantes e escoa grãos. O corredor integra uma região de grande produção ao sistema ferroviário nacional.

> Como pode baratear a vida
> Menor custo de fertilizante e frete reduz pressão sobre alimentos. A ferrovia diminui a exposição ao diesel e às interrupções rodoviárias.

Risco ou condição crítica

Tentar executar o corredor integral sem divisão por fases. A primeira entrega deve ser o trecho com demanda mais demonstrável.

Fontes principais: [2], [3], [4]

06. Corinto - Montes Claros - Janaúba - Bahia/FIOL

Regiões	Natureza	Maturidade	Horizonte
Norte de Minas Gerais	Cargas e passageiros regionais	**B**	4 a 9 anos

Traçado para o mapa

Corinto -> Montes Claros -> Janaúba -> Guanambi/Caetité -> Ferrovia de Integração Oeste-Leste. A alternativa atual da FCA, Corinto-Campo Formoso, deve ser comparada ao corredor estruturante.

Dados e estágio

- O Relatório Final da Comissão Pró-Ferrovias defendeu Corinto-Guanambi. O projeto federal de trens regionais selecionou Bocaiúva-Montes Claros-Janaúba, com 217 quilômetros.
- A renovação da FCA prevê aproximadamente R$ 8 bilhões em Minas Gerais, com destaque para Corinto-Campo Formoso. O processo segue no TCU.

Custo

Pacote da FCA em Minas Gerais: aproximadamente R$ 8 bilhões, sem individualização completa por corredor.

> Estimativa preliminar de ordem de grandeza
> Faixa preliminar: R$ 6 bilhões a R$ 14 bilhões para o eixo de carga; R$ 1,7 bilhão a R$ 4,3 bilhões para o serviço Bocaiúva-Janaúba. Há sobreposição.

Fontes possíveis de recursos

- contrato estadual de passageiros
- debêntures de infraestrutura
- financiamento do BNDES
- Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
- renovação da FCA

Entregas possíveis entre 2027 e 2030

- contratar o estudo atualizado do trem regional
- definir integração com a FIOL
- garantir cronograma da FCA
- projetar estações e terminais
- selecionar a alternativa de carga

Benefício regional

Cria espinha ferroviária para o Norte, melhora a ligação com o Nordeste e oferece alternativa regional para passageiros.

> Como pode baratear a vida
> A região economiza na entrada de insumos e na saída da produção. O trem reduz custo direto de deslocamento entre cidades-polo.

Risco ou condição crítica

Aceitar investimento federal sem discriminar entregas no Norte de Minas Gerais.

Fontes principais: [2], [5], [7], [19]

07. Porteirinha - Salinas - Itaobim - Jequitinhonha

Regiões	Natureza	Maturidade	Horizonte
Jequitinhonha; Norte de Minas Gerais	Ferrovia nova para cargas	C	8 a 12 anos

Traçado para o mapa

Porteirinha -> Salinas -> Itaobim -> Jequitinhonha. Rio Pardo de Minas pode ser avaliado como passagem ou ramal, sem antecipar decisão de engenharia.

Dados e estágio

- O corredor integra o Plano Estratégico Ferroviário. O Relatório Final da Comissão Pró-Ferrovias também defendeu o ramal Jequitinhonha-Salinas.
- A extensão cartográfica preliminar está entre 450 e 550 quilômetros.

Custo

Não existe orçamento público atualizado.

> Estimativa preliminar de ordem de grandeza
> Faixa preliminar: R$ 8 bilhões a R$ 16 bilhões.

Fontes possíveis de recursos

- autorização ferroviária privada
- contratos de carga mineral
- debêntures de infraestrutura
- Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
- recursos federais ligados aos impactos minerais

Entregas possíveis entre 2027 e 2030

- comparar traçados
- concluir avaliação ambiental estratégica
- contratar estudo de viabilidade
- definir demanda mínima
- obter licença prévia

Benefício regional

Pode atender minerais críticos e produção regional, com terminais que estimulem fornecedores, qualificação e serviços logísticos.

> Como pode baratear a vida
> O efeito principal ocorre por emprego, infraestrutura e redução do desgaste rodoviário. Não deve ser vendido como promessa imediata de supermercado mais barato.

Risco ou condição crítica

Criar apenas corredor de extração. O projeto deve exigir benefícios territoriais e capacidade local permanente.

Fontes principais: [1], [2], [3], [4], [19]

08. Araçuaí - Teófilo Otoni - Nanuque - Caravelas

Regiões	Natureza	Maturidade	Horizonte
Jequitinhonha; Mucuri	Ferrovia nova para cargas	**B**	7 a 10 anos

Traçado para o mapa

Araçuaí -> Teófilo Otoni -> Nanuque -> Caravelas. É a reconstrução contemporânea da ligação Bahia-Minas.

Dados e estágio

- A ANTT celebrou contrato de adesão para a ligação Caravelas-Araçuaí em 2023.
- A referência empresarial divulgada trabalha com aproximadamente 500 quilômetros, cerca de 400 quilômetros em Minas Gerais e investimento estimado em R$ 12 bilhões.

Custo

Referência empresarial: R$ 12 bilhões. Não equivale a orçamento público auditado.

> Estimativa preliminar de ordem de grandeza
> Faixa prudencial de planejamento: R$ 12 bilhões a R$ 18 bilhões.

Fontes possíveis de recursos

- capital da autorizatária
- contratos de longo prazo com embarcadores
- debêntures de infraestrutura
- financiamento do BNDES
- Fundo de Desenvolvimento do Nordeste

Entregas possíveis entre 2027 e 2030

- acompanhar obrigações da autorização
- avançar o licenciamento
- contratar cargas
- definir terminais
- organizar audiências territoriais

Benefício regional

Cria saída portuária para os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Pode atender agricultura, combustíveis, fertilizantes, minerais e produtos florestais.

> Como pode baratear a vida
> Combustíveis e fertilizantes podem fazer a longa distância por trilhos, reduzindo custo de abastecimento regional e pressão sobre rodovias.

Risco ou condição crítica

A autorização depende de demanda contratada e de capacidade portuária. O indicador deve ser obra e carga, não assinatura.

Fontes principais: [2], [3], [4], [11], [16], [19]

09. Belo Horizonte - João Monlevade - Vale do Aço - Governador Valadares - Vitória

Regiões	Natureza	Maturidade	Horizonte
Central; Rio Doce; Vale do Aço	Ampliação de passageiros em ferrovia existente	**A**	2 a 4 anos

Traçado para o mapa

Estrada de Ferro Vitória a Minas: Belo Horizonte -> João Monlevade -> Ipatinga -> Governador Valadares -> Cariacica/Vitória.

Dados e estágio

- O trem regular percorre 664 quilômetros, atende 30 estações e 42 municípios e realiza a viagem em aproximadamente 13 horas e 30 minutos.
- A Vale informou 740 mil passageiros em 2023. A ANTT registra o serviço como linha regular em operação.
- O Relatório Final da Comissão Pró-Ferrovias defendeu mais horários e trem noturno. A regulação federal já prevê aumento de oferta em meses de maior demanda.

Custo

Não existe valor oficial publicado para um programa completo de expansão.

> Estimativa preliminar de ordem de grandeza
> Faixa preliminar: R$ 400 milhões a R$ 1,2 bilhão, conforme material rodante, estações e capacidade adicional.

Fontes possíveis de recursos

- aditivo contratual
- contrato estadual de serviço público
- financiamento climático
- investimento da concessionária
- recursos para estações e integração

Entregas possíveis entre 2027 e 2030

- integrar ônibus alimentadores
- modernizar estações prioritárias
- negociar segundo par diário ou serviço noturno
- publicar ocupação e pontualidade
- testar frequências em trechos de maior demanda

Benefício regional

É a alternativa ferroviária mais imediata à BR-381 para estudo, família, saúde e trabalho.

> Como pode baratear a vida
> Reduz combustível, hospedagem, pedágio, risco e tempo. O benefício chega diretamente ao orçamento familiar.

Risco ou condição crítica

A capacidade da via é compartilhada com cargas. A expansão precisa de janela operacional e material rodante.

Fontes principais: [2], [12], [13], [21]

10. João Monlevade - Antônio Dias - Vale do Aço

Regiões	Natureza	Maturidade	Horizonte
Central; Vale do Aço	Trem regional cotidiano	C	3 a 5 anos após o estudo

Traçado para o mapa

João Monlevade -> Antônio Dias -> Ipatinga, com atendimento a Coronel Fabriciano e Timóteo por estações ou integrações adequadas.

Dados e estágio

- O Relatório Final da Comissão Pró-Ferrovias recomenda protagonismo estadual na organização do transporte ferroviário regional do Vale do Aço.
- Não há estudo público atualizado de demanda, custo ou operação para esse serviço específico. A extensão preliminar é de 100 a 120 quilômetros.

Custo

Não existe orçamento oficial.

> Estimativa preliminar de ordem de grandeza
> Faixa preliminar: R$ 800 milhões a R$ 2 bilhões, com uso da via existente, estações, material rodante e adaptações operacionais.

Fontes possíveis de recursos

- contrato estadual de serviço público
- financiamento climático
- investimento da concessionária
- participação municipal em estações
- receita tarifária

Entregas possíveis entre 2027 e 2030

- adquirir ou contratar material rodante
- definir estações
- negociar capacidade com a Vale
- realizar pesquisa de origem e destino
- selecionar operação-piloto

Benefício regional

Atende deslocamentos cotidianos numa área urbana integrada e reduz dependência exclusiva de carro e ônibus.

> Como pode baratear a vida
> O trabalhador economiza combustível, estacionamento e tempo. A integração amplia acesso a emprego, escola e hospital.

Risco ou condição crítica

Construir estações longe de moradia e emprego. O trem só funciona com integração física e tarifária.

Fontes principais: [1], [2]

11. Miguel Burnier - Ponte Nova - Viçosa - Ubá - Muriaé - Porto do Açu

Regiões	Natureza	Maturidade	Horizonte
Central; Zona da Mata	Recuperação de linha e conexão portuária	**B**	7 a 12 anos

Traçado para o mapa

Miguel Burnier -> Ponte Nova -> Viçosa -> Ubá -> Muriaé. A conexão Muriaé-Porto do Açu deve aparecer pontilhada até a definição do trecho fluminense.

Dados e estágio

- O Plano Estratégico Ferroviário incluiu Miguel Burnier-Muriaé. O Relatório Final da Comissão Pró-Ferrovias defendeu a recuperação da Linha Mineira e a destinação de multas para esse fim.
- O Corredor Minas-Rio reúne trechos devolvidos da FCA e possui chamamento público previsto para dezembro de 2026. A modelagem estava no TCU em agosto.
- O acesso privado ao Porto do Açu possui 41 quilômetros, investimento previsto de R$ 610 milhões e capacidade projetada de 50 milhões de toneladas por ano.

Custo

Acesso ferroviário do Porto do Açu: R$ 610 milhões. Não há valor oficial integral para a ligação mineira.

> Estimativa preliminar de ordem de grandeza
> Faixa preliminar para o conjunto: R$ 8 bilhões a R$ 15 bilhões.

Fontes possíveis de recursos

- autorização ferroviária
- capital privado do Porto do Açu
- chamamento público do Corredor Minas-Rio
- contratos de carga
- financiamento do BNDES

Entregas possíveis entre 2027 e 2030

- atualizar viabilidade por segmentos
- definir o primeiro trecho recuperável
- participar do chamamento federal
- projetar terminais para a Zona da Mata
- selecionar cargas prioritárias

Benefício regional

Atende bauxita, café, móveis, produção agroindustrial e produtos siderúrgicos. Cria acesso portuário para a Zona da Mata.

> Como pode baratear a vida
> Menos carretas reduzem desgaste rodoviário. O polo moveleiro e o café ganham logística mais competitiva.

Risco ou condição crítica

Confundir o acesso de 41 quilômetros dentro do Porto do Açu com a ligação completa de Minas Gerais.

Fontes principais: [2], [3], [4], [6], [14]

12. Zona da Mata - Três Rios - Rio de Janeiro

Regiões	Natureza	Maturidade	Horizonte
Zona da Mata	Passageiros regionais e turismo	C	4 a 7 anos

Traçado para o mapa

Braço A: Juiz de Fora -> Matias Barbosa -> Três Rios -> Rio de Janeiro. Braço B: Cataguases -> Além Paraíba -> Três Rios. Os braços se encontram na região de Três Rios.

Dados e estágio

- O Relatório Final da Comissão Pró-Ferrovias apoiou o Trem Rio-Minas entre Cataguases, Além Paraíba e Três Rios e recomendou sua autorização.
- Parte da infraestrutura foi desativada. É necessário recuperar a via e resolver titularidade, manutenção e operação.
- A extensão conjunta preliminar está entre 350 e 450 quilômetros.

Custo

Não existe valor oficial atualizado para os dois braços.

> Estimativa preliminar de ordem de grandeza
> Faixa preliminar: R$ 2,5 bilhões a R$ 6 bilhões.

Fontes possíveis de recursos

- contrato estadual ou interestadual de passageiros
- Corredor Minas-Rio
- investimento da MRS no braço de Juiz de Fora
- parcerias com Iphan e Ministério do Turismo
- participação municipal em estações

Entregas possíveis entre 2027 e 2030

- escolher o braço mais maduro
- inventariar a via
- realizar estudos de demanda
- resolver a titularidade
- selecionar operação-piloto

Benefício regional

Juiz de Fora ganha alternativa ao Rio de Janeiro. Cataguases e Além Paraíba recuperam patrimônio e turismo.

> Como pode baratear a vida
> O passageiro pode substituir viagens de carro ou ônibus. O impacto principal é no custo de deslocamento e na renda turística.

Risco ou condição crítica

Desenhar os dois braços como uma única linha contínua. O documento preserva a distinção técnica.

Fontes principais: [2], [6]

13. Lavras - Três Corações - Varginha - Cruzeiro

Regiões	Natureza	Maturidade	Horizonte
Sul de Minas Gerais	Cargas, passageiros e turismo	**B**	3 a 9 anos

Traçado para o mapa

Etapa 1: Lavras -> Três Corações -> Varginha. Etapa 2: Varginha -> Cruzeiro. Etapa 3: serviços regionais e turísticos onde houver demanda.

Dados e estágio

- O estudo divulgado em 2022 indicava 130 quilômetros no trecho Lavras-Varginha, até R$ 500 milhões de investimento privado e cerca de R$ 140 milhões para reabilitação da linha.
- O Plano Estratégico Ferroviário incluiu Lavras-Três Corações-Varginha e Varginha-Cruzeiro. Trechos da FCA integram a agenda do Corredor Minas-Rio.

Custo

Lavras-Varginha: até R$ 500 milhões em valores históricos, com R$ 140 milhões para revitalização.

> Estimativa preliminar de ordem de grandeza
> Faixa atual: R$ 600 milhões a R$ 1,2 bilhão para Lavras-Varginha; R$ 2,5 bilhões a R$ 5 bilhões para Varginha-Cruzeiro.

Fontes possíveis de recursos

- chamamento do Corredor Minas-Rio
- contratos com café e fertilizantes
- empresas do Porto Seco de Varginha
- financiamento do BNDES
- operador de shortline

Entregas possíveis entre 2027 e 2030

- contratar a shortline
- estruturar terminal no Porto Seco
- recuperar Lavras-Varginha
- resolver a destinação do trecho
- atualizar Varginha-Cruzeiro

Benefício regional

Fortalece café, fertilizantes, Porto Seco, patrimônio e turismo. Pode combinar carga regional com passageiros.

> Como pode baratear a vida
> A ferrovia reduz a longa distância rodoviária e o custo de insumos. O passageiro economiza em viagens entre cidades.

Risco ou condição crítica

Anunciar o prolongamento até Cruzeiro como se possuísse o mesmo grau de maturidade de Lavras-Varginha.

Fontes principais: [2], [3], [4], [6], [10]

14. São João del-Rei - Ribeirão Vermelho/Lavras - Três Corações

Regiões	Natureza	Maturidade	Horizonte
Campo das Vertentes; Sul de Minas Gerais	Passageiros regionais e turismo	**D**	2 a 12 anos, conforme a etapa

Traçado para o mapa

São João del-Rei -> Ribeirão Vermelho/Lavras -> Três Corações. Todo o corredor deve aparecer pontilhado e identificado como estudo prioritário.

Dados e estágio

- Não existe projeto contínuo pronto para o corredor. Há patrimônio, trechos históricos e lógica territorial, mas faltam estudos de bitola, demanda, faixa de domínio e traçado.
- O trecho turístico São João del-Rei-Tiradentes possui 12 quilômetros e permanece como referência patrimonial.

Custo

Não existe orçamento oficial.

> Estimativa preliminar de ordem de grandeza
> Estudo completo: R$ 20 milhões a R$ 50 milhões. Reconstrução regional: R$ 3 bilhões a R$ 7 bilhões, com alto grau de incerteza.

Fontes possíveis de recursos

- Fapemig
- Iphan
- Ministério do Turismo
- municípios
- operadores turísticos privados

Entregas possíveis entre 2027 e 2030

- ampliar trecho patrimonial onde viável
- integrar o estudo a Lavras-Varginha
- preservar faixa de domínio
- realizar estudo completo
- selecionar uma primeira extensão curta

Benefício regional

Gera renda turística, preserva patrimônio e pode conectar universidades e cidades históricas.

> Como pode baratear a vida
> O ganho principal ocorre por emprego, serviços e turismo, não pelo preço imediato de mercadorias.

Risco ou condição crítica

É o corredor menos maduro da carteira. A promessa correta é estudar e preservar, não iniciar obra integral sem evidência.

Fontes principais: [2]

15. Belo Horizonte - Nova Lima - Itabirito - Ouro Preto - Mariana

Regiões	Natureza	Maturidade	Horizonte
Central; Quadrilátero Ferrífero	Passageiros regionais e turismo	C	2 a 7 anos

Traçado para o mapa

Belo Horizonte -> Nova Lima -> Itabirito -> Ouro Preto -> Mariana. O serviço deve compartilhar ou recuperar infraestrutura existente.

Dados e estágio

- O Programa Federal de Trens Regionais selecionou Belo Horizonte-Ouro Preto/Conselheiro Lafaiete, com 149 quilômetros.
- O trecho Ouro Preto-Mariana possui aproximadamente 18 quilômetros e autorização turística. A ANTT acompanhou intervenções de recuperação em 2026.

Custo

Não existe valor oficial atualizado para Belo Horizonte-Ouro Preto.

> Estimativa preliminar de ordem de grandeza
> Faixa preliminar: R$ 1,5 bilhão a R$ 3,5 bilhões para Belo Horizonte-Ouro Preto; R$ 150 milhões a R$ 400 milhões para Ouro Preto-Mariana.

Fontes possíveis de recursos

- contrato estadual de passageiros
- financiamento climático
- investimento contratual
- parcerias com Iphan e Ministério do Turismo
- participação municipal

Entregas possíveis entre 2027 e 2030

- atualizar o estudo de demanda
- definir estações
- inspecionar Ouro Preto-Mariana
- negociar capacidade da via
- selecionar serviço-piloto

Benefício regional

Conecta cidades históricas, universidades e polos de trabalho. Cria alternativa a estradas intensas e de relevo difícil.

> Como pode baratear a vida
> O passageiro reduz combustível, estacionamento e pedágio. O turismo amplia renda e permanência dos visitantes.

Risco ou condição crítica

Misturar trem regional com metrô. O projeto é intermunicipal e deve ser avaliado pela demanda regional.

Fontes principais: [2], [7], [13], [15], [22]

7. Fontes de financiamento e divisão de responsabilidades

O Governo de Minas Gerais não deve assumir sozinho dezenas de bilhões de reais em ferrovias federais. O papel estadual é preparar projetos, coordenar entes, financiar interfaces e contratar serviços intrastaduais de passageiros quando houver viabilidade.

Autorizações privadas

Empresas podem construir e operar ferrovias por sua conta e risco. A ANTT informa 43 contratos de autorização, 12.477 quilômetros e R$ 239,15 bilhões em investimentos declarados. O indicador relevante é a obra efetiva, não o valor anunciado. [16]

BNDES

O banco pode financiar implantação e modernização, estruturar concessões e combinar crédito com mercado de capitais. [17]

Debêntures de infraestrutura

Concessionárias e autorizatárias podem captar recursos para implantação, modernização e recuperação ferroviária. [18]

Fundo Clima

Projetos que demonstrem redução de emissões podem buscar financiamento climático. [20]

Fundo de Desenvolvimento do Nordeste

É especialmente relevante para Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas Gerais. O FDNE pode financiar infraestrutura na área da Sudene, observadas as regras do fundo. [19]

Recursos estaduais

A participação estadual deve se concentrar em estações, estudos, integração urbana, licenciamento, projetos e terminais. A lista está em ordem alfabética e identifica os itens que destravam investimentos maiores.

Renovações e concessões federais

A proposta de renovação da FCA prevê R$ 24 bilhões em 30 anos, com cerca de R$ 8 bilhões em Minas Gerais. A prioridade é transformar o pacote em cronograma territorial verificável. [5]

8. Competências públicas

Responsável	Competências principais
União	Autorizações, concessões, direito de passagem federal, regulação da ANTT e trechos que transponham limites estaduais.
Estado	Coordenação regional, estruturação de projetos, licenciamento estadual, serviços ferroviários intrastaduais, terminais e integração com outras políticas.
Municípios	Estações, integração urbana, ordenamento territorial, preservação da faixa e conexão com ônibus locais.

9. Cronograma de governo

Primeiros 100 dias

- instalar unidade estadual de projetos ferroviários dentro da estrutura existente
- publicar os 15 corredores com custo, etapa, fonte, prazo e responsável
- criar mesa permanente com ANTT, concessionárias, Governo Federal e municípios

Até dezembro de 2027

- atualizar custos para uma data-base comum
- definir cinco prioridades de execução
- inventariar faixas, projetos e trechos
- publicar integralmente os estudos existentes

Até dezembro de 2028

- concluir ou atualizar pelo menos oito estudos de viabilidade
- estruturar modelos financeiros
- obter licenças prévias para projetos maduros
- selecionar os serviços regionais de passageiros mais viáveis

Até dezembro de 2029

- contratar pelo menos três projetos
- ter cinco projetos com engenharia suficientemente madura
- ter um serviço regional de passageiros estruturado

Até dezembro de 2030

- ampliar o serviço de passageiros numa linha existente
- iniciar obras em pelo menos três corredores
- publicar prestação anual de contas
- ter um novo serviço regional em implantação ou operação

10. Cobertura territorial

Território	Corredores
Alto Paranaíba	2 e 3
Campo das Vertentes	14
Centro-Oeste	3 e 4
Jequitinhonha	7 e 8

Território	Corredores
Mucuri	8
Noroeste	5
Norte	6
Quadrilátero Ferrífero	15
Região Central	9 e 15
Rio Doce	9
Sul de Minas Gerais	13 e 14
Triângulo Mineiro	1 e 2
Vale do Aço	9 e 10
Zona da Mata	11 e 12

Lacuna territorial reconhecida
O Sudoeste de Minas Gerais, especialmente o eixo de Passos e São Sebastião do Paraíso, permanece sem corredor próprio entre os 15. A solução responsável é manter uma faixa cinza no mapa como próxima carteira de estudos, sem fabricar um traçado sem base técnica.

11. Como transformar frete menor em custo de vida menor

A redução do frete não vira automaticamente preço menor. Para que o benefício chegue à população, contratos e terminais precisam produzir acesso, concorrência e transparência.

- Acesso à malha para diferentes operadores.
- Concorrência entre prestadores e embarcadores.
- Metas públicas de capacidade e desempenho.
- Terminais abertos e integrados às rodovias.
- Transparência sobre tarifas, volumes e prazos.

Efeito direto no passageiro
Combustível, estacionamento, pedágio e tempo.

Efeito indireto na economia
Alimentos, combustíveis, fertilizantes, insumos industriais e manutenção rodoviária.

12. Fontes e referências

As referências digitais abaixo são oficiais.

[1] Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras. Relatório Final, 2019.
[2] Agência Minas Gerais. Plano Estratégico Ferroviário: 19 projetos e estimativa de R$ 26,7 bilhões. Acessar fonte oficial
[3] Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias. Carteira de trens de cargas do Plano Estratégico Ferroviário. Acessar fonte oficial
[4] ANTT. Proposta de prorrogação da FCA aprovada e encaminhada ao TCU, 30/07/2026. Acessar fonte oficial
[5] ANTT. Certames ferroviários de 2026, incluindo o Corredor Minas-Rio e a EF-118. Acessar fonte oficial
[6] Ministério dos Transportes. Projeto Trens Regionais. Acessar fonte oficial
[7] Agência Minas Gerais. Uberlândia-Chaveslândia: 235 quilômetros e R$ 2,7 bilhões. Acessar fonte oficial
[8] Agência Minas Gerais. Projeto do Contorno Ferroviário da Serra do Tigre. Acessar fonte oficial
[9] Agência Minas Gerais. Protocolo para a retomada Lavras-Varginha. Acessar fonte oficial
[10] ANTT. Contrato de adesão Caravelas-Araçuaí, 2023. Acessar fonte oficial
[11] Vale. Estrada de Ferro Vitória a Minas: dados operacionais e de passageiros. Acessar fonte oficial
[12] Ministério dos Transportes. Lista de trens regulares e turísticos de passageiros em operação. Acessar fonte oficial
[13] ANTT. Ferrovia privada do Porto do Açu: 41 quilômetros e R$ 610 milhões. Acessar fonte oficial
[14] ANTT. Autorização do trem turístico Ouro Preto-Mariana. Acessar fonte oficial
[15] ANTT. Panorama de concessões e autorizações ferroviárias. Acessar fonte oficial
[16] BNDES. Exemplo recente de financiamento e estruturação de debêntures para ferrovia autorizada. Acessar fonte oficial
[17] Ministério dos Transportes. Debêntures incentivadas e de infraestrutura. Acessar fonte oficial
[18] Sudene. Fundo de Desenvolvimento do Nordeste. Acessar fonte oficial
[19] BNDES. Fundo Clima. Acessar fonte oficial
[20] ANTT. Passageiros ferroviários e obrigações de aumento de oferta na EFVM. Acessar fonte oficial
[21] ANTT. Fiscalização das intervenções para retomada do trem Ouro Preto-Mariana, 2026. Acessar fonte oficial

13. Nota metodológica final

Este documento combina três camadas distintas: dados diretamente extraídos das fontes, inferências de planejamento e estimativas preliminares de ordem de grandeza. As inferências e estimativas estão identificadas. Onde a fonte não sustenta custo, prazo ou traçado executivo, o texto declara a ausência e propõe estudo.

GABRIEL 15
GOVERNADOR
Vice Maria Helena